

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – PORTARIA

2 – ATAS

- 2.1 – 16ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 2.2 – 23ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a obter informações sobre o enfrentamento da covid-19 no Estado e sobre a contratação necessária para operacionalizar o hospital de campanha

3 – ORDEM DO DIA

- 3.1 – Plenário

4 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO

- 4.1 – Comissão

5 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

6 – MANIFESTAÇÕES

7 – REQUERIMENTOS APROVADOS

8 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



PORTARIA

PORTARIA DA PRESIDÊNCIA Nº 17/2020

Decreta luto na Assembleia Legislativa, por três dias, em memória das primeiras mil vítimas oficiais da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 – no Estado de Minas Gerais.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, considerando as estatísticas oficiais divulgadas no boletim epidemiológico da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais – SES –, que contabilizam, nesta data, mil e sete vítimas da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 – no Estado;

considerando o sentimento de dor e pesar manifestado pelos membros da Assembleia Legislativa às famílias mineiras que perderam entes queridos em virtude da pandemia de Covid-19;

considerando, por analogia, o disposto no art. 17 e no inciso II do *caput* do art. 18 da Lei Federal nº 5.700, de 1º de setembro de 1971,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica decretado luto oficial, no âmbito da Assembleia Legislativa, pelo prazo de três dias.

Parágrafo único – As bandeiras de Minas Gerais e de Belo Horizonte serão hasteadas em funeral, a meio-mastro, no Largo das Bandeiras.

Art. 2º – Ficam proibidas celebrações, comemorações ou festividades, no âmbito da Assembleia Legislativa, enquanto durar o luto oficial previsto no art. 1º.

Art. 3º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, 1º de julho de 2020.

Agostinho Patrus, presidente.



ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/6/2020

Presidência do Deputado Carlos Henrique

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – Orientações Gerais para a Reunião – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 2.068/2020; Requerimentos nºs 5.287 a 5.290, 5.305, 5.311 a 5.313, 5.320, 5.327, 5.333, 5.337, 5.338, 5.364, 5.422, 5.439, 5.441, 5.449, 5.476, 5.487 a 5.489, 5.491, 5.492, 5.498, 5.507, 5.525, 5.526, 5.529, 5.534, 5.538 a 5.540, 5.543, 5.546, 5.562, 5.566, 5.568, 5.570, 5.575 a 5.577, 5.579, 5.587, 5.594, 5.599, 5.605 a 5.607, 5.618 a 5.620, 5.631, 5.648, 5.654, 5.669, 5.672, 5.673, 5.681, 5.692, 5.696, 5.697, 5.717, 5.718, 5.722, 5.723, 5.725, 5.727, 5.746, 5.747, 5.814, 5.840, 5.912, 5.913, 5.916 a 5.923, 5.925, 5.927 a 5.933, 5.935 a 5.938, 5.940 a 5.942/2020 – Proposições Não Recebidas: Requerimento nº 5.631/2020 – Comunicações: Comunicações dos deputados Carlos Pimenta e Sávio Souza Cruz – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Arlen Santiago, Virgílio Guimarães e Doutor Jean Freire, da deputada Celise Laviola e dos deputados Doutor Jean Freire, Sargento Rodrigues e Carlos Pimenta – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicações da Presidência (2) – Leitura de Comunicações – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocetel – Celise Laviola – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Leonídio Bouças – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Carlos Henrique) – Às 14h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

– O deputado Sargento Rodrigues, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Antônio Claret de Oliveira Júnior, diretor-geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG –, encaminhando o Relatório de Fiscalização Econômica GFE nº 010/2020, relativo à fiscalização periódica de programas especiais, incentivos e obrigações da Copasa-MG e da Copanor. (– À Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Fábio Veras de Souza, presidente do Sindicato das Empresas de Informática de Minas Gerais, tecendo considerações a respeito do conteúdo do Projeto de Lei nº 3.578/2016, dos deputados Antonio Carlos Arantes e Dalmo Ribeiro Silva. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Renan Vinicius Sotto Mayor de Oliveira, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos, solicitando a prestação de informações a respeito das ações adotadas por esta Casa a fim de atender às recomendações feitas por esse conselho a esta Assembleia e às câmaras municipais dos municípios do Estado. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Do Sr. Bruno Pio de Abreu Travassos, chefe da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares do Ministério da Economia, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.207/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Nelsol Missias de Moraes, presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 5.090/2018, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Fábio Baccheretti Vitor, presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.412/2020, do deputado Professor Cleiton. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do General Mauro Lucio Alves de Araujo, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.178/2020, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.040/2020, da deputada Andréia de Jesus. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.460/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.462/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.463/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.662/2020, do deputado Arlen Santiago. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Gustavo Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.461/2020, do deputado Celinho Sintrocel. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.274/2020, do deputado Charles Santos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.343/2019, da Comissão de Redação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.343/2020, do deputado André Quintão. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.569/2020, do deputado Cristiano Silveira. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.593/2020, do deputado Sargento Rodrigues. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.749/2020, do deputado Zé Reis. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Sr. Thiago Augusto de Lima da Costa e Silva, gerente executivo de Relações Governamentais da Caixa Econômica Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 5.148/2020, do deputado Mauro Tramonte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Orientações Gerais para a Reunião

O presidente – A presidência, diante da emergência de saúde pública ocasionada pela Pandemia da Covid-19 e da importância da adoção de procedimentos de prevenção à infecção e à propagação do coronavírus, esclarece que a reunião ordinária será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.737, de 2020, observando-se o disposto no inciso II do art. 14 e no art. 22 do Regimento Interno e nas demais normas regimentais aplicáveis, bem como as seguintes diretrizes:

1) Os parlamentares podem se inscrever, por meio da plataforma Silegis, para falar no Grande Expediente pelo prazo de 15 minutos, nos termos do art. 26, combinado com o art. 157, do Regimento Interno.

2) Será admitido aparte no Grande Expediente, que não excederá a 3 minutos, nos termos do § 1º do art. 162 do Regimento Interno. Para realizar aparte, os parlamentares devem se manifestar pelo *chat online*, escrevendo expressamente “aparte”;

3) Para arguir questão de ordem, nos termos do art. 166 do Regimento Interno, os parlamentares devem se manifestar também pelo *chat online*, escrevendo expressamente “questão de ordem” e indicando a questão que pretendam elucidar;

4) Será cancelada a inscrição do deputado que, chamado, não estiver *online* no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;

5) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase da reunião em que o pronunciamento estava sendo feito.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 2.068/2020

Altera a Lei nº 23.636 de 17 de abril de 2020, tornando obrigatório o uso de máscaras e equipamentos de proteção individual – EPIs – pelos

funcionários e colaboradores dos postos de combustíveis e empresas de coleta e transporte de resíduos públicas ou privadas do Estado, obrigando ainda o fornecimento gratuito pelos empregadores.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Acrescente-se ao parágrafo único do art. 1º, do art.1º da Lei nº 23.636 de 17 de abril de 2020, o seguinte inciso I:

“I – Aplica-se o disposto no art. 1º, aos funcionários ou colaboradores dos postos de combustíveis e das empresas de transporte e coleta de resíduos públicas ou privadas do Estado, sendo ainda obrigados ao uso dos demais equipamentos de proteção individuais – EPIS, que deverão ser fornecidos gratuitamente pelos respectivos empregadores, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no art. 3º desta lei.”

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 24 de junho de 2020.

Mauro Tramonte (Republicanos)

Justificação: A intenção deste projeto de lei é a proteção da saúde dos trabalhadores que estão a frente da coleta de lixo e dos frentistas do Estado, haja vista que estão expostos diariamente ao contágio pela Covid-19.

Esses trabalhadores merecem todo o nosso respeito e homenagem, pois são verdadeiros guerreiros, pais e mães de família que colocam suas vidas em risco todos os dias, para prestar esses serviços essenciais para toda população.

Desta forma, peço apoio aos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto ao Colégio de Líderes para análise de caráter de urgência, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.

REQUERIMENTOS

Nº 5.287/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que seja adiado por três meses o pagamento da conta de água dos moradores da cidade de Ubá, atingida na noite de 7 de abril por forte temporal, que deixou pessoas desabrigadas, casas destruídas e prédios danificados e ainda causou a destruição de ruas, pontes, calçadas, espaços públicos e comércios. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 5.288/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para adiar por quatro meses o pagamento da conta de energia dos moradores mais atingidos, na noite do dia 7 de abril de 2020, por forte temporal que deixou pessoas desabrigadas, casas, comércios, espaços públicos e prédios destruídos ou danificados na cidade de Ubá. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 5.289/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para apoiar e auxiliar os moradores mais atingidos da cidade de Ubá, em virtude das inundações provocadas pelas recentes chuvas do dia 7 de abril de 2010, que deixaram novamente a cidade em situação de muita precariedade, com ruas, pontes, calçadas, espaços públicos, residências e comércios muito danificados. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Professor Cleiton. Anexe-se ao Requerimento nº 5.284/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 5.290/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para auxiliar financeiramente o Município de Ubá na reconstrução de ruas, pontes, calçadas, espaços públicos e casas residenciais e comerciais afetadas pelas inundações provocadas pelas chuvas do dia 7 de abril. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 5.305/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para seja realizado, em caráter emergencial, operação tapa-buraco na MG-108, que liga a cidade de Mutum à BR-262, que está em condições precárias, com muitos buracos na via, parte de asfalto solto ao longo do trajeto e rachaduras na pavimentação. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 5.311/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que retomem imediatamente o fornecimento de medicação essencial ao controle do câncer do tipo leucemia crônica dos pacientes em tratamento no Hospital do Câncer de Uberlândia, que tiveram o fornecimento desses remédios interrompido inesperadamente, haja vista serem estes indispensáveis para a vida e saúde dos que aguardam a compatibilidade para a realização de transplante. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 5.312/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado em Patos de Minas pedido de providências para que a 5ª Promotoria de Justiça, responsável pelos crimes cometidos contra o meio ambiente no município, investigue a conduta dos Srs. Rafael e André, alunos de medicina veterinária do Centro Universitário de Patos de Minas – Unipam –, que arremessaram um gato e divulgaram o fato pelas redes sociais, podendo a conduta ser tipificada como maus-tratos a animais, nos termos do art. 32 da Lei nº 9.605, de 1998, e da Lei nº 22.231, de 2016, a qual prevê as modalidades e as penas para o crime e a devida punição dos autores, bem como a retirada da tutela do animal que corre risco constante de ser vítima de nova conduta de maus-tratos. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 5.313/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Bytedance Brasil pedido de providências para que essa companhia avalie a possibilidade de exclusão da postagem do vídeo que faz apologia de maus-tratos a animais, que foi divulgado por um usuário do aplicativo TikTok, para que seu conteúdo não seja mais acessível e divulgado; e seja encaminhado o *link* do perfil que realizou a postagem do vídeo, no caso de ter sido realizado no Brasil, para as autoridades policiais e judiciárias brasileiras, a fim de que procedam à investigação e sejam aplicadas as sanções cabíveis se for constatado o cometimento de crime de maus-tratos a animais. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 5.320/2020, do deputado Betão, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Ivanilda Maria Vergílio, companheira do Partido dos Trabalhadores, militante de primeira hora dos direitos das mulheres, do povo negro, dos direitos humanos e sociais e das trabalhadoras e trabalhadores, que tivemos o prazer de conhecer em 2018, no encontro do Fomene, quando construímos objetivos comuns e sonhos possíveis. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 5.327/2020, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola do Legislativo de Guaxupé Miguel Antônio Stampone pela disponibilização de videoaulas para estudantes do ensino médio e do 8º e 9º ano do ensino fundamental, com o conteúdo que seria ofertado durante o Parlamento Jovem de Minas, suspenso em razão da pandemia de covid-19. (– À Comissão de Educação.)

Nº 5.333/2020, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à 4ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal – 4ªSRPRF-MG – em Contagem pedido de providências para que se intensifique o policiamento na Rodovia BR-262, em especial ao longo do Anel Rodoviário de Belo Horizonte, tendo em vista o aumento do número de ocorrências de furtos e até mesmo de roubos de cargas na citada área. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.337/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 9/4/2020, no Bairro Itaipu, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de uma pessoa envolvida em crime de tráfico de drogas e na apreensão de 880 pedras de *crack*, 2.446 pinos de cocaína e 1.554 papelotes de cocaína. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.338/2020, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que se intensifique o policiamento na BR-262, em especial ao longo do Anel Rodoviário de Belo

Horizonte, tendo em vista o aumento do número de ocorrências de furtos e até mesmo de roubos de cargas na citada área, salientando-se que, segundo alguns caminhoneiros, o trecho mais crítico é a justaposição da BR-262 e da BR-381 até a confluência com a BR-040 e Avenida Vereador Cicero Ildefonso, próximo ao Bairro Alto dos Pinheiros, em Belo Horizonte. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.364/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da ação realizada em 11/4/2020, durante a operação BH Mais Segura, no Bairro Madre Gertrudes, que resultou na prisão de quatro pessoas e na apreensão de um revólver calibre 38, munições, quantia em dinheiro, dois celulares, um *notebook*, uma TV e um carro. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.422/2020, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Evaldo Ferreira Vilela por sua nomeação para o cargo de presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. (– À Comissão de Educação.)

Nº 5.439/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e ao Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente – Caoma – do Ministério Público, em Belo Horizonte, pedido de providências para que seja fiscalizada e investigada a prática de mineração ilegal no Parque Estadual do Rio Doce, primeira unidade de conservação criada em nosso Estado, tendo em vista que um túnel característico dessa atividade ilegal foi encontrado no parque. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 5.441/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que atuaram na ocorrência, em 7/4/2020, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de três pessoas por crimes de sequestro-relâmpago, roubo e receptação. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.449/2020, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Sílvio Antônio Félix, prefeito municipal de Bueno Brandão, e com o Sr. Renato Tadeu Sassmannshausen pela conquista do Certificado de Produção de Alimentos Orgânicos, produzidos em sua propriedade, nesse município, conferido pelo Genesis Group, credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (– À Comissão de Agropecuária.)

Nº 5.476/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 17/4/2020, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de 3 pessoas, por crime de roubo de veículo, que foi recuperado. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.487/2020, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para fornecer ao Hospital Municipal Francisco Gonçalves, no Município de Pedro Leopoldo, um tomógrafo. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 5.488/2020, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam divulgados os resultados dos candidatos aprovados no exame psicológico do concurso público para o cargo de soldado da Polícia Militar de Minas Gerais no interior do Estado, relativo ao Edital nº 6, de 29 de junho de 2018. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.489/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação realizada em 23/4/2020, em Ibité, que resultou na apreensão de 3 veículos, 2 pistolas, 1 revólver, 158 munições, 5 celulares, 2 radiocomunicadores, 3 quilos de maconha, 1 balança de precisão, 3 balaclavas, 1 caderno com anotações do tráfico e R\$46.651,00 e na prisão de 3 indivíduos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.491/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da ação realizada em 20/4/2020, em Teófilo Otôni, que resultou na prisão de um indivíduo foragido da justiça. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.492/2020, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Saúde – SES – e de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a intervenção junto ao governador do Estado para que, caso sejam viabilizados os valores necessários para o término do Hospital Regional Doutor Márcio Paulino, localizado em Sete Lagoas, o convênio não fique sob a responsabilidade do Poder Executivo desse município, mas que o próprio governo do Estado administre todos os recursos, finalize as obras e garanta o funcionamento do hospital. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 5.498/2020, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para verificar o motivo pelo qual os combustíveis em São João do Oriente não tiveram impacto com as reduções no preço do combustível anunciadas pela Petrobras. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 5.507/2020, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para a verificação e a revisão, em caráter de urgência, da rede de coleta e tratamento de esgoto no Bairro Canoas, no Município de Ibirité, que está constantemente com entupimento. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 5.525/2020, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para a implantação de uma nova delegacia de plantão da Polícia Civil em Uberlândia. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.526/2020, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de providências para a implantação em Uberlândia de uma delegacia de plantão da Polícia Civil. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.529/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 29/4/2020, em Teófilo Otôni, que resultou na apreensão de 3 barras de maconha. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.534/2020, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para que seja verificado o motivo pelo qual os combustíveis da cidade de Matias Barbosa não sofreram impacto com as reduções no preço do combustível anunciadas pela Petrobras. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 5.538/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação, em 30/4/2020, no Bairro Braúnas, em Belo Horizonte, e efetuaram a apreensão de armas e munições, drogas, balança de precisão, dinheiro em espécie, joias, celulares e um veículo, registrando-se que os criminosos vieram a óbito no local após tentarem contra a vida dos militares. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.539/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que atuaram na ocorrência, em 15/4/2020, no Município de Itaípe, que resultou na apreensão de armas, munições, drogas, dechavadores, celular, veículo e quantia em dinheiro; e na prisão de 3 pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.540/2020, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para reforçar a melhoria estrutural da Loteria Mineira do Estado de Minas Gerais – Lemg – e incrementar novos jogos incompatíveis com os jogos das loterias da Caixa Econômica Federal objetivando aplicar os recursos em áreas da saúde, redução da miséria e políticas públicas de atendimento às populações carentes, em especial as inscritas em programas sociais do governo federal. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.543/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação, em 30/4/2020, em Uberlândia, que resultou na apreensão de 8 fuzis calibre 556 AR 15, 14 pistolas calibre 9mm, 15 carregadores de calibre 556, 14 carregadores de calibre 9mm, 19 aparelhos celulares, 84 garrafas de uísque, 15 carregadores de fuzil calibre 556 e 4 caixas de anabolizantes e na prisão de duas pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.546/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pelos seus 74 anos de sua criação. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 5.562/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja disponibilizada nova viatura para o destacamento sediado em Braúnas, uma vez que o veículo em utilização está sem condições adequadas de uso, o que coloca em risco a vida e a integridade física dos policiais militares. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.566/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais rodoviários federais que participaram da ação realizada em 2/5/2020, em Montes Claros, que resultou na apreensão de cinco toneladas de maconha prensada que estava em dois tanques de uma carreta que seguia do Mato Grosso do Sul para Salvador. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.568/2020, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Meio Ambiente do Ministério Público de Minas Gerais e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que seja investigado o rompimento de uma represa com rejeitos de suínos no Município de Rio Casca, o que teria provocado o despejo de substâncias tóxicas no Rio Casca, levando à morte de, pelo menos, uma tonelada de peixes e tornando a água do rio imprópria para consumo. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 5.570/2020, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Francesco Azzarello, por sua posse como embaixador da Itália no Brasil, em 7 de janeiro de 2020. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 5.575/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ – pedido de providências para que seja verificada a legalidade dos pagamentos efetuados aos magistrados do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, que, em sua maioria, em janeiro de 2020, receberam rendimentos líquidos muito acima do teto constitucional previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, conforme se pode verificar no Portal da Transparência do referido órgão: o juiz de direito André de Mourão Motta: R\$136.772,04; o juiz civil Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha: R\$143.799,22; o juiz civil Fernando José Armando Ribeiro: R\$100.400,85; o juiz civil Jadir Silva: R\$294.744,41; o juiz militar James Ferreira Santos: R\$163.039,78; o juiz de direito João Libério da Cunha: R\$84.304,49; o juiz militar Osmar Duarte Marcelino: R\$148.758,26; o juiz de direito Paulo Tadeu Rodrigues Rosa: R\$94.454,39; o juiz militar Rúbio Paulino Coelho: R\$110.729,94; e o juiz militar Sócrates Edgard dos Anjos: R\$119.295,02. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 5.576/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares pela operação realizada em 2/5/2020, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de quatro indivíduos envolvidos com o tráfico de drogas e na apreensão de drogas, armas, munições e cinco celulares. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.577/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que realizaram, em 16/4/2020, no Município de Carai, atendimento a uma chamada de roubo em uma mercearia, que resultou em óbito de um dos autores e na apreensão de uma pistola calibre .380. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.579/2020, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para que seja investigada e apurada eventual ocorrência de crime ambiental no Município de Rio Casca, que pode ter resultado na poluição do Rio Casca pela contaminação dos rejeitos de uma represa de rejeitos de suínos que se rompeu, o que levou à morte de cerca de uma tonelada de peixes. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Cristiano Silveira. Anexe-se ao Requerimento nº 5.568/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 5.587/2020, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para a inclusão do Distrito de Lapinha da Serra, em Santana do Riacho, no programa Alô, Minas!, tendo em vista que a região é um ponto turístico importante para Minas Gerais e possui um número expressivo de moradores. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 5.594/2020, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que essa empresa passe a respeitar e aplicar o art. 27, inciso II, “h”, da Resolução Normativa nº 414, de 2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica, que determina a apresentação de documento datado que comprove a propriedade ou a posse do imóvel para garantia de acesso gratuito à energia elétrica. (– À Comissão do Trabalho.)

Nº 5.599/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais rodoviários federais que participaram da operação de combate à criminalidade em rodovia federal no Estado, realizada em 5/5/2020, no Município de Congonhas, que resultou na apreensão de 1,5 tonelada de maconha e na prisão do motorista, em uma abordagem a um caminhão VW-9.150, com placa do Paraná. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.605/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da ocorrência, em 9/5/2020, em Abaeté, durante a operação Combate à Explosão de Caixas Eletrônicas 2ª Fase, que resultou na prisão de duas pessoas e na apreensão de 735 tabletes de maconha e dois veículos, um deles clonado. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.606/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que seja reavaliada a possibilidade de realização dos cursos Meaf – Treinamento de Operador de Pistola .40 e Fuzil/Imbel, Meaf – CTA/Turma 05 – Curso de Aprimoramento e Capacitação Continuada de Operador de Pistola .40, TAP – Sobrevivência Policial, Puma – turmas 1 e 2 e Depatri – Curso Básico de Ação Policial, que foram suspensos em 2019 em virtude do contingenciamento dos recursos utilizados para compra de munição. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.607/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para a nomeação dos candidatos excedentes do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, solicitação feita anteriormente por este parlamentar, uma vez que houve a nomeação dos 120 aprovados, em 21/8/2019, mas a corporação ainda tem necessidade de efetivo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.618/2020, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Secretaria de Estado de Cultura pela posse do Sr. Fábio Caldeira, doutor em direito público pela UFMG, como subsecretário de Estado de Cultura. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 5.619/2020, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pela posse da Sra. Débora Maria Ramos do Nascimento, arquiteta e urbanista mineira, especialista em patrimônio pela PUC Minas, como superintendente desse instituto. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 5.620/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da ocorrência, em 7/5/2020, no Bairro Alto Vera Cruz, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de drogas, celulares, quantia em dinheiro e um veículo e na prisão de cinco pessoas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.648/2020, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências com vistas a que seja feita articulação institucional entre essa Secretaria e a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação, para que a Coordenação Regional das Escolas Cívico-Militares do Estado seja instalada na SEE, de modo a facilitar a operacionalização e o gerenciamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim – no Estado. (– À Comissão de Educação.)

Nº 5.654/2020, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas ao reforço da segurança por meio de patrulhamento ostensivo e monitoramento de pontos estratégicos, no entorno e nas comunidades próximas às escolas mineiras definidas pelo Ministério da Educação para implementação do modelo cívico-militar, nos termos do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim –, do governo federal, e para o fortalecimento de programas desenvolvidos no âmbito escolar, como o Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd – e o Programa de Educação Ambiental – Progea – para a comunidade escolar dos estabelecimentos de ensino que serão atendidos pelo Pecim, como a Escola Estadual Princesa Isabel, em Belo Horizonte, Escola Estadual dos Palmares, em Ibitiré, Escola Municipal Embaixador Martim Francisco, em Barbacena, e a Escola Cívico-Militar Municipal de Viçosa. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.669/2020, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Marcos Brandão, diretor-presidente da BH Airport, pela inauguração do Parque Aeroportuário Industrial do Brasil. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 5.672/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação realizada em 19/5/2020, no Bairro Inconfidentes, em Contagem, que resultou na apreensão de uma tonelada e meia de maconha escondida em um galpão e na prisão de quatro indivíduos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.673/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação realizada em 14/5/2020, em São João Nepomuceno, que resultou na apreensão de drogas, celulares e quantia em dinheiro e na prisão de dois indivíduos. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.681/2020, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que seja realizada, em caráter de urgência, uma ampla campanha informativa, formativa e educativa na rede estadual de educação, com o objetivo de orientar sobre a prática de assédio moral, denunciando e condenando essa prática. (– À Comissão de Educação.)

Nº 5.692/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares Reinaldo Magno de Camargos e Karison Glenio de Souza pela brilhante atuação no dia 11/5/2020, no Município de Alfenas, de resgate de dois moradores de uma casa em chamas. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.696/2020, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que sejam resolvidas as constantes interrupções no fornecimento de energia, que têm se repetido diariamente, em vários municípios do Sul de Minas, como Poço Fundo, Nova Resende, Machado, Campos Gerais e Piranguçu, colocando em risco a vida útil de aparelhos e equipamentos eletrônicos. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 5.697/2020, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam investigadas as circunstâncias do assassinato do Padre Antônio Gabriel, pároco do Município de Santo Antônio do Aventureiro, cujo corpo foi encontrado em 18/5/de 2020, na estrada que liga Pirapetinga a Recreio. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.717/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da ocorrência realizada em 26/5/2020, em Manhuaçu, que resultou na prisão de uma mulher acusada de raptar uma bebê recém-nascida da maternidade do Hospital César Leite. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.718/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da ação realizada no dia 28/5/2020, em Betim, que resultou na apreensão de drogas, celulares, máquina de contar dinheiro, balança de precisão, arma e quantia de dinheiro e na prisão de uma mulher. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.722/2020, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Giovanne Gomes da Silva por sua nomeação para o cargo de presidente da Fundação Nacional de Saúde – Funasa. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 5.723/2020, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Patos de Minas pelo aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 5.725/2020, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Infraestrutura pedido de providências para que sejam tomadas as medidas cabíveis, em caráter de urgência, para reduzir significativamente o número de acidentes na BR-146. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 5.727/2020, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Terra da Sobriedade – Associação de Atenção à Dependência Química pelos 18 anos de sua criação. (– À Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.)

Nº 5.746/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os bombeiros militares Asps. Leandro de Oliveira Pereira e Arthur Santos Alves Batista que participaram da ação em 23/5/2020, em Belo Horizonte, quando realizaram um parto dentro de um veículo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.747/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais e bombeiros militares que participaram da operação realizada no dia 9/5/2020, em Barbacena, onde conseguiram evitar o suicídio de um senhor que tentava se jogar na linha férrea. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 5.814/2020, da Comissão de Esporte, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Adelmo Moraes de Souza Filho, ocorrido em 3/6/2020.

Nº 5.840/2020, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulada manifestação de pesar e apoio a Mirtes Renata Souza em face do falecimento de seu filho, Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, que morreu após cair do 9º andar de um prédio, no Recife (PE), quando estava aos cuidados de Sarí Gaspar Côte Real, empregadora da mãe da criança, enquanto Mirtes cumpria as ordens de passear com o cachorro dos empregadores.

Nº 5.912/2020, do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados pedido de providências com vistas a que seja garantida pelos deputados e pelas deputadas a prorrogação do auxílio emergencial, no valor de R\$600,00, pelos próximos meses, assegurando que parcela significativa da população consiga enfrentar o atual momento com o mínimo necessário para uma vida digna. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.913/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que se intensifique a fiscalização dos transportes públicos coletivos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista as constantes denúncias comprovadas de superlotação de ônibus, provocando a aglomeração dos usuários e por consequência a disseminação da covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.916/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de providências para a criação de linha de crédito com condições especiais de juros e prazo de pagamento para o atendimento aos guias de turismo do Estado. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.917/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de providências para que se introduza processo simplificado de solicitação de crédito por parte de empresas e empreendedores dos setores de turismo, gastronomia e hospitalidade durante a pandemia de covid-

19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.918/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH – pedido de providências para que seja flexibilizada a utilização das calçadas por parte de bares e restaurantes, com vistas a apoiar a retomada desse setor, que teve suas atividades seriamente prejudicadas pela pandemia de covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.919/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que sejam isentos do pagamento da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento as empresas e empreendimentos do setor turístico e de hospitalidade durante a pandemia de covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.920/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que sejam isentas do pagamento da taxa de incêndio as empresas do setor de turismo e hospitalidade enquanto durar a pandemia de covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.921/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – Secult – pedido de providências para que seja instituído um grupo de estudos com vistas à elaboração de um plano estadual de retomada e fortalecimento dos setores de turismo e gastronomia, a ser submetido ao Comitê Gestor das Ações de Recuperação Fiscal, Econômica e Financeira do Estado de Minas Gerais – Comitê Extraordinário FIN Covid-19 –, instituído pelo Decreto nº 47.896, de 25 de março de 2020. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.922/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG – pedido de providências para a criação de linhas de crédito específicas e direcionadas para os setores de turismo e gastronomia, que foram impactados de forma especialmente forte pela recessão econômica advinda da pandemia de covid-19. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.923/2020, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre os valores dos recursos arrecadados pelo Fundo de Assistência ao Turismo nos últimos quatro anos e as atividades para as quais foram destinados. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.925/2020, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para sanção urgente da Proposição de Lei nº 24.626, encaminhada por meio do Ofício nº 1.021/2020/SGM, em 10/6/2020, e anúncio da medida, dando efetividade à lei e suspendendo a apreensão de veículos em razão da falta de pagamento de tributos, enquanto durar o estado de calamidade decorrente da pandemia de covid-19, inclusive com a suspensão da multa pelo atraso no pagamento do IPVA. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para

deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.927/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências com vistas a que sejam instaurados inquéritos policiais militares para que as denúncias de violações de direitos humanos, ocorridas durante o Carnaval de Belo Horizonte, em 2020, contra os foliões, sejam devidamente apuradas, bem como sejam encaminhadas à referida corporação as notas taquigráficas da 2ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater as ações dos órgãos e entidades do governo do Estado envolvidos com eventos realizados antes e durante o Carnaval de Belo Horizonte, tais como o processo de liberação de trios elétricos, denúncias de intimidação e violência policial, entre outros, afrontando-se direitos humanos fundamentais, e o *link* para acesso, no portal da ALMG, ao vídeo com o inteiro teor da referida reunião.

Nº 5.928/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG – e à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para que seja criada uma comissão interdisciplinar com os blocos carnavalescos, trabalhadores ambulantes, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh – e a Comissão de Direitos Humanos da ALMG para tratar de normas relativas à realização do carnaval, bem como para que possam acompanhar as festividades de modo que os direitos humanos de toda a sociedade sejam preservados.

Nº 5.929/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH –, à Empresa de transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans –, ao governador do Estado, à Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte – Belotur – e à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que esses órgãos se reúnam previamente com os blocos e com a liga do carnaval de Belo Horizonte para que sejam tornadas públicas as normas exigidas para carros, trios elétricos, caminhão-palco e outros veículos utilizados na festividade, bem como para a construção de regimentos que não extrapolem o direito à livre manifestação e outros direitos fundamentais, previstos no art. 5º da Constituição Federal.

Nº 5.930/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – pedido de providências para, em conformidade com o § 1º do art. 3º do Decreto Federal nº 4.887, de 2003, seja dado seguimento ao processo de identificação, delimitação e demarcação da comunidade quilombola Biquinha, localizada no Município de Virgem da Lapa, ressaltando-se que a 1ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a violação dos direitos humanos das comunidades quilombolas Biquinha, Água Limpa, Campinhos e Capim Puba, localizadas na Fazenda Capão de Lizário, no Município de Virgem da Lapa, ameaçadas de não poderem permanecer em seus territórios.

Nº 5.931/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de providências para que, em conformidade com os §§ 2º, 3º e 4º do art. 8º do Decreto nº 47.289, de 20/11/2017, seja dado seguimento ao processo de identificação, delimitação e demarcação da comunidade quilombola Biquinha, localizada no Município de Virgem da Lapa.

Nº 5.932/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Comando-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que não seja cumprida ordem de reintegração de posse relativa às Comunidades de Água Limpa e Biquinha, haja vista tal ação estar suspensa por força de decisão constante nos autos do Processo nº 1000240-04.2020.4.01.3816.

Nº 5.933/2020, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – e ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ – pedido de providências para que sejam averiguadas as denúncias apresentadas na 1ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 10/3/2020, sobre o processo de retificação extrajudicial de pequenas áreas privadas ou terras devolutas para grandes latifúndios, envolvendo serviços cartoriais no Estado.

Nº 5.935/2020, do deputado Elismar Prado, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para adoção de medidas para testagem em massa da população, objetivando verificar a contaminação pelo coronavírus causador da covid-19, determinando-se ainda a testagem imediata para comprovação da causa de todas as mortes ocorridas em consequência de síndrome respiratória aguda grave, conforme registrado nos atestados de óbito. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.936/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que seja apreciado o pedido de apoio apresentado pelo Colégio de Representantes dos Contribuintes do Estado de Minas Gerais, assegurando a sobrevivência das empresas e a circulação de renda, bens, serviços e emprego. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.937/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja impedido o empenho de policiais militares na guarda e custódia de presos no Centro de Apoio Operacional – Caop – do Município de Uberlândia, tendo em vista as condições locais, contrárias às atuais recomendações de contenção ao avanço do novo coronavírus, ressaltando-se que a criação do próprio Caop foi objeto de audiência pública da comissão, já que foi concretizada por meio de memorando, em violação à competência da Polícia Civil de Minas Gerais. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.938/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Marconi Henrique da Silva pelos relevantes serviços prestados à Escola Estadual Hermenegildo Chaves, onde, mesmo com a suspensão das aulas ocasionadas pela covid-19, continua prestando seu trabalho com excelência e buscando formas de levar conhecimento aos alunos em tempo de pandemia. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.940/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que sejam averiguadas as condições de trabalho dos policiais civis que atuam no Centro de Apoio Operacional – Caop – do Município de Uberlândia, tendo em vista as condições locais, contrárias às atuais recomendações de contenção ao avanço do novo coronavírus, uma vez que, de acordo com foto apresentada, há clara evidência de desrespeito às normas vigentes de contenção do avanço do coronavírus, qual seja o devido distanciamento e o uso de máscaras. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.941/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que sejam averiguadas as condições de trabalho dos servidores públicos que atuam no Centro de Apoio Operacional – Caop – do Município de Uberlândia, tendo em vista as condições locais, contrárias às atuais recomendações de contenção ao avanço do novo coronavírus; e sejam tomadas as providências cabíveis face ao empenho de policiais militares na guarda e custódia de presos dentro de mencionada unidade, uma vez que cabe à Polícia Civil executar a vigilância de detentos dentro de seus departamentos, ressaltando-se que a própria criação do referido Caop foi objeto de audiência pública da comissão, já que concretizada por meio de memorando. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da

Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Nº 5.942/2020, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que a superintendente regional de Ensino da Metropolitana B se abstenha de adotar medidas de intimidação e aplicação de penalidade aos profissionais da educação básica convidados para participar de atividade parlamentar da Presidência dessa comissão, realizada através de uma *live* no dia 9/6/2020, com a finalidade de debater o regime de ensino remoto estabelecido pelo governo do Estado e formas de amenizar os prejuízos à aprendizagem dos estudantes mineiros em razão do isolamento social, visto que tal conduta, supostamente amparada pelo Memorando SEE/SEAD nº 8/2019, de 2 de maio de 2019, Ofício Circular SEE/SE nº 15/2019, de 5/9/2019, e Ofício GAB nº 62/2019, de 14/10/2019, fere o direito à livre manifestação do pensamento, bem como constitui violação da intimidade, princípios previstos no art. 5º da Constituição Federal, além de configurar cerceamento da atividade parlamentar de integrante desta Casa Legislativa, ferir o princípio da separação dos poderes e configurar prática de assédio moral contra servidores. (– Aferido o caráter de urgência pelo Colégio de Líderes, vai o requerimento à Mesa da Assembleia para deliberação, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* do dia 21/3/2020.)

Proposições Não Recebidas

– A presidência, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte proposição:

REQUERIMENTO Nº 5.631/2020

Do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pelos 74 anos de sua fundação.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações dos deputados Carlos Pimenta e Sávio Souza Cruz.

Oradores Inscritos

O deputado Arlen Santiago – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Sras. Deputadas e Srs. Deputados; boa tarde, povo de Minas Gerais. Hoje nós estamos aqui para usar a fala porque estamos com um problema no Brasil que muito nos aflige. Nós estamos aí com um problema nacional de falta de anestésicos. Uma anestesia geral hoje... Não se consegue comprar mais medicamentos. Já estava havendo um aumento nos preços de 200%, 300%, até de 500%, e agora está em falta o insumo no Brasil. E, segundo informações, uma falta também dos insumos de anestesia em todo o mundo.

É lógico que, com essa questão da pandemia, muito mais gente teve que ser entubada, muito mais gente teve que ficar em coma e, com isso, houve um gasto maior de anestésicos. Em contrapartida, muitas cirurgias eletivas não foram realizadas. Então, nós estamos realmente vendo essa situação aí, e vou entrar com um requerimento agora, à tarde, porque nós temos que colocar a Polícia Federal e, se for o caso, até o Exército nessa questão da segurança nacional. Realmente é impossível que alguns aproveitadores aumentem o preço dos medicamentos em 300%, até 500%, e deixem a população inteira de um país nessa situação. Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa em nosso país.

De maneira alguma a gente prega que vá lá e tome dos produtores, das fábricas, dos importadores o anestésico. Tem que haver uma explicação. Realmente essa situação da anestesia no nosso país é inconcebível. E a pessoa que tiver estoque e não estiver vendendo por algum motivo que não tenha explicação, terá que ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional. A gente gostaria muito que a Polícia Federal e, se for o caso, até o Exército com o Ministério Público Federal entrassem imediatamente nessa situação calamitosa.

Nós vemos aí uma série de problemas no mundo. É lógico que essa questão da Covid tomou uma proporção inimaginável. Já temos aí alguma coisa em torno de quinhentas mil mortes. Não é aquele 1 milhão de mortes que nós registramos, no ano passado, por tuberculose no mundo – 1 milhão de mortes por tuberculose. A questão agora da falta de anestésicos poderá elevar em muito as mortes dos casos graves da pandemia da Covid-19.

Então, nós temos que ter cuidado com o que tem sido colocado. Nós temos inúmeras correntes de que não se deve vacinar as pessoas. Aí, estamos com o sarampo voltando, estamos com várias outras doenças voltando e há essas ideias de jerico que querem que se evite a questão das vacinas. Felizmente, para muitas doenças, nós temos vacinas que são altamente eficazes. E agora estamos ouvindo falar já de testes de vacinas da Covid-19. Tomara que, realmente, a gente consiga uma vacina que crie imunidade, que a humanidade possa passar por essa chaga. Mas, realmente, a questão de não haver anestésicos no nosso país para que os hospitais possam comprá-los é uma situação extremamente dramática.

Além disso, nós vimos hoje a questão do “Covidão” explodindo. Hoje bateu às portas do Amazonas, já prenderam a secretária de Saúde e várias pessoas, com suspeitas gravíssimas de desvio de recursos, que têm ido para os estados e alguns municípios para poder enfrentar. O presidente Bolsonaro tem mandado esses recursos. Nós já vimos aí uma quantidade enorme de recursos que estão sendo empregados pelo governo federal, votados pelo Congresso; e os estados, os municípios e os hospitais recebendo esses recursos, que, realmente, têm que ser bem aplicados porque a luta na saúde é grande.

Agora mesmo, com a questão do aumento de casos em Minas Gerais, nós estamos vendo que as cirurgias eletivas foram suspensas novamente e, realmente, nós temos que compatibilizar essa questão do Minas Consciente, de poder ter não só aberturas mas também tranquilidade principalmente para a população. Nós temos visto a população ir para as ruas à toa, às vezes, sem necessidade. Nós temos visto também que a questão do transporte coletivo nas grandes cidades está sendo realmente um verdadeiro massacre, ao se colocar as pessoas todas no metrô, nos ônibus, aquela quantidade de pessoas ali. Além disso, a desumanidade das filas da Caixa Econômica e das lotéricas, que têm feito as pessoas que estão buscando esse auxílio emergencial se sujeitarem à aglomeração. Então, há também essa questão da Caixa.

Então, a população é que tem que se defender. Quanto às outras medidas, as secretarias municipais e estaduais de Saúde e o governo federal têm tomado. Agora realmente tem que se cuidar cada vez mais. É lógico que o mundo tem que continuar, ele tem que continuar. Amanhã nós teremos a votação na Câmara Federal – porque, no Senado, já ocorreu – da possibilidade de atrasar as eleições municipais deste ano em praticamente 40, 45 dias. Teremos que ver amanhã se se consegue ou não um consenso. Vários partidos já estão contra o adiamento das eleições. O partido do presidente Carlos Henrique, por exemplo, o Republicano já está contra, o PP e vários outros partidos, porque, realmente, nós calculamos e todas as projeções são de que, em outubro, nós estaremos num declínio da pandemia.

E realmente a questão da mudança da data eleitoral é muito problemática juridicamente. Primeiro, teria que haver uma proposta de emenda constitucional que fosse votada um ano antes do pleito – é o que reza a lei eleitoral. Além disso, outros problemas começam. Por exemplo, no dia 7 de outubro, cai a inelegibilidade de inúmeras pessoas que não podem disputar a eleição, e, na hora do registro, elas vão ficar aptas. O que vai acontecer com isso aí? Então, pessoas que já se descompatibilizaram há seis meses... É bastante complicado, e eu acho que esses partidos que falam... Essa mudança de 40 dias, o que vai trazer de bom para a população? A gente fica ouvindo opiniões de um lado dizendo que, com mais 40 dias, a pandemia já vai ter passado mais, e a gente está vendo que tudo indica... Em alguns estados, o número de casos já começou a decair. A associação dos hospitais particulares também já começou a colocar que a quantidade de casos de internação em hospitais privados, na maioria dos estados – principalmente os que foram atingidos primeiro –, já está caindo. Então, a gente vê que uma questão séria como essa da pandemia... Quer dizer, é preciso encontrar o ponto de equilíbrio com uma outra questão seríssima que é a eleição no dia 4 de outubro. Mas, de qualquer jeito, esta semana a

gente vai ficar sabendo e dar uma olhada no que os nossos deputados federais – na sua grande maioria, muito responsáveis – vão fazer para equilibrar essa situação aí: continua no dia 4 ou muda para o dia 15.

No mais, presidente, queria alertar... E vamos entrar aí na presidência com os nossos requerimentos. O nosso assessor, advogado do gabinete, já está preparando algo para que a Assembleia, o mais rápido possível, possa acionar a Polícia Federal, o Exército, o Ministério Público Federal e o Ministério Público estadual para que realmente a gente possa ficar sabendo qual é a causa desse boicote da venda dos anestésicos para os hospitais, principalmente aqueles que estão enfrentando a pandemia e têm que dar anestesia em seus pacientes, anestésicos para que o paciente possa ficar com o tubo e possa se recuperar da Covid. É muito duro, é muita maldade, em um momento como este em que realmente os brasileiros já estão sofrendo tanto, em que o mundo já está sofrendo tanto, alguns poucos fabricantes do anestésico fazerem um boicote para que haja um aumento exorbitante de preços. Muita gente vai morrer por causa disso, e o Ministério Público e a Polícia Federal entrando nessa questão... Tem que ser usada a Lei de Segurança Nacional. Realmente, quando houver alguma morte por que não houve a possibilidade de venda para os hospitais de anestésicos... Realmente isso tem que ser tratado como um crime de homicídio doloso.

Era o que eu tinha para falar hoje, Sr. Presidente. Um grande abraço. Felicidades!

O presidente – Outro grande abraço, deputado Arlen. Queria só fazer uma pequena correção no pronunciamento de V. Exa.: o meu Partido Republicano foi convencido de que as eleições necessitam ter sua data alterada para o mês de novembro. Queria só fazer essa correção.

Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Virgílio Guimarães.

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu, em primeiro lugar, com muita tristeza, faço comunicação a esta Casa do falecimento de uma grande lutadora pelo serviço público, antes de ser uma grande lutadora pelos servidores públicos, da nossa queridíssima companheira Carminha Bomtempo, que faleceu ontem, deixando-nos com enorme tristeza. Ela foi uma das fundadoras do movimento de servidores públicos ainda no princípio da década de 1980. Quando o sindicalismo dos servidores públicos ainda não havia sido legalizado pela Constituinte de 1988, a Carminha já era aquela pequena notável, uma pequena lutadora. Participou da fundação, foi da USP. Fundou várias entidades ligadas aos servidores da Previdência Social, do Sintsprev. Foi presidente da CUT da Grande BH. Enfim, ela participou de todas as entidades nacionais. Ela nos deixou, e nos deixou um legado enorme. Era um exemplo de luta, de participação, de resistência, uma resistência até pela vida. Ela própria foi uma pessoa que lutou pela sobrevivência. Foi vencedora. Ela nos deixa um legado enorme, sobretudo neste momento que temos a questão previdenciária tão presente aqui em nosso meio, em nosso país.

Fica aqui, portanto, a minha homenagem à Carminha Bomtempo, à Carminha Lúcia Bomtempo, essa grande lutadora pelo serviço público, pelo povo brasileiro, pela emancipação do povo brasileiro.

Não sei se cabe 1 minuto de silêncio. Não o farei porque estamos ainda com reuniões a distância. Presencialmente, talvez ainda o faça brevemente.

Por falar na Previdência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não poderia deixar de tecer aqui alguns comentários a respeito desse assunto. Antes queria fazer lembrar a esta Casa que sempre fiz uma abordagem muito realista a respeito de temas tais como Previdência Social, tais como equilíbrio fiscal. Várias vezes eu subi à tribuna para mostrar que as medidas fiscais são necessárias porque as condições externas mudam. Então há algumas variáveis que, quando mudam, mesmo as leis ficando no mesmo lugar, mudam a situação. Então a lei existe para conformar a realidade, mas ela tem de partir do reconhecimento daquilo que é a própria realidade.

Então, uma lei não muda num passe de mágica. Por isso, com relação... Se assim fosse, eu já teria um projeto pronto: fica proibida a transmissão de coronavírus em Minas Gerais. Fica proibida a doença Covid-19 em nosso estado. Isso não tem sentido. Portanto, eu não tenho como permanecer do mesmo jeito se as condições externas mudam. As finanças públicas mudam, a expectativa

de vida muda, tudo muda, e a lei tem de acompanhar isso. Se a lei não acompanha, não há problema nenhum. A lei permanece, mas as condições que envolvem o exercício da lei mudam.

Eu falo isso para lembrar que eu sempre analisei sobretudo essas questões tributárias, previdenciárias, que têm seus efeitos a longo prazo, muito acima de uma questão puramente de governo, até porque o meu partido, o PT, já foi governo nacional, já foi governo aqui, é governo em vários estados. Eu não estou entre aqueles que têm a chamada visão oportunista, que, de acordo com as circunstâncias, têm uma posição. Não, não é o meu caso. Participei intensamente à época em que tivemos a reforma previdenciária do governo Lula, que foi importante, em 2003, assim como da parte da reforma tributária aprovada. Tudo isso foi natural, num ambiente de discordância, de várias polêmicas em torno desses temas todos. Não há problema. É assim que a democracia se manifesta.

Mas, neste momento, eu queria chamar atenção aqui, em primeiro lugar, para a minha postura em relação a esses temas, para dizer que não acho oportuno, neste momento, essa discussão de misturar o tema previdenciário e a questão das alíquotas com outras questões que dizem mais respeito à obediência a uma lei que está em vigor, mas que não tem mais, digamos assim, a cobrança imediata que havia no início do ano, que era o Regime de Recuperação Fiscal.

Então várias medidas que estão imbricadas aí e misturadas com a reforma da Previdência têm mais a ver com a adaptação da legislação mineira às exigências da lei que regula o Regime de Recuperação Fiscal. Não acho isso oportuno, de imediato, não, porque temos uma questão importante e que é previdenciária e que devemos discutir. Aí podemos entender que deva ser feito agora ou não, mas eu preferia até... E vou seguir naturalmente a discussão coletiva que faremos na Casa, na bancada do bloco e no meu partido também, mas alguns impactos devem ser postergados, diferidos no tempo.

De imediato, há a ideia de se fazer um fatiamento dos temas, ou seja, de um lado, a questão administrativa e a questão de alguns direitos de trabalhadores que têm as exigências da lei do Regime de Recuperação Fiscal, para deixá-las de lado, e, de outro lado, o fato de nos concentrarmos ou não, para discussão, em separado, da questão previdenciária. E aí, sim, saber quais são as medidas que devem ser tomadas, quais deverão ser tomadas agora para a implementação imediata, e quais poderão ser tomadas agora para a implementação a partir do próximo ano, quando houver a descompressão salarial dos servidores públicos, para que ninguém perca poder aquisitivo de imediato. Não faz sentido haver uma redução salarial, uma redução de salário nominal num momento deste.

Vejo que algum esforço deva ser feito paralelamente também à questão da discussão previdenciária. Volto a insistir num tema que também é recorrente de minha parte. Temos nichos saudáveis e necessários de arrecadação para que possamos atravessar o período da crise econômica. Temos alternativas para isso. É claro que a adaptação do regime previdenciário é decorrência da realidade mutante, porque, se a realidade muda, a legislação tem que mudar também, e é bom que seja assim. A realidade muda para melhor, e, com isso, as pessoas vivem mais. Portanto se não mudarmos nada, a situação não vai deixar de mudar. É por isso que temos que implementar outros recursos. Enfim, é a sociedade que tem que definir o que pode ser feito ou não.

Neste momento em que não temos uma participação plena, na Assembleia, creio que haver essa divisão, o chamado fatiamento dos temas, seria extremamente adequado e daria condição a uma discussão muito mais técnica, uma discussão muito mais atenta, em vez de ficar apenas colocando o arrocho no servidor público como o caminho possível do reequilíbrio fiscal. De jeito nenhum. Temos outros caminhos para isso, sobretudo porque a lei complementar que trata do tema já está um pouco envelhecida, até superada pela prática do próprio governo federal que já implementou outras medidas e outros acordos referentes também às dívidas dos estados para com a União.

Portanto é um tema que tem de ser analisado sob novos parâmetros e num momento próprio. Temos até o final do ano para fazer isso, depois que voltarmos normalmente aos trabalhos na Assembleia, até porque não temos nenhuma medida que implique cláusulas de diligência, como a anterioridade anual ou a chamada noventena, que o sistema tributário exige.

Portanto, creio que, com mais calma, com mais tempo, com a separação dos temas, nós teremos melhores condições para analisar cada um deles e escolher o caminho possível. Não estou entre aqueles que acha que qualquer reforma da Previdência é ruim;

de jeito nenhum, inclusive a dos servidores. Nós não estamos no paraíso. Se eu achasse que a nossa Previdência é a melhor do mundo, que é perfeita, intocável, irretocável, que não é aperfeiçoável, eu acharia que estávamos no paraíso. Não é isso. O governo enviou uma proposta. O Brasil tem isso. O Executivo no Brasil tem o poder de mandar projeto de lei, o que pessoalmente eu acho um absurdo. Eu acho que fora a lei orçamentária, na imensa maioria dos países, o Poder Executivo não tem que mandar lei alguma; quem faz lei é o Legislativo. Mas aqui no Brasil existe isso. Então, tudo bem. Ele mandou, mas cabe a nós, do Legislativo, fazer o que acharmos melhor. Não há motivo algum para seguir a batuta de quem quer que seja, a não ser a batuta do povo mineiro, que nos elegeu como legisladores daqui, da Assembleia Legislativa.

Portanto, eu chamo a atenção para esse aspecto tão importante, para que haja discussão. Eu até já defendi aqui, antes mesmo da chegada desse projeto de lei, que nós deveríamos ter um funcionamento regular durante o recesso, ou seja, não haver o recesso. Eu me lembro de que o deputado Zé Reis fez essa proposta, e eu a manteria. Mas, nesse momento, outros fatores entraram. Há a questão disso facilitar ou não uma possível obstrução do projeto, enfim... Eu nem quero discutir mais isso, porque ganhou outra dimensão. Mas eu vejo que a discussão do tema é sempre possível, oportuna e adequada. Eu não sei o efeito da não discussão disso agora. Eu ouço falar muito, mas ainda não vi qual será o prejuízo de Minas. Eu sei que teria de ser votado até o final de setembro. Essa data de 31 de julho, até hoje, eu não sei para que ela serve. Eu não sei; eu sei o que está na lei. A lei diz que são as transferências voluntárias; as transferências que estão em lei não se interrompem; as constitucionais muito menos. Sendo assim, esse possível prejuízo diz respeito muito mais aos municípios, que dependem muito das transferências voluntárias, de rubricas orçamentárias, de emendas parlamentares. Eu não conheço nenhuma; eu não conheço.

Eu já pequei a lista das emendas que não foram executadas, excetuando-se a questão da saúde, que também não seria afetada por essa proibição. Eu não sei, eu não sei se Minas está negociando algum empréstimo, não sei se está dependendo do aval da União para alguma coisa. Eu não sei; acho que não. Que eu saiba, não. Não tenho conhecimento de nenhuma transferência que está para ocorrer agora, transferência não constitucional, as chamadas transferências voluntárias; não conheço emenda federal relevante direcionada a órgãos de Minas Gerais. Parece que há alguma coisa no Idene... Não sei. Teria de ver se há algum convênio, alguma coisa. Enfim, de qualquer maneira, esse tipo de afogadilho não me preocupa, mas nós teremos um período aí até setembro, com certeza. Aí, sim, deveria haver impacto na arrecadação.

Então, quero deixar aqui essas observações de uma maneira muito tranquila, mas muito enfática. Eu sou muito enfático nisso. Nós devemos ter a condição de fazer uma discussão mais focada efetivamente no tema que está posto, e não envolver nisso uma série de discussões a respeito de corte de benefícios já históricos dos servidores, de fazer outras mudanças administrativas. Eu vejo algumas e até acho que são relevantes, importantes, como a criação de um órgão de gestão integrada. Não vejo problema algum. Eu sou do PT, participei da fundação da CUT, e ambos temos como carta de princípio a previdência única.

Faz parte dos princípios basilares do PT e da CUT ter um sistema único, ou seja, não ter diferença entre o regime privado de servidores públicos e de civis, de militares, urbanos, rurais, nem nada. Eu sou um defensor ferrenho disso. Nós deveríamos ter uma Previdência absolutamente unificada, para todos. Deveria haver uma emenda constitucional federal que implantasse isso, mas não é o que está na nossa pauta neste momento. Então, não vou ficar fazendo aqui uma discussão filosófica a respeito disso, mas é só para conhecer o meu pensamento a respeito do tema. Não vejo nenhum problema em, passo a passo, ir aproximando disso, até porque o presidente Lula... (– Falha na transmissão.)

A presidenta Dilma também fez uma pequena reforma no que se refere à pensão por morte, que é adequada aos novos tempos. De 1938 para cá, a dupla jornada de trabalho mudou muito. A vida familiar mudou muito também, as separações, os novos casamentos, essas coisas todas. (– Falha na transmissão do áudio.) Não foi problema nenhum, nunca causou incômodo nenhum. Não vejo nenhum problema em a gente fazer isso aqui, em Minas. Mas eu vejo problema, sim, em tratar com afogadilho, jogar a

participação dos servidores como se fosse tudo um incômodo. De forma nenhuma. A participação e a mobilização ajudam, e ajudam muito.

Foi até importante que eu começasse o meu pronunciamento aqui com a homenagem à grande lutadora que foi Carminha Bomtempo, não só pelos servidores e pela Previdência Social, mas sobretudo pela Previdência e pelo povo brasileiro. Tenho dito.

O presidente – Obrigado, deputado Virgílio Guimarães. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, boa tarde.

O presidente – Boa tarde.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde aos colegas deputados e deputadas, ao povo mineiro, ao povo do Jequitinhonha e do Mucuri, a todos os telespectadores, aos servidores que estão aí na Casa, fazendo esse esforço para a Assembleia continuar o seu trabalho.

Quero aproveitar e parabenizar, Sr. Presidente, a Assembleia Legislativa, em nome do presidente Agostinho Patrus, em nome de toda a Mesa. Quero parabenizá-los porque, no momento em que o presidente foi tão cobrado para que a Assembleia voltasse os seus trabalhos presenciais, a Assembleia foi firme, a presidência foi firme. É assim que eu acho que todos deveriam agir.

Lá, no início, falávamos que os casos em Minas Gerais aumentariam. Não era isso que nós queríamos, mas a gente sabia que aumentariam. É assim que a pandemia funciona. E, naquele momento, o governo de Minas dizia que tinha tomado todas as precauções.

Sr. Presidente, eu volto a lembrar que a primeira audiência pública, no Estado de Minas Gerais, para discutir esse tema foi na nossa Comissão de Saúde, solicitada por mim, no dia 25 de fevereiro, e, ali, nós já cobrávamos do Estado.

Hoje eu falo diretamente da cidade de Araçuaí. Eu falava o tempo inteiro, desde o início da pandemia, que eu preciso lembrar a cada dia, a cada instante, nas nossas ações, que eu estou parlamentar, mas que nunca eu poderia me esquecer que sou médico. E que, no momento em que fosse necessário, eu estaria pronto a estar na linha de frente.

Pois bem, Sr. Presidente, eu estou na linha de frente. Eu estou fazendo plantão na enfermaria com pacientes da Covid-19. Eu quero hoje fazer uma fala direcionada ao povo mineiro, direcionada aos colegas médicos, aos colegas da enfermagem, a todos os cuidadores, àqueles que limpam o nosso ambiente de trabalho, ao pessoal da limpeza.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que nós achávamos, pensávamos que estávamos no mesmo barco. Nós pensávamos. Quando a gente vem para a linha de frente, quando a gente lida diretamente com paciente sabidamente positivos, quando a gente vê a dor das famílias distantes... Já estive com pacientes cujas famílias moram distantes – acientes aqui no Vale do Jequitinhonha, e a família no Rio de Janeiro –, com pacientes passando por aqui. Sr. Presidente, quando a gente lida com isso, com essa dor da família que está distante, que não está vendo a pessoa, a gente vê que a gente não está no mesmo barco. É um barco para cada pessoa, para cada ação. Os médicos estão num barco, a enfermagem está num barco; os pacientes estão em um barco diferente, os familiares estão em outro barco diferente. Estar na linha de frente nos faz repensar muito mais – muito mais – a vida, as ações, inclusive fazer um paralelo das nossas ações parlamentares. Isso nos dá energia. Estar dentro de uma enfermaria com pacientes sabidamente contaminados pela Covid-19 nos dá mais energia, Sr. Presidente, mais força para atuar mais firmes a cada dia.

Eu fiquei uma semana participando das reuniões dos deputados, mas sem fazer os discursos que eu gosto de fazer sempre. Estou atuando há uma semana na linha de frente, e isso nos faz repensar a vida, repensar as discussões que nós travamos nesta Casa. Eu solicito a todos os colegas que estão me estudando neste momento: vamos juntar o que nós temos de bem, vamos juntar a força de cada um, porque 77 deputados podem fazer a diferença na vida de muita gente – de muita gente. É satisfatório saber que a gente está, de alguma maneira, fazendo a diferença; que os profissionais da enfermagem, principalmente, que ficam 24 horas no leito... Sr.

Presidente, nós, parlamentares, temos que ver isso. É um absurdo nós termos profissionais de enfermagem ganhando menos que um salário mínimo no Estado de Minas Gerais. Isso é inaceitável, é inaceitável! Nós precisamos valorizar mais isso.

Eu quero pautar também um assunto já pautado por outros colegas: os insumos. É duro a gente solicitar uma vaga de transferência para um paciente, e o colega dizer que não pode ceder a vaga porque não há remédio para sedar o paciente... (– Falha na transmissão do vídeo.)

O presidente – Deputado Jean, parece-me que a...

O deputado Doutor Jean Freire – ... para sedar o paciente.

O presidente – Voltou. Deu um problema muito rápido na sua conexão, deputado Jean.

O deputado Doutor Jean Freire – Está me ouvindo, Sr. Presidente?

O presidente – Sim, agora, sim.

O deputado Doutor Jean Freire – Onde estão essas medicações? O que houve? Pararam de produzir? Há alguém guardando medicação para aumentar o preço? Isso é crime! Nós temos a obrigação, sim, de questionar isso. A Assembleia Legislativa tem, sim, que fazer esse papel, requerimentos e mais requerimentos. É preciso ver por que estão faltando medicações assim, medicações para manter o paciente sedado. Por que os materiais, as medicações e os insumos da hemodiálise aumentaram? Por quê? Qual o motivo? Isso é crime! Tentar ganhar recurso, ganhar mais em cima da miséria dos outros, em cima da doença, em cima da pandemia, em cima do sofrimento dos outros, isso... (– Falha na transmissão do vídeo.)

O presidente – Mais um problema...

O deputado Doutor Jean Freire – Isso é crime! Isso é crime! (– Falha na transmissão do vídeo.)

O presidente – Deputado Jean, a sua conexão está com problema, está se alterando. Deputado Jean, a sua conexão não está boa. Eu vou passar para o próximo orador inscrito, deputado Jean. V. Exa. falou na metade do seu tempo, então o senhor terá, assim que se restabelecer a conexão, a continuidade da sua fala, com 7 minutos.

Com a palavra, para seu pronunciamento, a deputada Celise Laviola.

A deputada Celise Laviola – Boa tarde, presidente. Bom estarmos aqui novamente. Eu queria aproveitar para cumprimentar todas as minhas colegas e os meus colegas que estão aqui, nesta reunião; também todos que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais; e os nossos servidores da Casa, presidente, que estão aí firmes, fazendo a gente manter o nosso trabalho. E a gente continua mostrando que esta Casa não parou, não parou nem por um instante, e, na minha forma de entender, a Mesa tem decidido da melhor maneira possível. Estamos trabalhando da forma correta e dando exemplo de cumprimento do isolamento e mesmo assim cumprindo a nossa missão. Em especial, presidente, cumprimento o senhor por estar aí conosco à frente do nosso grupo, dentro da Frente Parlamentar de Enfrentamento à Covid-19, atuando tanto, participado tanto conosco. Estamos conseguindo realizar muitas atividades e atuar de uma forma significativa. Isso é muito importante. Parabéns pela atuação, presidente.

Hoje nós tivemos uma notícia, presidente, de que a Fundação Renova talvez inicie cortes dos auxílios emergenciais, agora mesmo no período da pandemia. Eu recebi isso do pessoal da região, dos atingidos, e fiquei muito preocupada. Imediatamente, fiz contato com todos, e, prontamente, a Fundação Renova, através do Marcelo Micherif, que já se propôs a fazermos uma reunião hoje, às 16 horas, para esclarecer essa questão. Os atingidos ficaram muito preocupados quando receberam essa notícia, quando tiveram essa informação. Então a gente já está tomando providências para poder passar-lhes uma resposta efetiva, o que realmente está acontecendo e tentar tranquilizar o nosso povo, já tão sofrido com essa tragédia de Mariana.

Eu também, presidente, queria dizer que tenho recebido muitas mensagens. Eu acho interessante isso, porque, como o pessoal da minha região é muito próximo e a gente conversa com muita frequência, eu tenho recebido, principalmente de regiões distintas da minha, onde não faço um trabalho muito frequente, várias mensagens com relação à reforma da Previdência. E eu quero

dizer que, de forma muito responsável, esta Casa vai discutir a reforma da Previdência. Nós sabemos que ela é uma imposição e que tem que ser feita, mas nós sabemos que o nosso papel fundamental como parlamentar é discutir, aperfeiçoar, melhorar e ver quais impactos nós podemos melhorar para os servidores.

Então eu quero tranquilizar os servidores como servidora que sou também, pois farei tudo para amenizar a situação dos servidores de forma responsável, mantendo a motivação do trabalho público, mantendo a qualidade do trabalho público, mas mantendo também e principalmente o nosso Estado de Minas Gerais em condições de tocar em frente os seus projetos, de manter inclusive os serviços públicos de qualidade e de forma remunerada. Isso é muito importante. Nós precisamos pensar em tudo que vai nos dar a sustentação para isso, neste momento. Então vamos avaliar. Estamos, sim, muito preocupados com todos os servidores. Eu quero deixar aqui em especial a minha preocupação e dizer que faço coro a ela com relação à Polícia Civil, ao tratamento diferenciado. Nós queremos que ela tenha um tratamento de polícia, um tratamento igualitário e estamos aqui junto com eles para lutar por isso de forma responsável sempre, presidente, sempre dentro do que pode acontecer, do que é possível acontecer. Tenham todos os servidores a certeza desse meu posicionamento.

Agora eu queria mesmo era aproveitar a reunião de hoje, presidente, para convidar todos os gestores de escolas estaduais da rede estadual de educação de Minas Gerais a participar conosco do Fala Secretário. É um espaço virtual, de iniciativa do nosso mandato e do mandato da deputada Laura Serrano, colega muito empenhada neste trabalho. E nós vamos fazer a primeira edição agora, no dia 3, de 15 às 17 horas. É um espaço para que a gente possa ter a participação, para o aperfeiçoamento do trabalho na educação, com os gestores podendo participar. Esta nossa primeira edição é especialmente voltada para os gestores da área da região metropolitana. Em cada edição, nós teremos a oportunidade de ter 30 gestores, que podem se inscrever e participar conosco. E o nosso intuito é levar a educação ao aperfeiçoamento, por meio da escuta e da participação; sempre buscando a participação, buscando aperfeiçoar o nosso ensino, a educação básica no nosso Estado de Minas Gerais.

Os encontros serão sempre feitos de maneira virtual, é um espaço virtual, e a comunidade escolar vai ajudar na construção e nas soluções, vai buscar os caminhos certos para a gente melhorar a nossa educação; também vamos discutir a questão do ensino virtual, até que a gente consiga retornar às nossas modalidades normais.

Então o que a gente precisa é ir fazendo e aperfeiçoando, e tudo isso, essa discussão, e o aprimoramento sempre, sempre buscando aprimorar a educação e o nosso ensino, buscando priorizar o aluno e a educação básica e avaliar o resultado e os efeitos que esses aprimoramentos e o fortalecimento, com o diálogo, podem trazer para a educação básica no nosso Estado de Minas Gerais.

Mais uma vez, agradeço à deputada Laura Serrano por estar conosco nessa iniciativa, e à secretária de Educação, Julia Sant'Anna, por nos oferecer esse espaço e encampar a nossa ideia, a fim de podermos utilizar esse espaço para o diálogo e para a melhoria da educação de Minas. Obrigada, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputada Celise Laviola.

Passo a palavra agora ao deputado Doutor Jean, que teve a sua conexão comprometida e volta a se pronunciar pelo tempo de 7 minutos. Deputado Doutor Jean, o senhor tem a palavra.

O deputado Doutor Jean Freire – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou tentar ser mais breve, porque a conexão realmente não está boa. Mas, resumindo, Sr. Presidente: a tempestade é a mesma, os barcos são diferentes. Nós estamos em uma mesma tempestade. Então é passada a hora de largarmos as diferenças de lado. Todos, todos, todos! Eu repito: quando estamos dentro de uma enfermaria, quando estamos dentro de um ambiente na linha de frente, o nosso olhar é diferente. Se nós já tínhamos um olhar de luta, de enfrentamento, isso passa a ser muito mais forte. Quando a gente pega o telefone, quando a gente vai para a central de leitos solicitar uma vaga e vê a falta de sedativos, isso é triste. A gente vê pacientes precisando ser sedados, e faltam sedativos no mercado. Isso é triste. E, sinceramente, eu não acredito que está faltando mesmo. É triste, mas eu não acredito. Eu acho que estão guardando

para aumentarem o preço. É triste ver medicações, insumos de ambiente hospitalar, da saúde, terem seus preços aumentados em plena pandemia. Isso é um absurdo.

Então eu queria aqui deixar o meu solidário abraço a todos os colegas da área da saúde, a toda a equipe. A equipe compreende desde aquele que faz a ficha na porta de um hospital até o médico, passando pela enfermagem, passando por quem cuida do ambiente, passando pela copa, por todos. É momento de juntarmos forças.

Aos pacientes, vai passar. E a você, que está em casa, a você, que pode ficar em casa, para que nós, profissionais médicos, profissionais de saúde, possamos ficar no hospital por você, fique em casa.

Um grande abraço, meus colegas deputados. E vai passar, com a força de todos. Passe bem. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado. Grande abraço ao Doutor Jean. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, eu queria agradecer a V. Exa. e cumprimentar os colegas deputados e deputadas desta Casa.

Presidente, o assunto que nos traz aqui novamente é a questão da Previdência, a qual o governo encaminhou a esta Casa, chamado de pacote de crueldade de reforma da Previdência. Mas, dentro da reforma da Previdência, presidente, ele traz consigo, no bojo, uma grande reforma administrativa, que afeta decisivamente a política remuneratória de todos os servidores públicos civis e militares.

É bom que todos saibam que a reforma encaminhada pelo governo a esta Casa trata-se de uma reforma grandiosa, que atinge a reforma da Previdência, e corta, atinge – eu diria veementemente – a política remuneratória. Quando um professor, um policial militar, um bombeiro militar, um servidor da Secretaria de Fazenda, da Seplag, do DER, da Secretaria de Agricultura, da Fapemig, da Assembleia, do Ministério Público, do Poder Judiciário ingressa na carreira, ele prestou um concurso público, em que havia um edital que trazia toda a carreira dos servidores, com os seus direitos e as suas obrigações já previstas no seu estatuto.

O que o governador Romeu Zema enviou a esta Casa, sob o pretexto de encaminhar uma reforma da Previdência? Aqui eu quero chamar a atenção de todos os nossos telespectadores da TV Assembleia e também de todos os mineiros que nos estão assistindo neste momento, mas, de forma muito especial, de você que é servidor público civil ou militar. Estou aqui, presidente, com uma matéria – e eu gostaria, presidente, que V. Exa. prestasse atenção. A matéria é 12/2/2020. E o que tem nessa matéria, Sr. Presidente, do portal Uai? “O governo de Minas abriu mão de R\$6.200.000.000,00 em impostos, em 2019.” Quando a gente faz uma leitura da matéria, presidente, há aqui uma demonstração... Estão aqui o secretário de Fazenda e o governador na capa. O jornalista que escreve a matéria é Marcelo Fonseca, do portal do Estado de Minas, que traz que o Estado, apenas em 2019... Ele fala: “Renúncia fiscal cresceu 27% em relação a 2018”. E totaliza um valor maior do que o Estado espera receber com o leilão do nióbio, para conseguir pagar o salário dos servidores. Ou seja, o leilão do nióbio, em que o governo pretendia receber recursos e até agora não conseguiu, os chamados recebíveis do nióbio, é menor do que a renúncia fiscal.

Para você que está nos assistindo pela TV Assembleia... Presidente, esse assunto é muito importante. Quando a gente fala de renúncia fiscal, é o governo de Minas, o governador Romeu Zema, o secretário de Fazenda, o governo do Estado que deixa de arrecadar esses impostos. Ou seja, ele dá uma isenção fiscal. Ele isenta os grandes empresários, as grandes empresas em Minas Gerais e deixa de receber R\$6.200.000.000,00.

Por que eu estou chamando a atenção para isso, presidente? Hoje cedo, eu ouvi uma entrevista de 13 minutos do secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa. Foi uma entrevista à Edilene Lopes, repórter da Rádio Itatiaia, por 13 minutos, hoje. E ele fala claramente, presidente Carlos Henrique, que a economia com a chamada reforma da Previdência é da ordem de R\$2.300.000.000,00. Ou seja, em se tratando da isenção e fazendo o reajuste para este ano, é algo, presidente, de apenas 1/3 da isenção fiscal.

Então, você que é servidor público, civil ou militar, o governador deixou de receber dos grandes empresários de Minas Gerais R\$6.200.000.000,00, apenas no ano passado. Para este ano, é algo em torno de R\$6.900.000.000,00. Essa é a estimativa, porque ela cresce ano a ano. Portanto, 1/3 seria a economia feita com a reforma da Previdência, ou seja, 1/3 do valor da renúncia fiscal, daquilo que o governo do Estado está abrindo mão de impostos para as grandes empresas de Minas Gerais.

Ele quer fazer o ajuste fiscal, ele quer fazer a economia nas costas, no lombo do servidor público civil e militar. Então, presidente, é isso é algo inadmissível, é algo estarrecedor, porque o governo chegou aqui, na Assembleia, e foi recebido pela Mesa da Assembleia – por V. Exa., pelo presidente Agostinho Patrus – com todas as honras e deferências, mas ele simplesmente fala assim: “Estou entregando aqui a reforma da Previdência”.

Presidente, quando nós, deputados e deputadas, fomos abrir a reforma e fizemos uma leitura da PEC nº 55 e do PLC nº 46, vimos o pacote de crueldades. Então, o governador não tem o direito de fazer um desmonte da política remuneratória, porque o servidor, presidente, esse servidor que está ao seu lado aí, o Bruno, a Dra. Luíza Homem, o John, enfim, todos esses que estão aí, ao lado da mesa, ingressaram com uma regra, mas, infelizmente, o governador Romeu Zema, seus secretários e seus deputados, hoje deputados do Novo, com o seu Mateus Simões, que é um dos mentores dessa crueldade, e seu grupo do Partido Novo montaram aquele plano de governo. E eles chamam isso, presidente, de privilégio. Dizem que é privilégio você receber quinquênio, que é privilégio você ter um adicional de desempenho. Olhe, presidente, é algo inadmissível! Isso faz parte de uma carreira.

Eu peguei uma calculadora e fiz aqui umas contas, presidente. Hoje o menor salário na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, na Polícia Civil, o salário do policial penal, do agente socioeducativo é de R\$4.098,00 brutos. Presidente, na pior das hipóteses, um soldado da PM e do Corpo de Bombeiros hoje têm de alíquota, somados o Imposto de Renda e a contribuição previdenciária, 33%. Ou seja, isso já consome mais de 1/3 do salário. E, aí, a proposta que o Romeu Zema traz é de ampliar essa alíquota. Então, há um pacote de crueldades.

Amanhã nós teremos uma reunião – e quero deixar isso aqui, de público –, com os 16 sindicatos e associações da segurança pública, e as entidades de classe já vão marcar uma grande mobilização, uma grande marcha em direção à Cidade Administrativa. O governador Romeu Zema e os seus secretários, o Sr. Mateus Simões, o Sr. Gustavo Barbosa, os mentores dessa crueldade precisam sentir o calor do servidor público. Como prefeito, o Kalil sentiu ontem os comerciantes desesperados ali na porta da prefeitura. O governador Romeu Zema está precisando sentir o calor do funcionalismo.

Quero dizer mais, presidente: nós vamos encaminhar nessas reuniões uma grande mobilização de toda as áreas do serviço público. Vamos chamar os professores, as professoras, a Fazenda Pública, o DER, a Secretaria de Agricultura, a Fapemig; vamos chamar todas as secretarias, vamos chamar os servidores do Judiciário, vamos chamar o Sindicato da Assembleia, vamos chamar o Sindicato do Tribunal de Contas. Vamos fazer uma grande marcha para a Cidade Administrativa e depois uma aqui, na porta da Assembleia. Porque o Parlamento, presidente, não pode, em hipótese alguma, tocar essa PEC, tocar esse PLC, esse pacote de crueldades, sem um debate aprofundado, sem que os presidentes de associações e sindicatos possam debater.

Deputado Carlos Henrique, quando a jornalista da Itatiaia, Edilene Lopes, falou “mas os servidores estão reclamando que não participaram da construção dessa proposta, não tiveram acesso ao que os senhores encaminharam para a Assembleia”, o próprio secretário de Fazenda disse: “Não, mas a Assembleia é lugar de debate; lá é que é o lugar legítimo”. Aí eu pergunto, presidente: nós podemos? O Poder Legislativo pode afastar os sindicatos e associações de um debate de perto, não remotamente. Remotamente não dá, presidente! Remotamente é tudo o que o governador Romeu Zema e sua equipe, a equipe que montou esse pacote, querem, porque é assim que as mentes do Novo pensam.

O partido Novo pensa é isso. Ele acha que você ter um quinquênio... Eu sou 2º-sargento da reserva, presidente. Eu fiz um concurso para soldado, eu fiz um concurso para cabo e um para sargento. As minhas progressões são naturais da minha carreira – e assim é para cada servidor. Quando ele entrou, havia um edital. O edital tem força de lei, que reflete a carreira dele. Então, não é o

Romeu Zema nem o seu núcleo de secretariado que pode chegar aqui e destruir as carreiras dos servidores públicos civis e militares. Então, eu quero aqui fazer um apelo a você, que é professor e professora; que é policial civil, militar e bombeiro; agente socioeducativo e policial penal; servidor administrativo da Fazenda, da Secretaria de Agricultura, do DER, da Fapemig, do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria: nós temos que marcar uma grande marcha para mostrar ao Zema que ele não pode fazer isso com o servidor.

Até mesmo, presidente, eu falei ontem – e quero aqui deixar para V. Exa. refletir – com o presidente Agostinho Patrus: “Eu não queria estar no lugar de V. Exa. Eu não queria estar no lugar do presidente Agostinho Patrus e dos demais membros da Mesa”. Por quê? Porque nós estamos falando de uma PEC e de um PLC, presidente. A proposta de emenda à Constituição não vai à sanção do governador. Quem vai promulgar, presidente em exercício Carlos Henrique, são V. Exas. É o senhor, é o deputado Agostinho Patrus, é o deputado Tadeu Leite, ou seja, são os senhores é que vão promulgar. Eu acredito no bom-senso, na justiça social e que os senhores não vão promulgar uma PEC da maldade, da crueldade, até porque o governador chegou aqui com o discurso “Estou entregando a reforma da Previdência” e, no entanto, entregou uma grande reforma administrativa que ataca veementemente a política remuneratória, que destrói, desmonta a política remuneratória e destrói as carreiras de todos os servidores públicos civis e militares.

Então, quero fazer um apelo a V. Exa., que é um homem temente a Deus e um homem justo. Nós não podemos permitir que isso aconteça, deputado Carlos Pimenta. O senhor não pode chancelar, juntamente com os demais colegas deputados da Mesa, uma proposta dessa e promulgar a crueldade; o senhor não pode carregar no seu histórico como deputado – nem os demais membros da Mesa – a chancela de uma proposta de emenda à Constituição que vai destruir as carreiras. Sabe por quê, presidente? Depois o Zema termina o mandato, pega a sua fortuna, porque ele é um homem milionário e muito, muito rico... E que Deus o tenha com a sua riqueza, com a sua nobreza e que ele desfrute bastante delas. Mas ele não pode, presidente, depois de encerrar o mandato, pegar a sua pasta, pegar o seu passaporte e ir embora para Miami, para Portugal e deixar aqui nós, deputados, convivendo com a destruição das carreiras dos servidores públicos.

Olhem, nós sabemos quanto ganha um professor, quanto ganha uma enfermeira no Hospital João XXIII, um médico, um policial civil. Nós não podemos deixar, presidente, que essa crueldade seja colocada no colo dos deputados e das deputadas. Nós temos que ter absoluta consciência. A Mesa da Assembleia terá a responsabilidade de promulgar a PEC nº 55, que se tornará uma emenda à Constituição. Espero, presidente, que isso não ocorra e passe a integrar o histórico de V. Exa e dos demais colegas como a PEC da crueldade, como a emenda à Constituição que destruiu as carreiras de todos os servidores.

Nós estamos de olho, presidente. Se o governador Romeu Zema; se o secretário de Fazenda, Gustavo Barbosa; se o secretário-geral do Governo, Sr. Mateus Simões, que é servidor desta Casa e é a mente por trás disso aí – uma das mentes, eu diria, da crueldade –, querem fazer justiça, se querem fazer ajuste fiscal, que os façam com os impostos das grandes empresas e não, presidente, nas costas, no lombo do servidor, ou seja, com esse pacote de crueldade.

Queria agradecer a V. Exa. a atenção que me deu aqui durante a minha fala. Tenho certeza de que V. Exa. vai conversar com os demais colegas da Mesa, vai refletir e dizer: “Olhem, nós, da Mesa da Assembleia, não somos deputados que temos que promulgar a crueldade, a destruição das carreiras dos servidores”. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Certamente todo o conjunto de deputados e deputadas está tratando desse assunto da forma responsável que o projeto exige de cada um de nós.

O próximo orador inscrito é o querido amigo, deputado Carlos Pimenta. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – Muito obrigado, caro amigo Carlos Henrique; em sua pessoa, quero cumprimentar os colegas deputados, deputadas que participaram desse pinga-fogo de longe, remotamente, na tarde de hoje.

Eu quero, meu caro presidente, tocar em um assunto que é muito importante. A gente está discutindo muitos outros assuntos; hoje mesmo, na reunião, vários colegas abordaram a questão da falta de medicamentos. Estamos vendo aí que a epidemia, em Minas, tomou impulso. Nós já estamos nos aproximando do platô, do ponto mais alto dessa epidemia da Covid, que deve ocorrer lá para o dia 15, daqui a duas semanas. Então serão duas semanas difíceis para todos os mineiros. Eu tenho dito – e repito hoje, como médico, preocupado que estou – que nós temos que dobrar os nossos cuidados a partir de hoje. Não adianta nada, presidente, a Secretaria de Saúde, o secretário Carlos Eduardo, o governo Zema ou qualquer autoridade sanitária promover as adequações que estão promovendo, trazer mais CTIs, ampliar o número de leitos, contratar mais pessoas, ter uma preocupação constante com o que está acontecendo se a população não cooperar. Eu estou falando isso porque tenho visitado algumas cidades da região do Norte de Minas – e em Montes Claros também está acontecendo –, onde a população praticamente, com raríssimas exceções... Aquelas pessoas mais responsáveis, conscientes estão ficando em casa – as pessoas de idade, do grupo de risco –, e as pessoas mais novas estão transitando pelas ruas como se nada estivesse acontecendo. Você vê a pessoa usando a máscara, mas de repente tira a máscara, usa a máscara no queixo, dentro do bolso. Você está na fila de um banco ou em outro lugar, as pessoas chegam e se aglomeram. Gente, não há governo nenhum no mundo que vai dar conta dessa epidemia se a população não estiver cooperando.

Estamos vendo agora o Estado aumentando o número de testagem. Minas Gerais já está com mais de cinquenta mil casos, novecentos e poucos óbitos. Parece que Deus é mineiro; além de ser brasileiro, ele deve ter nascido aqui em Minas Gerais, porque está protegendo a população. A gente está vendo aí que os números estão aumentando, mas os casos de morte estão se mantendo em um patamar controlável, vamos dizer assim. Mas isso não vai continuar. Nesses 15 dias, irão faltar CTIs, irão faltar os leitos de observação, os leitos de retaguarda, os leitos semi-intensivos para que o paciente possa ser recebido e receber o medicamento.

Ouvi o Dr. Jean abordando o assunto e fico muito preocupado também ao observar que, aqui no Brasil, estão faltando medicamentos para aplicar nos pacientes graves a fim de anestesiá-los: relaxantes musculares, medicamentos para tirar a consciência a fim de que sejam intubados – não há como você intubar um paciente se não houver o relaxante muscular e o sedativo. Estão faltando esses medicamentos. Eu pessoalmente não acredito que isso aí seja propositadamente; se for, é o fim da picada, é o fim do poço, nós estamos chegando ao fundo do poço, viu, Carlos? Isso não pode acontecer, isso é caso de a Polícia Federal analisar e prender essa cambada de safados que quer ganhar muito em cima da dor, do sofrimento e da morte do povo.

Eu não quero nem imaginar esse cenário. Se for, um dia nós vamos saber, nós vamos ter consciência, porque esses medicamentos nunca faltaram. A gente vê aí os CTIs. Todas as vezes que eu encaminhava um paciente para o CTI, fora agora a Covid, era difícil encontrar um leito aberto de CTI. Não havia. O paciente ficava na fila. Tinha um infarto do miocárdio. Ficava ali sendo medicado nas salas vermelhas, nas salas de recuperação. Quando vagava um leito no CTI, você conseguia internar o paciente. Sempre faltaram vagas nos CTIs, não só agora no caso da Covid, não, mas nunca faltou medicamento.

As cirurgias eletivas não estão sendo feitas. Nesta manhã mesmo, recebi um telefonema de um paciente que precisava ser transferido para Montes Claros, de uma cidade vizinha, aqui do Norte de Minas, e não tinha leito suficiente para poder trazer esse paciente, mesmo porque as cirurgias eletivas, as cirurgias programadas, aquelas que precisam ser feitas, mas não precisam ser feitas hoje e agora, foram adiadas para poupar o medicamento dos pacientes de Covid que precisam ser entubados.

É importante que agora o povo mineiro... Peço, em nome de Deus, que as pessoas possam cumprir o seu papel. Eu tenho o meu papel como cidadão. Eu tenho os meus direitos, mas tenho os meus deveres também. Agora o dever do cidadão é ficar em casa, se ele tiver acima de 60 anos, se ele tiver alguma comorbidade, se ele for diabético, se ele for cardiopata, se ele for hipertenso. Tem de ficar em casa mesmo. As pessoas que tiverem de sair de casa para trabalhar têm de levar máscara, têm de respeitar o distanciamento social das pessoas. Não devem permitir que outras pessoas se aglomerem, que cheguem perto delas. Se a população, se nós não fizermos a nossa parte não tem quem dê jeito à Covid. As mortes serão triplicadas em Minas Gerais. Os leitos, aí sim, faltarão. As

peessoas morrerão às portas do CTI, dentro das ambulâncias do Samu, sentadas numa cadeira, dentro de casa. Isso tudo faz parte desse pacote terrível que é essa pandemia de coronavírus aqui para o nosso país.

Outra coisa. As pessoas estão com medo de ir ao hospital. Nós temos outra campanha paralela de vacinação contra o sarampo. Olha aqui, eu tenho os números. Aqui, no Norte de Minas, 400 mil pessoas que deveriam estar vacinadas contra sarampo não se vacinaram. Aqui em Montes Claros, 180 mil pessoas não se vacinaram contra sarampo. O sarampo é 15 vezes mais contagioso que o vírus da Covid. É 15 vezes mais. Ele mata muita gente. Ele causa dor. Ele causa problemas no meio da população. Então, as pessoas estão com medo de irem tomar vacina contra sarampo. As pessoas estão com medo de tomarem vacina contra o vírus influenza, contra a gripe comum. As pessoas estão morrendo dentro de casa, por infarto do miocárdio, por infarto do coração, porque estão com medo de irem para o hospital.

As coisas têm de ser organizadas. Os senhores prefeitos precisam se conscientizar da importância que têm neste momento. Os prefeitos não estão decretando o fechamento do comércio em seus municípios porque são candidatos à reeleição para a prefeitura. Estão com medo. Não querem enfrentar as pessoas. Não querem enfrentar o comerciante de suas cidades. As pessoas têm de ter coragem neste momento. Não adianta a gente pensar em fórmula mágica. Nós não vamos encontrar fórmula mágica. O prefeito tem de fiscalizar o uso de máscara na sua cidade, como está sendo feito, aqui em Montes Claros, pelo prefeito Humberto Souto. Se tiver de fechar, que tenha coragem, como teve o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, de fechar a cidade também, de decretar reversão da flexibilidade.

Se nós não fizermos isso, nós não vamos vencer a batalha contra o coronavírus. Eu estou pedindo isso porque o pico está acontecendo, o pico vai acontecer. Os casos vão triplicar. Lá pelo dia 15, a expectativa é de que tenhamos, por dia, aqui em Minas Gerais, 5 mil casos de Covid. Só mesmo se tivermos o cuidado de evitar que outras pessoas nos contaminem e que a gente contamine também outras pessoas... Se não tivermos isso na nossa consciência, nós vamos perder de balaiada para a Covid aqui no Estado de Minas Gerais.

Reafirmo o meu compromisso de, como presidente da Comissão de Saúde, Carlos, ajudar o secretário Carlos Eduardo nessa luta que ele está fazendo e ajudar o governador. Acho que falta só mais um pouquinho, talvez dias. Sei que as pessoas estão cansadas de ficar dentro de casa e sei que as pessoas estão querendo ir para a rua, querendo abraçar, ver o filho, ver o pai, ver a mãe, mas não é hora.

Termino a minha fala fazendo esse apelo. Chegamos agora ao momento mais importante da Covid, aqui, em Minas Gerais, e, se você não quer perder o seu filho, se você não quer perder o seu pai e a sua mãe e se você não quer perder a sua vida, faça a sua parte neste momento crucial que estamos vivendo. Use a máscara, sim. Saia de casa com a máscara. Volte para dentro de casa com a máscara e higienize suas mãos. Se não puder dar o abraço que tanto quer dar nos seus pais, não dê agora, espere mais um pouco, faça a sua parte, porque vamos vencer essa batalha.

Muito obrigado, Carlos.

O presidente – Obrigado, deputado Carlos Pimenta. Espero que as suas palavras e as suas preocupações possam reverberar nos quatro cantos do nosso estado, dada a experiência profissional que V. Exa. possui.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que, nos termos do item 2.5 do Acordo de Líderes publicado no *Diário do Legislativo* de 21/3/2020, foram aprovados conclusivamente pela Mesa da Assembleia os Requerimentos nºs 5.805/2020, do deputado Charles Santos, 5.872/2020, da Comissão de Assuntos Municipais, 5.880/2020, da Comissão dos Direitos da Mulher, 5.881/2020, do deputado Sargento Rodrigues, 5.891/2020, do deputado Coronel Henrique, 5.905/2020, da Comissão de Saúde, e 5.908/2020, do deputado Carlos Henrique. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 5.814/2020, da Comissão de Esporte, 5.840/2020, da Comissão dos Direitos da Mulher, e 5.927 a 5.933/2020, da Comissão de Direitos Humanos. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pelo deputado Sávio Souza Cruz – indicando o deputado Leonídio Bouças como membro suplente da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020, na vaga do deputado Charles Santos (Ciente. Designo. Às Comissões.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 1º de julho, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/6/2020

Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos – Palavras do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Palavras do Sr. Otto Alexandre Levy Reis – Palavras do Deputado Carlos Pimenta – Debates – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Cristiano Silveira – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Betão – Betinho Pinto Coelho – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Celise Laviola – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Leonídio Bouças – Marília Campos – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 9h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 3º do art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.737/2020, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O presidente – Destina-se esta reunião a obter informações sobre o enfrentamento da Covid-19 no Estado e sobre a contratação necessária para operacionalizar o hospital de campanha.

Composição da Mesa

O presidente – A presidência informa que estão conosco na Mesa dos trabalhos os Exmos. Srs. Dr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, secretário de Estado de Saúde; Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Estado de Planejamento e Gestão; e deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde desta Casa. Agradecemos de maneira especial ao Carlos Pimenta, assim como aos demais, pela disponibilidade de se deslocarem até esta Casa.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente – Tendo em vista a organização dos trabalhos, esta presidência comunica aos parlamentares e aos convidados que os atos desta reunião obedecerão ao seguinte ordenamento: os secretários disporão cada um de até 15 minutos para as suas exposições; após a fala dos convidados, o presidente da Comissão de Saúde, deputado Carlos Pimenta, disporá de 5 minutos para apresentar seus questionamentos e dos demais membros da comissão; em seguida, os líderes terão 5 minutos para apresentar seus questionamentos e dos parlamentares de seus respectivos blocos; e, quando questionados, os convidados disporão de 5 minutos para a respectiva resposta, não havendo possibilidade de réplica ou tréplica dos parlamentares ou do convidado.

Eu gostaria, Dr. Otto, secretário de Planejamento, e Dr. Carlos Eduardo, secretário de Saúde, de cumprimentá-los pelo trabalho sério que têm feito. Realmente, se não fosse essa competência, essa seriedade, a situação estaria muito mais séria, muito mais grave. Eu queria cumprimentá-los porque, primeiro, quando se fala de investimentos, o nosso hospital de campanha foi um dos mais baratos do Brasil – o mais barato do Brasil –, e ainda com 80% de investimento da iniciativa privada. Isso mostra liderança e confiança. Enquanto em outros lugares gastaram R\$50.000.000,00, R\$60.000.000,00, em Minas, foram gastos em torno de R\$5.000.000,00 e, por sinal, é um excelente hospital.

Aqui hoje nós vamos falar de pandemia. Deixaram o pessoal muito preocupado, e é verdade que estamos num momento muito difícil. Eu gostaria até de fazer aqui, de fugir um pouco à regra desta Casa... Quem está nos assistindo deve estar também muito preocupado, mas precisamos falar de coisas boas também, para elevar a autoestima do brasileiro e do mineiro. O jornal Diário do Comércio, que é um jornal que põe o povo para cima, que eleva Minas Gerais, jornal comandado por uma equipe séria, com pessoas com muita competência, diz hoje: “Nova planta da Hipolabor começa a operar em julho. A Covid-19 antecipa o início da produção da unidade em Montes Claros. São R\$180.000.000,00 de investimento.” Parabéns, Carlos Pimenta, sei que aí também tem trabalho seu, em Montes Claros. “Após forte retração, as indústrias dão sinais de recuperação em Minas.” Gente, quer notícia melhor do que essa, falar que as indústrias estão voltando a crescer, voltando a investir? Isso é muito bom, voltar a gerar emprego. “Evento se adapta à necessidade de manter o distanciamento social.” Isso é questão de conscientização. Parabéns ao secretário de Saúde. Isso é um trabalho que realmente está mostrando o que é preciso ser feito. “Energia concentra aportes em Minas, mais de R\$900.000.000,00 de investimento na área de energia solar principalmente.” Fantástico! Isso é muito bom, graças à confiabilidade que o Estado impõe através do nosso governador Romeu Zema e do seu secretariado. “Fungo controla pragas em 14 culturas.” Isso é fantástico, é o avanço tecnológico da Embrapa. É o biofertilizante, são os bioinsumos. Ao invés de você colocar nas culturas um agrotóxico, você irá colocar aquelas bactérias benéficas para a natureza. Então, são coisas boas. Não vamos falar só de coisa ruim, não. Vamos falar que, no Brasil, há coisas boas acontecendo, que, em Minas Gerais, existe também outro lado muito positivo acontecendo. E nós queremos

cumprimentar o nosso governo e todos os deputados que apoiam, todas as pessoas que acreditam em Minas Gerais, essa é a hora de estarmos unidos, olharmos para a frente, juntarmos firmes, para fazermos uma Minas Gerais melhor, e que essa pandemia passe para que voltemos a ter mais tranquilidade.

Palavras do Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva

Bom dia, presidente. Bom dia, deputado Carlos Pimenta. Bom dia, Otto. Bom dia a todos os deputados que estão online e aos que nos assistem. Eu vou trazer aqui um resumo do que têm sido as ações do governo do Estado de Minas Gerais e da Secretaria Estadual de Saúde no combate ao coronavírus. São cenários e estratégias adotadas pela Secretaria Estadual de Saúde. Minas Gerais alcançou 100% de pontuação no Ranking de Transparência da Covid-19, e isso para nós é muito importante, porque revela que as informações que nós trazemos, que nós levamos à sociedade são informações confiáveis.

Em relação a essas ações, nós temos o Boletim Epidemiológico. Ontem, tínhamos 29.897 casos confirmados e 720 óbitos confirmados. É importante ver que nós já estamos com um número de casos recuperados de 17 mil e 11 mil casos em acompanhamento. Dentro desse boletim, nós temos a faixa com maior acometimento de casos entre 30 e 39 anos, e as comorbidades, ou seja, as doenças associadas às pessoas que tiveram coronavírus, realmente estão muito presentes. Mas, com o crescimento que nós vemos dos números de casos confirmados, isso é importante porque faz parte da epidemia. O somatório dos casos irá crescer ao longo do tempo. O que nós não podemos ter é uma explosão de casos ao mesmo tempo. As pessoas acabarão sendo contaminadas porque não há, neste momento, vacina e não há imunidade da população. Mas, de qualquer forma, Minas Gerais tem o 2º menor coeficiente de incidência por unidade da Federação, e a mortalidade também é a 2ª menor do Brasil.

As ações de enfrentamento, então, de uma forma bem resumida. Nós fizemos um plano estadual e macrorregional de enfrentamento à Covid. Esse plano traz toda a estruturação da rede do Estado, com priorização de hospitais, com vocacionalização de hospitais, e ele serve de referência para tudo que nós estamos tomando de atitude na Secretaria Estadual de Saúde.

Temos um guia orientador da atenção primária. Isso é muito importante porque vários municípios têm nos demandado o que fazer com a atenção primária, ou seja, desde março, nós já temos uma orientação muito clara, notas técnicas de orientação que fazem um tutorial muito prático.

O monitoramento de surtos e notas técnicas de conduta em surto. Nessa epidemia, o que nós estamos vendo – eu estava até comparando como se fosse um pão de queijo – é que ela vem crescendo como um todo, mas, em alguns pontos, tem havido bolhas de crescimento, que são os surtos. No Estado, hoje, nós já passamos de 120 surtos. É muito importante que cada localização tenha uma adesão ao controle do surto porque o surto pode se transformar em um crescimento orgânico muito rápido.

Nós temos três unidades de resposta rápida. Essas unidades vão desde tratar os casos adequadamente até fazer intervenções e auxílio a municípios, no sentido de controle dos surtos. Elas saem de Belo Horizonte e vão aos municípios ajudar na restrição e no controle daqueles surtos. Nós temos uma sala de situação, que funciona diariamente, com mais de 35 profissionais com o objetivo de receber as notificações do Estado, tratá-las, fazer as análises técnicas e fazer as análises matemáticas também para a gente poder ter os dados mais confiáveis.

Tivemos o plano Minas Consciente, que é um plano de isolamento adequado, ou seja, é um plano que o governo do Estado de Minas Gerais fez no sentido de conduzir o Estado para controles do isolamento com ondas, com possíveis avanços para um menor isolamento ou um retorno a um maior isolamento, buscando sempre um melhor enfrentamento à Covid. Temos protocolos sanitários muito claros, ou seja, todas as atividades econômicas hoje têm protocolo sanitário de como deve ser a conduta em momento de Covid, notas técnicas orientativas de grupos específicos, ou seja, mais de 50 notas técnicas. Temos aqui pranchas de comunicação em Libras, ou seja, desenvolvemos essas pranchas porque sabemos que nos hospitais que atenderão Covid precisamos ter uma melhor comunicação. Temos projeções estatísticas semanais. Isso nós fazemos desde fevereiro, ou seja, qual era o risco que estávamos dimensionando, em que momento teríamos mais casos e em que momentos teríamos menos casos.

O acompanhamento de ocupação dos leitos em Minas Gerais. Temos três níveis de acompanhamento dos leitos, desde a extração dos dados do SUSfácil, há também planilhas de pacientes internados e uma busca ativa das regionais, dentro dos hospitais, para conferir se esses dados são reais. Também temos um planejamento de ações coordenadas com vários entes, com o objetivo de termos a integração do combate à Covid. Temos 14 comitês macrorregionais. Eles fazem a avaliação local de como está a epidemia e de qual é o dimensionamento necessário. Temos um projeto de transporte sanitário, que está em andamento. Temos, também, a implantação de 7 unidades sentinela, somando 15 no Estado, que têm por objetivo fazer um rastreamento e um plano amostral de todas as doenças virais que estão ocorrendo no Estado, não só a Covid. Além disso, temos a qualificação dos alimentadores do Sivep-Gripe, e-SUS e Sinan. Isso é com o objetivo de os dados, no Estado, chegarem mais confiáveis.

Temos também um plano de comunicação com coletivas diárias, o site atualizado, mídias sociais refletindo o que está acontecendo no dia a dia da secretaria, videoconferência com regionais de saúde e prefeituras – fizemos videoconferências com todas as prefeituras do Estado –, boletins diários e também consolidados semanais. Então, o nosso objetivo, dentro daquela ideia da transparência é ter a melhor comunicação possível.

Em relação ao eixo laboratorial, hoje temos, no Estado, 91 mil exames realizados. Os laboratórios privados têm um componente grande de associados. A positividade dos exames hoje tem aumentado. A média está em torno de 35%. O que significa a positividade do exame? Daquele número total de exames que chegam nos nossos laboratórios quantos são positivos. Isso dá para inferir, de uma forma ainda que abstrata, o número de pessoas contaminadas, quando levamos para aqueles casos notificados em todo o Estado.

Exame diagnóstico para Covid. Temos a previsão de receber mais 52 mil caixas de teste rápido. Já distribuimos 36 mil caixas, que correspondem a 739 mil testes. Até agora já nos foi comunicado mais de 100 mil testes realizados. Desses, 17 mil foram positivos. Deixo aqui uma informação importante de que esses testes rápidos muitos deles dão falso positivo. Então, temos de tomar um pouco de cuidado quando usamos o teste rápido uma única vez para fazer uma avaliação de exposição ao coronavírus.

Temos um programa Saúde Digital, que é um aplicativo que está disponível em toda a Minas Gerais para qualquer pessoa que quiser baixar: Saúde Digital MG Covid-19. Esse aplicativo tem inteligência artificial. Ele faz uma pré-avaliação dos casos que temos, da pessoa que está se testando no aplicativo. Caso essa pessoa corra o risco de ter o coronavírus, habilitamos a possibilidade de fazer uma teleconsulta com médicos e enfermeiros, que são oriundos da Fhemig, são aqueles que estão afastados por fazerem parte de grupo de risco. Hoje já tivemos mais de 14 mil usuários, mais de 36 mil downloads e estamos com a estatística crescendo. Estimulamos a todos que divulguem o Saúde Digital. Esse é um programa que atinge 100% do Estado, completamente gratuito e não tem burocracia nenhuma. Basta baixar o programa e fazer a testagem virtual. Isso para nós é muito importante porque serve também como mecanismo para acompanharmos a epidemia no Estado.

O Farmácia de Minas hoje tem uma entrega descentralizada. Temos um volume muito grande. Além disso, temos hoje entregas domiciliares, que estão sendo feitas para os pacientes de alto risco, aqueles que não devem efetivamente comparecer à farmácia. Então, hoje, Belo Horizonte, Uberlândia, Juiz de Fora, Divinópolis, Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo, Teófilo Ottoni e Santana do Paraíso já têm a entrega domiciliar para esses grupos de risco.

Em relação a medicamentos de terapia intensiva, o governo do Estado tem 21 hospitais que são da Fhemig. Normalmente, quem compra esses medicamentos é ela, mas, já prevendo um possível desabastecimento dentro do nosso plano de contingência, em março demos início a processo de compras para medicamentos que seriam vinculados à UTI. Tivemos todos os processos desertos. Não conseguimos fazer uma aquisição importante dos principais medicamentos. Vimos que o País inteiro teve esse problema.

Temos, então, no sentido de mitigar problemas futuros, a orientação da suspensão de eletivas neste momento. Isso é importante para preservar o estoque que temos. O Estado está fazendo a adesão à ata de preços do Ministério da Saúde. Isso é uma das condutas que todos os Estados estão fazendo em concordância com o ministério. Além disso, através do Conselho Nacional dos

Secretários de Saúde – Conass, estamos buscando uma compra coletiva, por intermédio da Opas, no México. Isso tem uma chance muito grande de se concretizar. Caso isso aconteça, resolveremos o problema de abastecimento no Estado e no País como um todo e, além disso, estamos preparando uma transferência de recursos financeiros para as filantrópicas porque sabemos que, em alguns lugares, se consegue comprar os medicamentos, mas com um custo bem acima do que era praticado anteriormente.

Em relação às estimativas, hoje estamos prevendo um pico de casos no dia 15 de julho, que seria em torno de 2 mil casos no mesmo dia. Esse pico de caso é dinâmico. O que quer dizer isso? Ele responde às medidas que tomamos. Há mais de um mês começamos a nos reunir com os prefeitos de várias regiões do Estado, orientando uma atenção maior ao isolamento social. Esperamos que consigamos reduzir um pouco esse pico, mas ao que parece e o comportamento que estamos vendo do número de caso é que efetivamente estamos começando a subir essa rampa do pico. Estamos aproximadamente a 1/3, estamos no terço inferior dessa rampa. Efetivamente estamos tomando medidas, buscando isolamento para que não atinjamos o terço superior dessa curva.

Quando comparamos a necessidade de leito como um todo, a necessidade de terapia intensiva, a perspectiva seria de que teríamos em torno de 1.200 leitos necessários neste momento, próximo do que estamos disponibilizando neste momento.

Em relação aos repasses financeiros, hoje a secretaria, de uma forma geral, já teve um repasse de R\$851.000.000,00. Na atenção primária, passamos R\$32.000.000,00; para a saúde indígena, R\$1.200.000,00; para o Pró-Hosp vínhamos pagando 75%, passamos a pagar 100%. Fizemos uma parcela extra de Pró-Hosp, que somou R\$92.000.000,00. O objetivo era que os hospitais tivessem capital para se preparar. Isso foi feito no início de março. O que era se preparar? Comprar principalmente equipamentos de proteção individual e medicamentos. Então, fizemos essa transferência lá em março. E as UPAs receberam R\$61.000.000,00 também com o mesmo objetivo.

De uma forma geral, temos hoje recursos federais na ordem de R\$48.000.000,00 já distribuídos. Todos esses recursos federais passam por uma acordo com o Cosems. Então, é sempre bipartite. Temos alguns acordos ainda que estão em elaboração.

Em relação às compras de equipamento de proteção individual, temos um volume alto de R\$51.000.000,00. É importante lembrar que respiradores compramos 562, que já estão começando a chegar e serão distribuídos conforme o plano de contingência e um ranqueamento aprovado pela CIB. Os respiradores de transportes são 185, que já chegaram e estão sendo disponibilizados também. Os aparelhos Bipap, que são tipos de respiradores que complementam o respirador de uso hospitalar, são distribuídos juntos com os respiradores hospitalares. Compramos 300. Os monitores multiparâmetros são 192; cardioversores com marcapasso, 160. Isso tudo com o objetivo de ampliar a rede, dentro do nosso planejamento. O Ministério da Saúde já nos enviou 130 respiradores e 20 de transportes.

Então, temos essa plataforma que é o site da secretaria, onde temos todas as notas técnicas, todos os dados que podemos passar de uma forma global. Estimulamos a todos o acesso a ela, inclusive aos gestores, porque ali consta todas as formas com que a secretaria tenta se comunicar com a sociedade.

Era isso que tinha a passar. Obrigado.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Muito obrigado, secretário Carlos Eduardo Amaral.

Palavras do Sr. Otto Alexandre Levy Reis

Bom dia, deputado Antonio Arantes. Bom dia, deputado Carlos Pimenta. É um prazer estar aqui novamente na Assembleia.

Sobre o hospital de campanha, essa apresentação tem quatro objetivos principais: mostrar o histórico de como foi a implantação desse hospital, mostrar como essa implantação foi afetada pelo trabalho do Estado, que conseguiu o achatamento da curva de contaminação; mostrar que todo esse processo do hospital de campanha, 100% dele, foi aberto para os órgãos de controle e

também para acesso da própria Assembleia Legislativa; e mostrar como está a situação atual dessa implantação do hospital de campanha e de como ele poderá ser ativado ou não.

Essa aqui é a curva ou o pico, as estimativas de como aconteceria o pico da Covid em Minas Gerais. Então, temos aí, desde março até a última semana. Obviamente, isso mostra que as previsões foram mudando – e ainda bem que mudaram – mostra também que isso é resultado do trabalho do governo, da Secretaria de Saúde, da população de Minas Gerais, de todos os órgãos, desta Assembleia, que mostrou a efetividade do trabalho do Estado de Minas Gerais no combate à Covid.

A previsão inicial, vamos lembrar, era um pico em abril e, obviamente, naquele momento, tomou-se a decisão de se implementar um hospital de campanha, porque, para aquele pico inicial em que se previa 13 mil internações em um único dia, isso implicaria um colapso iminente do sistema de saúde do Estado.

Lembrando que isso era de março, a Fhemig fez vários chamamentos emergenciais para a contratação de pessoal, que deram deserto. Então, foi feita a Lei estadual nº 23.632, que atribuiu à Polícia Militar de Minas Gerais... E por que a Polícia Militar? Devido à reconhecida capacidade de mobilização logística e experiência dela em lidar com crises, para implantar o hospital de campanha. A estratégia inicial era que a Polícia Militar operasse o hospital de campanha com pessoas próprias e contratasse, através de uma prestadora de serviço, mão de obra de terceiros para a operacionalização desse hospital de campanha.

Obviamente, à medida que o achatamento da curva foi acontecendo e o pico foi se distanciando, fomos mudando a estratégia de implementação do hospital de campanha. Por que essa estratégia foi se modificando? Com um único objetivo: reduzir os custos para o Estado de Minas Gerais, para a população de Minas Gerais. Então, mudou-se a estratégia que era, inicialmente, de se contratar uma gestora de mão de obra para um contrato de gestão para toda a operação do hospital de campanha. Nessa estratégia em que se previa, então, a operação do hospital de campanha para fins de maio e início de junho, foi aberto um processo de dispensa para a seleção de uma organização social de saúde – OSS –, nos termos da Lei nº 23.081 e no Decreto nº 47.553. A previsão do início, nesse momento, do hospital de campanha era fins de maio e início de junho de 2020. Não havia nenhuma entidade qualificada como OSS e ainda não havia nenhum contrato de gestão celebrado nessa área. Nesse momento, foi escolhida a Fundação Guimarães Rosa, instituição com vínculo jurídico com a Polícia Militar para fornecimento de mão de obra para o IPSM e que possui atuação com clínica de saúde própria. O requisito de experiência para qualificação: gestão de unidade ou de serviço de assistência própria ou de terceiros, por no mínimo dois dos últimos cinco anos. E tudo isso com a disponibilização em tempo real das informações para os órgãos de controle.

Naquele momento, imaginou-se que o hospital de campanha poderia funcionar por um tempo máximo de quatro meses, com operação full time, ou seja, os quatro meses o hospital funcionando 24 horas por dia, com 740 leitos de enfermaria, 28 leitos de estabilização na unidade do Expominas, mais 180 leitos de UTI nas instalações cedidas em Betim, o que daria um valor máximo de R\$207.000.000,00, com um valor médio, por leito, de R\$1.850,00. Obviamente, a liberação dos recursos aconteceria à medida em que fossem sendo utilizados. É importante dizer que um contrato de gestão não permite o pagamento de taxa de administração ou de gratificação a gestores.

Com um novo achatamento da curva e um novo adiamento do pico para 15 de julho, a estratégia foi novamente alterada, o processo de dispensa foi revogado. É importante dizer que, até este momento, não foi assinado nenhum contrato e ainda não houve gasto com contratação de pessoal. O hospital está montado. E nessa montagem, até o momento, foram gastos R\$5.300.000,00, dos quais R\$4.300.000,00 foram doações da iniciativa privada. Aí se resolve abrir um edital de chamamento, que foi publicado no dia 17 de junho. Então, vamos partir agora para um processo de seleção pública para a seleção da organização social de saúde que possa operar esse hospital de campanha. Então, novamente, o edital de seleção prevê 740 leitos de enfermaria, 28 leitos de estabilização, na unidade do Expominas, e 180 leitos de UTI, em Betim.

Baseados na nova previsão do pico de 15 de julho e agora, no novo pico, não se prevê mais 13 mil casos num único dia, mas, como falou aqui o nosso secretário da Saúde, Dr. Carlos, mas 2 mil casos em um único dia, obviamente não esperamos utilizar o hospital de campanha em sua plenitude. Então, a nossa nova estimativa de utilização seria, num primeiro mês, 80 leitos de enfermaria, 14 leitos de estabilização; 160 leitos de enfermaria, nos meses dois e três, e 14 leitos de estabilização; 60 leitos de UTI, no primeiro mês, e 120 leitos de UTI, o que faria com que o valor total a ser dispendido seria algo em torno de R\$43.000.000,00. Obviamente, se a situação for pior, teria que se fazer um aditivo. Se se gastar menos... Essa aqui é uma previsão de valor máximo. De Qualquer maneira, o valor médio a ser gasto por leito que está sendo previsto nessa seleção da organização de saúde agora é de R\$1.944,00.

Então, o que se alterou é que, inicialmente, quando você ia fazer a dispensa de licitação, a gente tinha um orçamento médio de leitos de R\$1.850,00; agora existe um orçamento de R\$1.944,00 por leito. O contrato de gestão contempla toda operação do hospital de campanha, custos diretos e indiretos, incluindo equipe médica, enfermagem, equipe multiprofissional, materiais, equipamentos de proteção individual, medicamentos, serviços de apoio, transporte de paciente entre as duas unidades, desmobilização de equipamentos, insumos e materiais. Todas as contratações da OS serão efetuadas conforme as regras do regulamento. A OS deve apresentar na seleção pesquisa de salários para cada cargo a ser contratado, justificando o valor de remuneração a ser praticado. A previsão de pessoal é de 970 profissionais, no Expominas, e até 1.263, em Betim. O cronograma desse processo todo se inicia em 18 de junho e termina em 16/7/2020. Quando efetivamente, se necessário... É importante dizer que quem vai falar da necessidade ou não da mobilização do hospital de campanha, se vamos ter que abrir ou não esse hospital de campanha... Essa definição sempre será dada pela Secretaria de Estado de Saúde em função da ocupação ou não dos leitos regulares. É importante dizer que o hospital de campanha é sempre a última opção. Esse hospital não deixa legado na área de saúde para o Estado ou para o município.

Os critérios para avaliação da organização social, obviamente, além do custo, têm vários aspectos técnicos e são feitos através de uma pontuação. Uma vez selecionada a organização social, esse contrato de gestão vai ser monitorado e avaliado por um representante indicado pela Polícia Militar, um representante indicado – já estou acabando, presidente – pela Secretaria de Saúde, um representante da própria OS, um representante da Seplag, um representante do Conselho Estadual de Saúde, um especialista da área que se enquadra no objeto do contrato de gestão não integrante da administração pública estadual. Há um processo de como será feita a prestação de contas, e tanto a OS quanto a Polícia Militar, que será a gestora desse contrato, vão disponibilizar em tempo real, nesse site, todas as informações sobre esse contrato de gestão. Até o momento, nesse processo seletivo, nós já tivemos sete interessados, e, a partir de sexta-feira, nós teremos um prazo de cinco dias úteis para o encaminhamento das propostas, quando então nós iremos iniciar o processo final da escolha da organização social para seleção. Todo esse processo é totalmente digital, encontra-se no SEI e está aberto aos órgãos de controle, à Assembleia Legislativa; então é importante dizer que os órgãos de controle, a Assembleia Legislativa têm acesso em tempo real ao SEI. Isso quer dizer que o nosso controle é feito em tempo real e não apenas após a conclusão do processo. Acho que era isso, Sr. Presidente.

– No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente – Muito obrigado, secretário Dr. Otto Alexandre Levy Reis, secretário de Planejamento e Gestão de Minas Gerais.

Palavras do Deputado Carlos Pimenta

Meu caro presidente Antonio Carlos Arantes, eu quero cumprimentar também o nosso secretário de Saúde, Dr. Carlos Eduardo Amaral, e o secretário de Planejamento e Gestão, Dr. Otto Alexandre Levy. Muito bem, vou procurar ser sucinto nas minhas considerações e nas perguntas que farei aos dois secretário que estão atendendo ao convite da Assembleia de Minas. Eles retornam a esta Casa para prestar esclarecimentos de uma forma transparente, de uma forma tranquila, mostrando que Minas está preocupada, sim, com a epidemia do coronavírus, mas está preparada para poder enfrentar – como tem enfrentado até hoje – esse pico da doença, que deve acontecer nos próximos dias.

Nós ouvimos, Dr. Carlos, a explanação do senhor a respeito das estratégias adotadas pela Secretaria de Estado da Saúde. Eu, como médico e presidente da Comissão de Saúde, quero primeiro cumprimentá-lo. Tenho dito que, provavelmente, o senhor não deve estar se alimentando direito, não deve estar dormindo direito, porque estamos passando talvez pelo maior acontecimento do século, que está acometendo milhares de mineiros e já tirou a vida de mais de 700 também mineiros. A gente sabe que essa epidemia, verdadeiramente, não é uma gripezinha; ela veio para poder abalar as estruturas sanitárias de qualquer país do mundo, basta que a gente analise o que está acontecendo na maior potência mundial, os Estados Unidos. A gente sabe perfeitamente que o mundo está apavorado, mas está reagindo, que o Brasil está reagindo, que Minas está reagindo. Eu não tenho nada a acrescentar à apresentação do senhor. Eu entendo que a secretaria montou uma estratégia muito forte, com um grupo de pessoas que estão preparadas, estão também empenhadas quase 24 horas por dia, no controle absoluto não só da região metropolitana, mas também de todas as macrorregiões. A gente sabe que as dificuldades acontecem hoje na região do Triângulo Mineiro, especificamente em Uberlândia; na terra do senhor, que é Juiz de Fora, pela proximidade com o Rio de Janeiro; na região do Vale do Aço. Há alguns focos também aqui na região metropolitana.

Eu queria chamar a atenção, Dr. Carlos, para a região do Vale do Jequitinhonha. O Vale do Jequitinhonha tem, nas cidades de Governador Valadares e Teófilo Otôni, os pontos de referência para quase 1 milhão de habitantes, incluindo todo o Vale do Jequitinhonha, parte do Norte de Minas e a região do Vale do Mucuri. Eu tenho tido um contato muito de perto com o deputado Doutor Jean Freire, que é médico e também representante da Comissão de Saúde. Ele está fazendo um trabalho muito bom, visitando todas as cidades, e eu queria, a seu pedido, chamar a atenção para que os olhos da Secretaria de Saúde também recaiam sobre a região do Vale do Jequitinhonha. Ali já houve uma ocupação de quase 100% dos leitos de CTI, e é necessário, por ser uma das regiões mais fragilizadas que nós temos, merecer uma atenção especial.

Eu quero chamar a atenção para outro fato. Nós temos em Minas Gerais algumas empresas que estão construindo linhas de transmissão de energia fotovoltaica, e algumas cidades têm uma concentração muito grande de funcionários, especificamente a cidade de Buenópolis, a cidade de Bocaiúva e a cidade de Janaúba. De um dia para o outro, o número de casos de testagem positiva cresceu muito. Na última reunião que tivemos on-line, eu conversava com o presidente da Cemig, chamei a atenção, e, de uma maneira muito estranha, ele disse: “Olhe, nós temos 20 mil colaboradores, e a informação que eu tenho é que há apenas 20 casos sob controle”. Então é necessário que a Secretaria de Saúde intervenha junto à Cemig, para que ela aperte a fiscalização nas empresas contratadas. Imaginem uma cidade pequena como Buenópolis, de um momento para o outro, ter 40 casos, pessoas sendo internadas em Curvelo e em Corinto e que estão já no CTI.

Por fim, eu gostaria de me colocar à inteira disposição do senhor. Eu saí de Montes Claros hoje, às 3 horas da manhã, vou retornar daqui a pouco e já me foi feito o pedido para visitar o hospital de campanha aqui de Belo Horizonte, que está sendo preparado para poder entrar em funcionamento. Eu assim o farei; na minha volta para Montes Claros, eu quero dar uma passada no hospital, porque aconteceram muitas conversas, e o governo de Minas, diferentemente do que aconteceu no Rio de Janeiro, agiu de uma maneira muito responsável. O Dr. Otto esclareceu bem que naquele momento a gente achava que o pico ia acontecer no mês de abril, o hospital foi construído com recursos de doações – menos de 10%, Antonio Carlos, dos hospitais do Rio de Janeiro –, e o pico foi sendo protelado, prorrogado, vai acontecer agora no mês de julho, e Minas, conscientemente, responsavelmente, não utilizou o contrato inicial com a Fundação Guimarães Rosa e agora está se preparando para colocá-lo em funcionamento de maneira gradual. Eu ainda vou passar lá hoje, se Deus quiser, para visitá-lo, como presidente da Comissão de Saúde, mas as explicações do secretário Otto me satisfazem, porque eu vejo que há uma responsabilidade muito grande nas ações de Minas, do governo Zema, diferentemente do governo do Rio de Janeiro e do governo do Pará, quando o secretário de Saúde foi denunciado, e na sua casa foram encontradas 400 obras de arte, mostrando alguma coisa errada nos contratos que estavam acontecendo. Eu sei da sua idoneidade, do seu caráter, da sua competência e do seu interesse pela saúde de Minas Gerais; eu garanto aqui na Casa, onde estou há tantos e tantos anos. O senhor está de parabéns e vai ter o nosso total e irrestrito apoio na condução do enfrentamento da Covid aqui no nosso estado.

Debates

O deputado Carlos Pimenta – Eu vou agora, meu caro presidente, fazer algumas perguntas da Comissão de Saúde. Antes, quero falar que estou com uma reportagem de hoje, de Montes Claros, do jornal Gazeta Norte Mineira, dizendo que a cidade está sem anestesia, provavelmente medicamentos anestésicos, e pode suspender internações de pacientes da Covid-19. Então, isso é muito sério. O senhor já falou, já está no processo de economia, suspendendo as cirurgias eletivas, mas isso não pode acontecer. Você não consegue manter um paciente no CTI se não houver relaxantes musculares, se não houver sedativos; isso torna impossível a intubação de qualquer paciente.

Bom, vamos às perguntas. Eu vou tirar a máscara porque nós estamos com um distanciamento social de 2m, para que eu possa colocar os óculos e fazer a leitura das perguntas dos membros da Comissão de Saúde. Doutor Wilson está na cidade de Muriaé passando um aperto danado porque os casos de Covid aumentaram muito lá na cidade. Ele pergunta: “A microrregião de Muriaé está com 100% dos leitos de UTI ocupados e com uma taxa muito grande de incidência da Covid e de óbitos. Hoje não há nenhum leito disponível no Hospital São Paulo, nem para Covid nem para outros pacientes. Qual ou quais as providências da Secretaria de Saúde para a região?”. Ele lembra que remanejou recursos da emenda parlamentar para melhorar o atendimento aos pacientes da Covid do Hospital São Paulo e da Casa de Caridade de Muriaé. O dinheiro já foi depositado na conta do Fundo Municipal de Saúde, a câmara dos vereadores já aprovou a utilização dos recursos para o hospital, mas uma questão burocrática relativa à uma resolução da Secretaria Estadual de Saúde impede que o hospital use o dinheiro. Então, essa é a pergunta e o esclarecimento do Doutor Wilson.

Do deputado Dr. Hely Tarquínio, nosso decano aqui da Casa, médico: “Prezado secretário, estamos reafirmando o pedido de 10 respiradores e equipamentos necessários para atender o déficit do CTI do Hospital Regional Antônio Dias, tendo em vista que é o único hospital público da Fhemig na macrorregião do Alto Paranaíba e Noroeste, composta por 33 municípios – a sede é em Patos de Minas – e com uma população abrangente de cerca de 900 mil pessoas”. E ele afirma: “Já temos um espaço reservado e adequado para a colocação dos leitos. Foi prometida pela Fhemig a instalação dos referidos equipamentos, e nesse sentido estamos aguardando o mais urgente possível as ações do governo. Os 10 leitos para a Covid estão permanentemente ocupados, as mortes estão aumentando, e a doença se espalhando de uma forma capilar. Permita-me pedir desculpas pela insistência, mas o momento exige medidas emergenciais”. Ele também afirma que está aguardando implantação e funcionamento do novo tomógrafo na cidade de Patos de Minas. O doutor ainda pede para passar ao senhor a pergunta se é a Polícia Militar que vai entregar os respiradores.

Nosso querido amigo deputado Doutor Paulo, do Sul de Minas, que está fazendo também um trabalho muito grande, incansável naquela região, juntamente com o nosso presidente Antonio Carlos Arantes, o deputado Dalmo e vários outros colegas daquela região, está pedindo para perguntar ao senhor: “Há falta de anestésicos e bloqueadores nos hospitais do Estado. Esses medicamentos são essenciais para o tratamento de pacientes em UTI, assim como para a realização de exames, o que implica tanto os pacientes em tratamento da Covid quanto os que têm outras enfermidades. Quais são as medidas que o Estado está tomando frente à falta desse medicamento nos hospitais?”. O senhor já tocou no assunto, eu também toquei, mas é importante que a gente reafirme.

A última pergunta, Antonio Carlos, é do deputado Dr. Glaycon Franco: “Boa tarde, caro secretário Dr. Carlos Eduardo. Primeiro, em minha região a maioria dos municípios integra a macro Centro-Sul. A principal preocupação é o credenciamento de leitos de UTI pelo Ministério da Saúde”. Realmente é uma preocupação que está presente na grande maioria dos deputados dessa Casa. “Existem pedidos do credenciamento de 27 leitos para o município de Conselheiro Lafaiete – 10 para o hospital de campanha e 17 para o Hospital São José – e de 20 leitos para o município de São João Del-Rei que as prefeituras têm tido dificuldades de credenciar. Qual a providência que a Secretaria de Estado da Saúde tem tomado para concretizar o credenciamento desses leitos?” E, por último, ele gostaria de saber também se a Secretaria de Estado da Saúde já chegou a conclusões cientificamente embasadas sobre o momento em que haverá o pico, quanto tempo durará o platô e quando começará o declínio da pandemia e, pelos dados e análise da

sua equipe, se já há uma previsão de quando o Estado deverá voltar à normalidade no que tange ao retorno das atividades econômicas. Esses são os questionamentos do deputado Glaycon Franco.

No mais, nós vamos esperar o questionamento dos outros líderes, as respostas do senhor, e no final a gente fará as considerações finais. Muito obrigado, Dr. Carlos. Muito obrigado, Dr. Otto Levy.

O presidente – Com a palavra, para as respostas, o secretário Sr. Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado Carlos Pimenta, pelas pontuações e ponderações. Vou seguir direto para as respostas, eu acho que é importante a gente pontuar aqui.

Quanto à pergunta do deputado Doutor Wilson sobre Muriaé, nós fomos informados de que houve um aumento realmente grande dos casos em Muriaé. Já há algum tempo, há mais de 15 dias, nós havíamos orientado por meio de videoconferência aquela região de saúde a aumentar o isolamento social, e agora parece que efetivamente a prefeitura está com um aumento maior do controle do isolamento. Eu acho que é importante nós frisarmos isso, ou seja, a epidemia está aí, o vírus não combina as coisas com a gente, ele não tem essa ideia de “vamos flexibilizar um pouco, vamos tolerar um pouco”; ele tem um curso próprio, e esse curso próprio do vírus faz com que nós estejamos muito atentos, porque se nós perdemos o tempo do controle da epidemia, muitas vezes podemos passar por momentos difíceis. Por que eu pontuo isso? Porque muitas vezes eu vejo que o foco de muitas pessoas tem sido em respiradores, tem sido em estrutura hospitalar. Se nós compararmos o que há hoje no mundo, o que nós vimos acontecer no mundo com o nosso possível futuro, a gente vê que países com estrutura hospitalar muito mais avançada, muito mais robusta do que o Brasil passaram muitos apertos porque não tiveram um isolamento adequado, não tiveram o controle da transmissão do vírus.

Por que eu falo isso? Porque a única forma de nós termos capacidade hospitalar de atender todo mundo é havendo um isolamento adequado de forma a reduzir a quantidade de pessoas que chegam. Caso contrário, fica difícil ampliarmos a rede para conseguirmos atender todo mundo. É importante lembrar que uma rede de assistência à saúde depende de estrutura física, depende de equipamentos, depende de medicamentos e também de recursos humanos. Hoje uma das maiores dificuldades que nós temos são os recursos humanos porque não se formam recursos humanos da noite para o dia. Então, nós temos que nos lembrar disso.

Especificamente em relação à Muriaé, eu queria parabenizar o prefeito. Eles têm feito uma ação importante agora, uma ação rígida, entraram em isolamento mais rígido neste momento, e é isso que vai evitar que haja uma sobrecarga muito grande. A região de Muriaé trabalha dentro de uma macrorregião de saúde que é a região Sudeste. Na região Sudeste, ainda há uma ocupação de leitos que permite um coxim de absorção de caso, tanto na região de Leopoldina quanto na região de Ubá e a própria sede da macro que seria Belo Horizonte. Nesse intervalo, nós estamos encaminhando para a região de Muriaé ventiladores para aumentar um pouco a capacidade instalada lá, mas eu gostaria de deixar muito claro que nós vamos aumentar a capacidade instalada, vamos encaminhar respiradores. Nós entendemos que em algum momento nós vamos ter dificuldade de recursos humanos, então é fundamental que o isolamento seja o mais adequado possível. A prefeitura já está fazendo sua ação, mas precisamos que a sociedade também entenda que esse é o momento de distanciamento para que não tenhamos o crescimento exponencial da doença.

Em relação ao questionamento do deputado Hely Tarquínio quanto ao HRAD... (– Intervenção fora do microfone.) Ah, desculpe.

O deputado Carlos Pimenta – Dr. Carlos, parece que o Doutor Wilson fez também um questionamento sobre as emendas. É importante porque da mesma forma que ele está relatando esse fato, outros deputados também relataram a dificuldade burocrática para liberar essas emendas para que o hospital possa gastar os recursos indicados por ele.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Em relação às emendas, o que nós fizemos na Secretaria Estadual de Saúde foi operacionalizar o mais rápido possível a efetivação de todas as elas. Hoje, a Secretaria Estadual de Saúde tem pouquíssimas pendências de emendas de deputados estaduais – isso é importante lembrar.

No caso específico de Muriaé, houve uma mudança de plano, ou seja, a emenda possuía um objeto e depois de já termos transferido o valor financeiro para o Fundo Municipal de Saúde, houve uma mudança de objeto, e isso, naturalmente, tem que voltar para ser reavaliado na Secretaria Estadual de Saúde. Essa reavaliação tem que novamente seguir o trâmite técnico, mas efetivamente a secretaria já havia feito a aprovação, já ia fazer a transferência. Nós não estávamos – de uma certa forma – atrasados; uma reavaliação naturalmente acaba levando a alguma demora nesse contexto, mas nós estamos tentando ser o mais ágeis possível. Então, eu acho que foi até um feito do ponto de vista da Secretaria Estadual de Saúde: esse ano conseguimos operacionalizar as emendas de uma forma muito célere se comparado aos anos anteriores. Espero que tenha respondido.

Em relação à pergunta do deputado Hely Tarquínio, o HRAD – hospital da Fhemig em Patos de Minas –, existe um plano de expansão de mais 10 leitos. Eu tenho mantido contato muito próximo com o prefeito de Patos de Minas porque, para que essa expansão seja plena, nós precisamos tirar momentaneamente a maternidade normal de dentro do hospital para que consigamos ter leitos de enfermaria para que os pacientes saiam do CTI, sejam encaminhados à enfermaria e nós liberemos vagas do CTI. Do ponto de vista dos próximos 10 leitos, isso já está em operacionalização. Em relação aos respiradores para o HRAD, eles vão por meio da Fhemig que possui respiradores para essa ampliação, então isso não seria problema.

Cabe a nós ressaltar também que o HRAD de Patos de Minas faz parte da saúde do Noroeste de Minas, que é a nossa macrorregião de saúde, e nessa macrorregião de saúde – tanto em Paracatu quanto em Unai – nós estamos expandido os leitos também para tentar diminuir o afluxo de pacientes para Patos, ou seja, diminuir a sobrecarga de Patos. Isso já existe e já está em fase avançada. Para o Hospital Municipal de Unai, já encaminhamos monitores, respiradores, então nós entendemos que está muito avançado o processo lá. Naturalmente pode haver uma ou outra dificuldade, mas é até interessante ressaltar como tem sido feita a lógica de distribuição de respiradores.

O que nós fazemos no Estado hoje é: à medida que rodamos o nosso sistema de inteligência para ver para onde esses respiradores deveriam ir, define-se um hospital em uma cidade, e nós entramos em contato com o prefeito e com o gestor do hospital de forma que tenhamos a garantia de que esse respirador, chegando ao hospital, vai entrar em operação no máximo em sete dias. Isso para nós é muito importante porque neste momento evitamos ao máximo que respiradores, principalmente aqueles de UTI mesmo – não os Bipaps –, fiquem parados aguardando a operacionalização dentro dos hospitais. Nós já fizemos uma rodada e estamos começando outra justamente para haver o máximo de celeridade.

Em relação ao tomógrafo, eu tenho que dar uma conferida quanto a como está o andamento – reforçando que isso faz parte da Fhemig. Na quinta-feira que vem, provavelmente eu vá a Patos junto com presidente da Fhemig para fazermos uma avaliação nesse sentido.

Sobre os questionamentos do Doutor Paulo sobre os medicamentos, é muito importante a gente reforçar aqui o último levantamento que fizemos, buscando os prestadores – como estava o estoque médio dos prestadores no Estado. Eu acho que é muito importante lembrarmos que o Estado de Minas tem uma característica: grande parte dos nossos prestadores são privados, são filantrópicos, e receberam valores em março para adquirir medicamentos. Na média, o Estado tem em torno de 30 dias de estoque. Nós estamos tentando; há um desabastecimento nacional – quiçá mundial – porque um dos maiores produtores desse tipo de medicamento é a Índia, e ela esteve há até bem pouco tempo em lockdown, então houve uma parada da produção muito grande. Só que nós, junto com o ministério, junto com o Conas, estamos tentando fazer uma aquisição para o País inteiro para que nós possamos ter esses tipos de medicamento. Esse é um problema que me preocupa. Eu acho que quando a gente fala de preocupação, caímos numa responsabilidade coletiva de que devemos, neste momento, evitar cirurgias eletivas para reduzir o risco de desabastecimento.

Em relação ao questionamento do deputado Dr. Glaycon sobre o credenciamento, nós estamos em contato direto com o Ministério da Saúde e tivemos um credenciamento de 328 leitos na semana passada – se eu não me engano. O ministério sinalizou que vai credenciar pelo menos mais 200 leitos em breve. Naturalmente que quem define onde será credenciado é o ministério; nós

apresentamos os nossos pedidos e eles avaliam. Nós estamos buscando mais credenciamentos, mas, de uma forma geral, como sabíamos que poderia haver uma dificuldade de credenciamento, nós fizemos uma resolução e um projeto na Secretaria de Estado de Saúde. Então, hospitais que porventura não tenham tido ainda credenciamento do ministério, basta fazerem a opção pelo credenciamento na Secretaria de Estado de Saúde. Esse credenciamento nosso é facilitado; está com a capacidade ociosa, ou seja, não vai haver limitação neste momento. Ele é um credenciamento com foco em ser efetivamente transitório, ou seja, você credencia no Estado, e, assim que credenciar no governo federal, a gente tira o credenciamento do Estado, justamente para que não haja risco de desassistência.

Gostaria de enfatizar com muita ênfase realmente – sei lá se isso seria redundante – que o Estado, nesse sentido dos prestadores que habilitaram seus leitos no SUSfácil, enfim, esses prestadores receberão pelos serviços prestados. Nós já tivemos uma resolução da CIB sobre o pagamento dos que já haviam habilitado; eles vão receber esses valores. Essa resolução já foi publicada e já está em fase de receber a documentação do prestador para poder fazer efetivamente o pagamento. Então, não há, neste momento, absolutamente nenhum interesse – e eu acredito que nenhum risco de os prestadores que forem nossos parceiros nesse enfrentamento da Covid não receberem os valores.

Em relação ao pico, deputado Glaycon, que foi uma pergunta também feita, há a projeção para o dia 15 de julho, mas eu volto a reforçar que nós não queremos que haja um pico; haver um pico sempre vai representar algum grau de estresse de toda a capacidade assistencial, e nós gostaríamos de evitar isso. Então, foi baseados nessas projeções do pico que nós começamos a fazer reuniões com todas as lideranças – prefeitos e secretários municipais de saúde das macrorregiões –, orientamos os cuidados adequados ao isolamento no momento que era de aumento de casos.

Em relação ao platô, nós entendemos que uma vez que passe a maior demanda pelo pico, nós entraremos no platô, mas vai haver novas ondas. Essas ondas a gente tem visto em todos os países do mundo, então não dá para entendermos que no Brasil será diferente, que em Minas Gerais será diferente, e isso vai fazer com que nós tenhamos um novo normal. Eu tenho feito uma comparação dizendo que essa epidemia será igual a soltar uma pipa, um papagaio: em alguns momentos mais tranquilos, a gente dá corda e deixa a sociedade andar mais, a atividade econômica embalar; se volta a apertar em alguma região do Estado com um aumento importante de casos, a gente tem que voltar a um isolamento para frear esse aumento. Isso não será somente uma vez; isso provavelmente acontecerá mais algumas vezes ao longo do enfrentamento da epidemia. O declínio mesmo virá ou com uma contaminação extensa da sociedade – acima de 60% das pessoas, pelo menos – ou com a chegada de uma vacina, o que acontecer primeiro.

Nós estamos, então, caminhando para uma nova realidade com um número maior de casos diários. Eu me preocupo muito, porque entendo que essa é uma doença grave – como o deputado Carlos Pimenta falou –, e ocorrerão, infelizmente, alguns óbitos. Isso faz parte da doença, isso faz parte dessas viroses que atacam muito o pulmão. Só que é muito importante que as secretarias de saúde, as estruturas hospitalares tenham condição de dar o atendimento às pessoas. Havendo condição de dar o atendimento às pessoas, nós teremos perdas, infelizmente, por conta da doença grave e não por conta da desassistência. Então, toda a estrutura, toda a lógica do combate à epidemia é para evitarmos a desassistência, e isso, até o momento, temos conseguido. Eu acredito que com os nossos dimensionamentos, se houver esse equilíbrio no isolamento, nós não teremos desassistência.

Acho que eram essas as perguntas.

O presidente – Muito obrigado, secretário Carlos Eduardo. Passaremos a palavra para os líderes, para suas considerações e para encaminharem os questionamentos dos parlamentares dos blocos.

Com a palavra, o deputado Sávio Souza Cruz, líder do Bloco Minas Tem História. Ele nos informou que abre mão do seu tempo de fala em nome da celeridade dos trabalhos, pois o bloco já está bem representado pelos deputados Carlos Pimenta e Inácio Franco. Agora, com a palavra, o deputado Gustavo Valadares, líder do Bloco Sou Minas Gerais, para suas considerações e para

encaminhar os questionamentos dos parlamentares do bloco. Deputado Gustavo, eu só gostaria de antecipar que a pergunta que eu faria por meio de V. Exa. já está contemplada na pergunta que foi feita pelo Doutor Paulo e respondida por Dr. Carlos Eduardo, a respeito da possível falta de alguns medicamentos no futuro.

O deputado Gustavo Valadares – Bom dia a todos. Bom dia, presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, grande amigo. Bom dia aos dois secretários; agradeço mais uma vez a presença dos dois na Assembleia. Acho que há muito, para não dizer que nunca tivemos um governo com tamanha presença de secretários e constante presença de secretários em reuniões na Assembleia Legislativa, o que, tanto para o Poder Legislativo quanto, eu acredito, para o Executivo, é motivo de muita satisfação.

Como o deputado Antonio Carlos Arantes já se sentiu contemplado com a sua pergunta, que foi feita por outro deputado, eu farei aqui apenas perguntas do deputado Bartô, companheiro nosso de bloco, do Partido Novo. São quatro perguntas. Eu farei as quatro e, em seguida, os secretários poderão respondê-las. A primeira pergunta é a seguinte: o secretário de Saúde de Santa Catarina optou por testar maciçamente a população em vez de investir em compra de respiradores e leitos de CTI. A situação de Minas Gerais está cada vez pior. Por que Minas é o terceiro estado que menos testa a população? Essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta é do deputado Bartô: os números de morte pela Covid crescem diariamente, o pico da pandemia está previsto para o dia 26 de junho. Como se explica então que o processo licitatório para a equipe do hospital de campanha ocorrerá entre os dias 27 de junho e 2 de julho, ou seja, após o pico? A terceira pergunta é: hoje o Expominas tem quase oitocentos leitos chamados de transição. Existem equipes treinadas e capacitadas para esse momento? Não seria o caso de transferir pacientes que estão ocupando leitos em CTIs para esses leitos de transição? A última pergunta, também do deputado Bartô, é: por que o Estado não montou um plano de contingência envolvendo, por exemplo, uma central de medicamentos para evitar a falta de medicamentos essenciais, como os relaxantes musculares? São essas as perguntas.

Mais uma vez agradeço a presença dos dois secretários (– Falha na transmissão do áudio.) Deixamos aqui um abraço ao deputado Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, que se faz presente aí, e parabenizamos o presidente Antonio Carlos Arantes pela belíssima condução da reunião desta manhã. Um grande abraço a todos. Felicidades! Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Gustavo. Também estão presentes o deputado Gil Pereira e Gustavo Santana, aqui em Plenário. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado pelas perguntas. Eu vou tentar aqui responder uma a uma, contextualizando o que foi feito. Eu vou começar pela última, que indaga por que o Estado não montou um plano de contingência envolvendo... Eu acho que essa resposta é: nós montamos um plano de contingência envolvendo medicamento sim; isso faz parte do planejamento que nós fizemos na secretaria. É muito importante lembrar que esse plano de contingência começou com repasse de R\$91.000.000,00 para os hospitais que teriam terapia intensiva. O objetivo era claro, era que os hospitais se preparassem – isso foi no início de março. Além disso, sabendo que poderia haver algum grau de desabastecimento, nós iniciamos um processo de compra de medicamentos através do CSC. Esse processo já está na sétima rodada, se eu não me engano, e todas as vezes a gente tem tido deserto. Então a gente tem, na verdade, um desabastecimento nacional. Isso não tem relação com o plano de contingência, tem relação com a baixa de oferta nacional. Eu acho que são duas coisas muito diferentes que têm que ser levadas em consideração.

O presidente – Secretário, fale mais perto do microfone, porque a sua fala está um pouco prejudicada.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – OK. Desculpe-me. Vou tirar a máscara. A gente está distanciado.

O presidente – Já estamos a uma distância de 2m. Acho que não tem problema tirar a máscara.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Fica melhor, não é? Então, ou seja, há um plano de contingência; nós estamos caminhando com esse plano. Só é preciso tomar um pouco de cuidado em relação a um desabastecimento que é mundial e nacional, como se não fosse uma ação eficiente da secretaria.

Quando nós vamos falar sobre testagem, eu acho importante contextualizar também que a testagem em massa é uma das ações e tem que ter um objetivo claro que não seja a curiosidade para saber quem tem a doença e quem não tem. Essa curiosidade, de uma forma geral, não traz benefício. Seria um gasto de dinheiro com uma doença autolimitada.

Então, quais são os objetivos da testagem? O primeiro objetivo da testagem é nós identificarmos aqueles casos graves de pacientes que estão internados, para que saibamos, dentro do ambiente hospitalar, qual é o paciente que tem que ser tratado como Covid, se permanece tratando como Covid, e quais são os pacientes que têm outras doenças, ou seja, a testagem como diagnóstico diferencial intra-hospitalar. Essa testagem tem objetivo.

Além disso, existe outra testagem que é para recompor a força de trabalho. Ou seja, tanto na segurança pública quanto na assistência à saúde, buscamos a recomposição da força de trabalho. Essa testagem tem um objetivo muito prático. Ambas são orientadas pelo governo desde o início da epidemia.

Além disso, nós temos a testagem também com o objetivo de controle de surtos. Em algum lugar com um surto maior, nós temos a indicação da testagem com o objetivo de controle, porque os surtos podem trazer um aumento muito grande na transmissão, que é diferente daquele número de casos. Ou seja, no surto, nós sempre teremos um número maior de casos, mas eles tendem a ser restritos a um local. É o surto na empresa, é o surto no hospital, é o surto numa instituição de longa permanência. Qual é a diferença? Quando esse surto está dentro e restrito ao ambiente, nós o isolamos e testamos todo mundo. O medo maior é quando o surto serve como um start, como no início de uma explosão de casos onde nós não teríamos o isolamento. Então nós testamos quem está em surto também, as áreas de surto.

Fora isso, nós entendemos que a testagem seria importante para buscarmos o contact tracing. O que é isso? Nós tentamos rastrear as pessoas que estão sintomáticas e identificar os contactantes.

Aí nós vamos para alguns problemas práticos, ou seja, o Ministério da Saúde acabou enviando testes para outros estados, principalmente aqueles mais acometidos. Eu acho que é interessante que se entenda como funciona o Sistema Único de Saúde. Dentro do Sistema Único de Saúde, esses testes habitualmente vêm do Ministério da Saúde, então, é função do ministério distribuir esses testes. O ministério fez uma lógica com a qual eu concordo, que é a lógica de mandar mais testes para onde há mais casas e onde há mais estresse. Ou seja, de forma geral, o ministério encaminhou mais testes para os Estados que estavam com mais estresse. Minas Gerais, sabendo que estava recebendo um pouco menos de testes, principalmente com o objetivo de ter sempre um plano B, adquiriu 150 mil testes. Como nós falamos, esses testes são uma parte do processo. Nós temos os testes; nós temos os insumos.

E aí vem um problema que também se tornou nacional, e felizmente agora nós estamos caminhando para resolvê-lo, que é o referente ao swab, aquele equivalente ao cotonete do ponto de vista nasal. Esse swab esteve em falta por muito tempo, então, nós tivemos que controlar um pouco a execução dos testes. Agora eles estão chegando. Os frascos também estão em falta, estão chegando agora. Além disso, Minas Gerais é um estado pioneiro no estudo sobre o uso da validação da saliva na testagem para o coronavírus. Nós já temos um número grande de casos e em breve nós teremos a validação disso, o que vai fazer com que não precisemos usar o swab, podendo, aí sim, ampliar consideravelmente a testagem. Eu sou muito cauteloso e acho que gastar testes num momento em que nós temos o risco de ter um pico igual ao que todos, absolutamente todos os estados e países do mundo tiveram... A gente tem que entrar no pico com a capacidade de realizar exames para todos os pacientes que estiverem internados e para os profissionais de saúde. Nesse contexto, ou seja, hoje nós estamos caminhando para o pico com o estoque praticamente abastecido, o estoque de swab, o estoque de frascos sendo reabastecido, de forma que não haja falta de exames no momento em que tivermos uma demanda maior. Assim que nós tivermos a certeza absoluta de que temos sobra de exames para o momento do pico, nós começaremos a ampliar.

Estamos fazendo *contact tracing* sintomático, orientando as prefeituras e, em breve, nós faremos também com a testagem. Mas eu sempre enfatizo: testagem não pode ser para matar a curiosidade de quem tem ou não a doença, porque a doença é autolimitada, e a testagem tem que ter um objetivo no controle da transmissão da doença.

Em relação ao número de mortes pela Covid, com o pico no dia 26 de junho, como se explica então o processo licitatório? De uma forma geral, eu acho que nós temos que entender o que está acontecendo. Nós estamos tendo um aumento de casos, nós estamos ainda a 1/3 inferior do pico projetado, e esse pico não é para 26 de junho, está sendo projetado pelo menos para o dia 15 de julho. No fundo, nós já tomamos medidas para reforçar o distanciamento social. E esse reforço do distanciamento social tem o objetivo muito claro de evitar o pico.

Esse hospital de campanha foi projetado para ser um hospital de baixa complexidade, um hospital com leitos de enfermaria, no máximo, com o objetivo de, caso houvesse uma explosão muito grande de casos, fosse a entrada da rede de saúde. Hoje nós temos, equivalentes ao do hospital de campanha, 200 leitos a serem abertos no Galba. A rede de saúde da macrocentro e do Estado como um todo, com esse nível de assistência, definitivamente não está sobrecarregada. A macrocentro está com ocupação abaixo de 60% nos leitos clínicos; a região do Estado que está próxima disso... Ou seja, nós não temos uma sobrecarga tão grande para pensar em abrir o hospital de campanha. Isso me parece imprudente, pois nesse momento a gente teria um gasto muito alto com um hospital que ficaria ocioso.

Preocupa-me e chama a atenção a necessidade de nós expandirmos leitos de terapia intensiva. Nós estamos recebendo agora os respiradores, nós estamos começando a expandir os leitos de terapia intensiva no interior de Minas, abrimos mais de cento e quarenta leitos recentemente, com a chegada dos respiradores.

Dentro da região metropolitana, a Fhemig está expandindo seus leitos para dar esse apoio. Nós estamos conversando com os gestores de cada uma das cidades que têm condição de abrir leitos de terapia intensiva. E aqui eu reforço: leito de terapia intensiva não pode ser aberto em qualquer local. O leito de terapia intensiva tem de estar numa unidade hospitalar, numa unidade que tenha estrutura, porque o custo é menor, o início da atuação é muito mais rápido e principalmente a qualidade da assistência onde nós já temos estrutura, já temos equipes treinadas para lidar com paciente grave, já temos protocolos... Então, a lógica do nosso plano de contingência foi sempre essa lógica de abrir leitos de terapia intensiva onde nós já tínhamos expertise para isso. A gente usa uma frase que é “fazer mais e melhor na terapia intensiva”, ou seja, não é criar leitos onde nunca houve, é aproveitar a expertise que já têm alguns hospitais e aumentar, fazendo mais e, de preferência, melhor.

Hoje o Expominas tem quase oitocentos leitos chamados de transição. Existem equipes treinadas e capacitadas neste momento. Em relação, então, ao Expominas, eu entendo que, neste momento, ele não deveria abrir. Nós temos condição de, juntos com a PM, abrir leitos inicialmente. De forma nenhuma nós vamos abrir 800 leitos de uma vez. Para fazermos isso, só em caso de uma falha muito grande no isolamento social. Nos entendemos que primeiro a gente isola e depois a gente dá assistência. Isso é fundamental, porque, se a gente tiver a necessidade de abrir esses 800 leitos, isso significará muito claramente que estourou a epidemia no Estado. E isso nós não queremos de forma nenhuma. Nós vamos fazer tudo o que for possível para evitar que a situação chegue a esse nível. Eu acho que basicamente era isso.

O presidente – Muito obrigado, secretário Carlos Eduardo. Agora nós vamos passar a palavra ao deputado Cássio Soares, que é líder do Bloco Liberdade e Progresso. Falando nisso, deputado Cássio, o deputado Duarte Bechir passou por aqui, secretário, e deixou uma pergunta. Campo Belo tem 20 casos confirmados e 2 óbitos, e lá existem 10 leitos de CTI e estão sendo criados mais 10. A pergunta é sobre o envio de respiradores para Campo Belo. Com a palavra, o deputado Cássio Soares.

O deputado Cássio Soares – Muito bom dia, presidente Antonio Carlos; muito bom dia, secretário Carlos Eduardo e demais membros do governo. Não sei se o secretário Otto ainda está presente, mas também quero cumprimentá-lo, além de todos que nos acompanham aí, colegas deputadas e deputados e população mineira. Secretário, antes de mais nada, quero cumprimentá-lo pela apresentação. Pude perceber algo aqui: outras vezes o senhor nos deu a satisfação de contar com a sua presença aqui, na Assembleia, mas esta é a primeira vez que, de forma mais enfática, eu vejo a Secretaria de Estado de Saúde, através do senhor, defender mais veementemente a questão do isolamento social. Isso se dá possivelmente pelo aumento dos casos que estão sendo constatados e

aferidos no nosso Estado de Minas Gerais. Diante disso, eu pergunto: essa defesa pelo isolamento está se dando no tempo correto? Não deveríamos talvez ter defendido esse isolamento há mais dias para evitar esse grande número de contaminações, como estamos percebendo?

Outro ponto, secretário. O senhor citou aí também sobre os leitos requisitados da saúde mental, em especial sobre a situação do Hospital Galba Veloso e do Hospital Raul Soares. Vários setores da comunidade estão relatando uma grave descontinuidade do tratamento psiquiátrico de centenas de pacientes sob a justificativa da necessidade de leitos para combater a doença Covid-19. O senhor disse que essas adaptações do hospital ainda acontecerão, mas é muito importante que esses pacientes psiquiátricos que estão tendo essa descontinuidade possam saber. Questiono ao senhor também se, passado esse período de pandemia, teremos o retorno das atividades e dos atendimentos de excelência que os Hospitais Galba Veloso e Raul Soares prestavam antes desses problemas de fechamento ou suspensão dos trabalhos. Inclusive vários dos funcionários tiveram as suas transferências ex officio publicadas e feitas. Então, dentro dessa linha, gostaria de saber se houve esse planejamento adequado para a medida e se os atendimentos dos hospitais psiquiátricos citados retornarão após a pandemia.

Outro ponto que gostaria de destacar aqui e sobre o qual solicitar esclarecimento é o plano Minas Consciente. De forma muito coerente, muito efetiva, o governo do Estado produziu o plano Minas Consciente e o sugeriu aos municípios. Já foi realizada a avaliação da adesão pelos municípios? Nos casos em que o plano teve adesão, os resultados foram os esperados de acordo com os números de cada município?

E, para finalizar, secretário, temos a questão da Farmácia de Minas. Existe uma estimativa de ampliação das entregas a domicílio para o grupo de risco em outros municípios? Como é realizada a avaliação de prioridade de implantação dessa medida nos municípios?

Terminando, concluindo agora, sabemos que as equipes de saúde que estão na linha de frente são as mais vulneráveis às contaminações pela doença Covid-19, pelo coronavírus. A secretaria está amparando e garantindo estrutura para que esses profissionais da área da saúde tenham condições de segurança profissional mínimas para poder atuar nessa linha de frente ao combate ao coronavírus?

Então, esses são os questionamentos do Bloco Liberdade e Progresso. Quero, mais uma vez aqui, agradecer a participação e nos colocar à disposição, secretário Carlos Eduardo, população mineira, para que possamos dar sequência a um bom trabalho, colaborar com as medidas interessantes e eficientes que vão salvar vidas da população mineira e evitar maiores danos, principalmente na área da saúde. Quem tem doente em casa tem pressa e precisa do melhor atendimento da rede pública de saúde. Muito obrigado, senhores.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado Cássio. Em relação a Campo Belo e à necessidade de ventiladores, acho que aqui voltamos àquela ideia do plano de contingência macrorregional e da estratificação de demanda para que possamos, à medida que os respiradores forem chegando, encaminhá-los. Então, Campo Belo faz parte da macro Oeste e estamos avaliando como está a sua situação; conforme for, encaminharemos, no tempo correto, os respiradores que chegarem. Aqui cabe uma informação, porque a macro Oeste teve até uma redução na ocupação, na última avaliação do Minas Consciente que estamos realizando; não foi aquela redução gigantesca a ponto de podermos achar que poderia avançar na onda do Minas Consciente, até porque não é este o momento agora porque estamos caminhando para o pico, mas efetivamente tivemos até uma redução da ocupação da macro Oeste. Isso mostra a eficiência lá do trabalho que está sendo feito pelos gestores locais, principalmente quanto ao isolamento e também à ampliação de leitos que tivemos.

Deputado Carlos Pimenta, há uma outra informação de que eu tinha me esquecido: encaminhamos 10 ventiladores para a região do Jequitinhonha, e eles já se transformaram em leitos de terapia intensiva; e estão indo mais 10 agora. Hoje, lá no Jequitinhonha, tivemos uma queda significativa da ocupação com a entrada de operação desses 10 novos leitos de terapia intensiva.

Em relação ao isolamento, acho muito pertinente afirmar... Ou seja, Minas Gerais teve isolamento oportuno? Não só tivemos isolamento oportuno como fomos o primeiro Estado a entrar em isolamento. Estamos hoje discutindo três meses depois a possibilidade de um pico porque entramos no isolamento correto, se não, muito provavelmente, a nossa história teria sido muito próxima dos picos que Rio de Janeiro e São Paulo tiveram. Então, acho que tivemos isolamento correto, sim. Uma vez que notamos que grande parte dos municípios, em algum momento, já estavam tendo dificuldades de manter o isolamento, lançamos o programa Minas Consciente, que foi o primeiro programa do país também com essa ideia de adequar o isolamento à realidade epidemiológica de cada região. Esse programa trouxe alguns critérios que foram inovadores. Temos de lembrar que, nessa epidemia, tudo que temos feito, devemos estar constantemente revisando, porque não existe literatura, nem *benchmarking* tão avançado para fazermos, mas fomos também os primeiros nessa ideia. O Minas Consciente, avaliando o critério epidemiológico de cada região, permitiu que algumas regiões avançassem um pouco e depois retornassem também, ou seja, essa ideia das ondas está acontecendo agora e vai acontecer em vários momentos da epidemia. Então, acho que isso para nós é importante, está mostrando que o Minas Consciente foi um programa robusto. O Rio Grande do Sul fez parecido; São Paulo está fazendo parecido; Ceará e Goiás também estão fazendo parecido. Isso mostra que estamos dentro de uma possibilidade de variação muito próxima do que tende a ser a realidade.

Achei muito pertinente a pergunta sobre se o Minas Consciente foi bom, se a adesão a ele está trazendo benefícios. A resposta, na minha visão, deputado Cássio, é sim. Hoje temos em torno de 150 municípios que fizeram a adesão. Como tenho uma informação semanal que a sede me passa, ela pode estar um pouco desatualizada, mas é algo em torno desse número. A região Sudeste foi a que teve a maior adesão de municípios ao Minas Consciente, conseqüentemente, foi a região que, de maio par cá, teve, proporcionalmente, o menor crescimento. Então, entendemos que o Minas Consciente tem uma lógica, sim.

Para mim, eu já estaria satisfeito se o Minas Consciente não tivesse deixado crescer demais. Como ele está dentro de um comparativo com as demais regiões mostrando eficiência, naturalmente, temos de acompanhar isso, mas chama muito a atenção a macrorregião que teve maior adesão estar com a melhor performance de uma forma global.

A Farmácia de Minas tem uma dificuldade: envolve múltiplos parceiros, envolve a operadora de táxi 99, a Defesa Civil, a saúde para que entreguemos na casa das pessoas que estão no grupo de maior risco. Vimos ampliando isso, mas, a cada ampliação, vamos e preparamos uma próxima, porque isso envolve toda uma logística. Isso não é muito simples, mas vamos continuar ampliando. O nosso objetivo também é, além de ampliar para aquele grupo que foi definido, ampliarmos os grupos em todas as regiões.

Em relação às equipes de saúde, primeiro gostaria de agradecer. Estamos vendo os profissionais de saúde muito engajados, trabalhando com seriedade, como é de costume, diga-se de passagem, ou seja, o trabalho em Minas tem sido muito qualificado. Sempre pensamos que é importante a proteção dos profissionais de saúde. O que fizemos então? Os hospitais receberam valores para a compra de EPIs. A Secretaria Estadual de Saúde comprou EPIs para ter estoque regulador. A Seplag, junto com a Defesa Civil, fez o plano Protege Minas para aqueles prestadores ou secretarias municipais de saúde que não estivessem conseguindo comprar EPI no sentido de que comprassem ou pegassem na Defesa Civil a preço de custo. Isso também deu uma magnitude importante à proteção dos servidores de saúde. A Fhemig tem um estoque grande, que dá para um bom tempo. Isso não significa que vamos usar de forma aleatória, ou seja, tem de haver protocolo para o uso de equipamento de proteção individual, até mesmo para haver mais segurança no uso, mas, de forma alguma, pensamos em haver desabastecimento neste momento. Além disso, temos na Fhemig, que é um órgão do Estado, um ambulatório para acompanhamento de profissionais de saúde que possam ter sintomas da Covid-19; além disso, há equipamento psicológico nesse ambulatório, e estamos ampliando-o. Temos uma preocupação muito grande com esses profissionais.

Voltei aqui porque saltei uma questão, que era a respeito do Galba Veloso. Temos toda uma rede de atenção à saúde mental, que é tripartite, envolve o município, o Estado e a União. O Estado tem dois hospitais que são destinados à saúde mental: o Raul Soares e o Galba. A gestão da saúde mental passa pelos municípios, ou seja, o município conduz as pessoas dentro das indicações, dos

protocolos municipais e, quando há necessidade de internação, é ele quem encaminha. Então, isso é muito importante porque o Estado não tem essa gestão do encaminhamento da saúde mental. Entendemos que, em momentos excepcionais, temos de ter ações excepcionais. Neste momento, optamos por abrir 200 leitos de enfermaria no Galba Veloso, o que possibilita ampliarmos a capacidade para atendimento à Covid, porque nos pareceu que este momento era um momento excepcional e que tínhamos um risco maior em relação à Covid. Os pacientes que estavam internados no Galba Veloso, em grande parte, foram encaminhados para o Raul Soares e também alguns que tinham condições de serem acompanhados em casa, a critério das prefeituras, foram encaminhados para as casas com acompanhamento psiquiátrico. É muito importante enfatizar – já tive contato com o Fábio – que queremos ter um atendimento psiquiátrico do paciente internado que seja exemplar – para mim, isso é muito importante; temos de ter uma condição muito boa; temos de buscar um projeto de cuidados do paciente psiquiátrico que traga o máximo de humanização e também o máximo de eficiência no cuidado. A Fhemig está realizando esse projeto, e acreditamos que, em breve, passando essa epidemia, vamos ter condições de comunicar à sociedade.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Agora passamos a palavra ao deputado André Quintão, líder do Bloco Democracia e Luta, para suas considerações.

O deputado André Quintão – Bom dia, presidente. Bom dia, secretário Carlos Eduardo. Bom dia, secretário Otto. Na pessoa do deputado Carlos Pimenta, cumprimento as deputadas e os deputados que acompanham os trabalhos de hoje.

Falo aqui em nome do Bloco Democracia e Luta e, portanto, de 16 deputadas e deputados. São várias questões. Mas vou iniciar dizendo que, talvez, esta audiência esteja sendo realizada num momento crucial da pandemia em Minas Gerais. Não se trata aqui de ser mais otimista, pessimista, de ser situação ou oposição; é papel do Legislativo exercer em plenitude a sua capacidade analítica, crítica diante das políticas públicas, defendendo o interesse da maioria ou da totalidade do povo mineiro.

Infelizmente, os dados são absolutamente preocupantes. Não compartilho com essa tranquilidade aparente da situação em Minas Gerais; são quase 30 mil casos, 720 mortes. Das 14 macrorregiões, somente três não têm lotação de leitos superior a 70%. Em quatro delas não há mais estrutura para pacientes mais graves. Há 90% de ocupação de leitos de UTI; 86%, em BH. O vírus se interiorizou. A pandemia se interiorizou. Temos casos confirmados em 75% dos municípios. Então, é uma situação absolutamente preocupante.

Discordo de algumas afirmações, não com relação ao empenho do secretário, da equipe dos profissionais de saúde; isso nós reconhecemos, não passam por aí os nossos questionamentos e, sim, por decisões. Acredito que houve vacilo, sim, na discussão sobre necessidade de isolamento e distanciamento. O presidente Bolsonaro, nesse caso, exerceu uma influência nefasta, assim como parte da elite mineira, que priorizou a economia, e não a vida. A pouca testagem interferiu num diagnóstico epidemiológico mais consistente para o programa Minas Consciente.

A forma como o programa Minas Consciente foi apresentado induziu a uma flexibilização antecipada por parte dos municípios sem a base epidemiológica correta. O Minas Consciente, apesar de bem construído, atendeu, talvez, mais à reivindicação da Fiemg do que a uma necessidade real dos municípios. Há município que nem aderiu ao Minas Consciente, mas achou que já poderia flexibilizar. Baixa habilitação de leitos pelo governo federal; isso vou abordar. Então, eu acho que temos de fazer uma avaliação mais completa, mais global, até para avançarmos neste momento. Em cima disso, vou tratar de dois blocos de perguntas e deixar o hospital de campanha para o final. (– Falha na transmissão do áudio.)

Primeiro o senhor colocou que estamos no terço inferior da rampa, na subida da curva, exatamente quando estamos com 90% de leitos de UTI ocupados. O que fazer? Essa é uma pergunta, porque, se estamos no terço inferior da rampa e já estamos com 90% dos leitos ocupados, essa é, talvez, a informação mais relevante que ouvi nesta manhã.

A questão de habilitação de leitos pelo governo federal. Minas Gerais solicitou o número de 1.100 leitos. Somente 328 foram liberados, 29,8%. Não escuto o governador de Minas cobrar isso do governo federal. Inclusive em entrevistas nacionais ele

elogia o comportamento do governo federal. É possível um Estado como Minas Gerais receber somente 30% de habilitação de leitos? Eu queria, um pouco, uma informação objetiva sobre como está esse processo de negociação com o governo federal.

Segunda questão: o que o secretário acha da proposta da fila única? Se houver um colapso e os leitos disponibilizados pela rede pública e/ou conveniados não forem suficientes, como será o relacionamento em relação à requisição de leitos da iniciativa privada? Eu queria também um posicionamento do secretário sobre se isso está sendo cogitado para um momento de colapso, caso ele haja. Tomara que não ocorra!

O deputado Celinho Sintrocel pergunta sobre a situação do Vale do Aço: Timóteo está reivindicando a gestão plena; a situação do Hospital Vera Cruz como novo administrador do hospital de Timóteo; repasses de recursos públicos do Pro-Hosp. Enfim, é um pouco o quadro do Vale do Aço.

A deputada Ana Paula pergunta sobre o hospital de campanha em Betim, a questão dos leitos de UTI.

A deputada Marília levanta a questão das Ceasas, no plural, em Minas Gerais, mas particularmente da Ceasa da região metropolitana, que pode ser um centro de propagação, de contágio. Como andam as medidas de fiscalização e prevenção?

Presidente Antonio Carlos, a questão do hospital de campanha... Vou pedir paciência, já que o deputado Sávio Souza Cruz não utilizou o tempo de líder, então não vai comprometer, tenho certeza, e uma certa isonomia com o presidente da Comissão de Saúde, porque tenho aqui questões relacionadas ao hospital de campanha que foram trazidas por vários membros do Bloco Democracia e Luta. Vou compilá-las.

A primeira questão, posso estar enganado, me parece que não é de interesse do Estado; ele já recuou de abri-lo, no caso daqui, de Belo Horizonte. Entendi que foi essa a posição do secretário de Estado de Saúde.

Com relação ao processo de funcionamento, não adianta ter o hospital de campanha mais barato e fechado, um hospital que não funciona; isso não resolve. Então, eu queria entender melhor isso. Não ficou claro com o secretário Otto. Aqui, longe de levantar qualquer questão relacionada à questão moral, de recursos... Não estamos falando disso. Estamos falando de gestão competente, que é, inclusive, um valor de que muito se preza o atual governador. O que ocorreu nesse processo de organização da gestão do hospital de campanha? Foram desencontros, desacertos, erros de gestão? Parece-me que foi um processo de idas e vindas. Primeiro a opção era: “Vamos fazer a gestão direta com a Polícia Militar, apoiada em contratação de pessoal terceirizado”. Depois houve uma mudança, uma dispensa de licitação. Aí o secretário fala que não havia nenhuma entidade como organização social, nenhum contrato de gestão. Foi uma opção para fazer economia. Aí já colocamos, Otto: será que a opção era fazer economia num momento como este, de explosão da pandemia em Minas? Houve um processo de habilitação da Fundação Guimarães Rosa, via Superintendência Central de Parcerias da Seplag.

Eu me lembrei muito, nesse processo, de quando fui relator da CPI de Brumadinho. O relatório da Tüv Süd falou mais ou menos assim: “A Barragem B1, de Brumadinho, está instável, o fator de segurança está abaixo, mas vou dar a declaração de condição de estabilidade. Aí depois vai fazer drenagem, vai fazer dreno horizontal profundo, não vai haver explosão lá perto”. Então, deu a declaração sem que ela estivesse estável, mas recomendou algumas providências. Parece-me que o que ocorreu com esse processo foi isso.

A nota técnica da Seplag falou que a instituição não tinha capacidade técnica, tinha inadequações estatutárias e não cumpria requisitos para se habilitar como organização social, mas no final... Vou falar textualmente o parecer: “Fica deferido, em caráter excepcional e condicionado à adequação dos itens em desacordo exarados na presente nota técnica”. Ou seja, não podia habilitar, e habilitou. “Então, vamos habilitar.” Reconhecemos a emergência, mas ela também não pode estar acima da lei que rege as próprias situações de emergência. Eu queria entender um pouco melhor isso. Aí, talvez.... O secretário falou que foi em função do achatamento da curva. Eu queria saber se foi em função do achatamento da curva ou de alguma recomendação do Ministério Público Estadual, a partir da provocação da Controladoria-Geral da União. Eu queria entender!

E como anda esse chamamento público? Sinceramente, não ficou claro para mim – estou sendo muito sincero – se há, de fato, interesse do governo de Minas de colocar esse processo para andar. Se hoje há sete organizações sociais interessadas, isso ocorre em relação a habilitações posteriores ao momento em que não havia nenhuma entidade habilitada como OS? Eu também não entendi isso. Num determinado momento, o secretário disse que não havia nenhuma entidade; depois fala que hoje já há sete interessadas.

Então, não estou aqui emitindo nenhum juízo de valor. Não vou nem entrar na questão do custo, porque isso é custo médio, a própria nota técnica da CGU fala que há custos diferenciados, problemas nos custos, mas não aprofunda exatamente essas planilhas. Não vi planilhas.

Então, em função disso, esse tipo de pergunta eu não vou fazer, porque não tenho dados. Agora, quanto a esses outros dados da nota técnica que desaconselhava a habilitação da entidade como organização social para gerir o hospital de campanha sem capacidade técnica, eu queria saber o seguinte, secretário: houve uma espécie de barbearagem da gestão, e é por isso que o hospital de campanha não está funcionando até hoje? Concordo com o deputado Bartô, do Novo, que colocou a importância do funcionamento exatamente no pico da pandemia.

O presidente – Muito obrigado, deputado André Quintão. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo, para as respostas.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado pela pergunta, deputado André Quintão. É importante, e eu vou tentar aqui passar por várias perguntas. O Minas Consciente não foi um programa de flexibilização. Muitas vezes se fala isso, mas não é isso que ele é. Ele é um programa de isolamento adequado. A diferença pode parecer semântica, mas, na verdade, ela é muito prática. O que nós vimos, ao longo do tempo, no Estado, após meados de abril, foi que havia um aumento muito grande da flexibilização em vários municípios e, neste momento, nós entendemos que seria importante o Estado, através de um programa, orientar um isolamento adequado. Ou seja, o Minas Consciente não é obrigatoriamente um programa de flexibilização, ele é um programa de isolamento, com critérios técnicos, com o objetivo de resgatar muitos municípios que estavam já com a flexibilização fora daquilo que seria um padrão, na nossa visão.

Quando se fala que nós estamos em um terço inferior da curva, deputado – e essa pergunta é interessante, porque os hospitais têm que sobreviver –, é preciso considerar que nós tivemos muita, mas muita demanda, muitas queixas de hospitais de que eles estavam extremamente vazios, que não estavam conseguindo faturar. Isso, de certa forma, até nos preocupou, porque a sustentabilidade é importante. Se nós mantivermos um hospital sem faturamento, ele acabará chegando a um momento em que não conseguirá pagar aos profissionais, não conseguirá sobreviver. Foram muitas demandas que nós tivemos como essa.

A gente tem hoje um crescimento, mas de forma nenhuma houve desassistência até este momento. O que nós fazemos com os nossos dados? Nós temos um percentual de ocupação que é verificado pelo SUSFácil. Esse percentual superestima a ocupação da rede, porque depende: muitas vezes, os hospitais estão em alta no SUSFácil, então parece que nós temos, às vezes, internação acima de 100%, o que é virtualmente impossível. Nós só podemos colocar um paciente por leito, então, efetivamente, esses tipos de dados não são os adequados. Sabendo disso, o que nós fizemos? Nós fizemos também um controle da ocupação baseado no que é o quadro de pacientes internados que também têm o SUSFácil. E, num terceiro nível de controle, quando nós temos dúvidas da ocupação, a Superintendência Regional de Saúde entra em contato diretamente com aquele hospital para vermos como está a ocupação. Então, nesse sentido, nós temos três níveis de controle.

Hoje nós estamos fazendo uma revisão, porque, do jeito como é publicado com o SUSFácil, está sendo efetivamente uma publicação um pouco maior. A gente está tentando fazer isso do ponto de vista automático. É importante tentarmos automatizar, senão teremos que desviar muito recurso humano para o BI, e nós devemos trazer mais dados referentes à ocupação, mas fato é que, até este momento, nós ainda temos leitos disponíveis, e são bastantes no Estado.

Em relação à fila única, entendo que o Estado sempre comprou leitos – isso faz parte da regulação. Se houver necessidade, a gente pode vir a comprar leitos, mas, por outro lado, essa epidemia não diferencia classe social, então, de uma forma geral, tanto os

hospitais que são da rede privada quanto os do SUS irão aumentar o volume como um todo, e eu não entendo que nós teremos hospitais vazios e hospitais sobrecarregados.

Em relação ao Vale do Aço, ele vem sendo acompanhado de perto por nós. É muito importante frisar que o Vale do Aço foi uma das regiões onde nós notamos inicialmente uma flexibilização além do que era razoável. Foi a primeira região, a primeira macro onde nós fizemos reuniões com os prefeitos, orientando, mostrando quais eram as projeções, qual era o risco. Então, dentro desse contexto, nós fizemos uma ação importante há 21 dias. Os respiradores que estão chegando, vários deles irão para o Vale do Aço. Nós temos, de uma forma geral, as últimas informações – naturalmente hoje não deu tempo de eu obter informação ainda, porque vim direto para a Assembleia –, segundo as quais a região de Ipatinga teria uma ocupação maior de leitos de terapia intensiva e nós ainda teríamos leitos em Coronel Fabriciano, em Caratinga, entendendo que trabalhamos como macrorregião e temos priorização de ocupação de leitos. Timóteo está preparando a abertura de leitos de terapia intensiva, nós estamos encaminhando mais respiradores, ou seja, nós estamos ampliando a capacidade assistencial. E eu fiquei muito feliz porque a grande maioria dos prefeitos do Vale do Aço, depois da nossa conversa, efetivamente tomaram a atitude de reduzir a flexibilização que eles tinham feito lá. Então, eu acho que foi importante a nossa intervenção no Vale do Aço.

Em relação à Ceasa, eu acho importante, na Ceasa ou em qualquer lugar, que as medidas de isolamento e distanciamento de protocolo sanitário sejam seguidas. Isso é fundamental. Cabe também à prefeitura que sedia a Ceasa manter essa avaliação, manter o controle, para que a gente efetivamente não tenha lá um polo de surto.

Então, eu acho que basicamente são essas as perguntas que foram feitas a mim, e a ideia nossa é essa. A gestão de leitos é complexa, depende da alimentação da ponta, mas diariamente a gente vem acompanhando; e, por outro lado também, até o momento, nós não tivemos, do ponto de vista de macrorregião, desassistência. Existem, sim, hospitais que estão com ocupação maior, e isso faz parte da nossa lógica, porque nós fizemos hospital de primeira linha, de segunda linha, de terceira linha, ou seja, à medida que um hospital ficasse ocupado, a gente ia abrindo leitos em outros hospitais.

O presidente – Muito obrigado, secretário. Com a palavra, o deputado Inácio Franco, que é líder da Maioria, para suas considerações.

O Sr. Otto Alexandre Levy Reis – (– Fala fora do microfone:) Deputado, eu tenho que responder; há uma pergunta para mim.

O presidente – O secretário Otto recebeu uma pergunta do deputado André Quintão e, então, está com a palavra.

O Sr. Otto Alexandre Levy Reis – Bom dia, deputado André Quintão. Obrigado pela oportunidade que o senhor está me dando de esclarecer. Então, vamos lá. Sobre o hospital de campanha. Em primeiro lugar, por que o governador escolheu a Polícia Militar de Minas Gerais para montar e dirigir toda a operação do hospital de campanha? Deputado André Quintão, na minha vida, eu tive a oportunidade de viver fora do Brasil alguns anos. Morei nos Estados Unidos, e sabe que eu sempre tive esta pergunta: Brasil e Estados Unidos têm 520 anos de história, e, depois de 520 anos de história, por que um país tem um PIB que é 20 vezes maior do que o do outro? Um país tem uma renda per capita que é dezenas de vezes maior que a do outro. Lamentavelmente, milhares de brasileiros emigram para lá, às vezes não em condições tão boas, buscando uma vida melhor, e o inverso infelizmente não acontece. Isso significa que viver lá deve ser melhor do que viver aqui. Então, eu sempre me perguntei o que faz um país ser mais evoluído, mais desenvolvido do que o outro, e a minha experiência me mostrou que não é falar inglês, o que faz diferença na história dos países são as instituições. Quanto mais evoluído é um país, melhores são as instituições que esse país possui.

Minas Gerais possui uma grande instituição, que é a Polícia Militar de Minas Gerais. Minas Gerais não possui o PCC, e o PCC não nasceu em Minas Gerais, nasceu em São Paulo, porque Minas Gerais possui a Polícia Militar de Minas Gerais. Aqui não há Comando Vermelho, o Comando Vermelho está no Rio de Janeiro porque aqui há a Polícia Militar de Minas Gerais. Então, a Polícia Militar é uma instituição exemplo, e, se existissem em Minas Gerais mais instituições como a Polícia Militar, nosso estado seria

melhor; e, se no nosso país existissem mais instituições como a Polícia Militar, nosso país seria melhor. Então, é por isso que o governador escolheu a Polícia Militar para montar o hospital de campanha.

Bom, dito isso, por que ao longo do tempo foi mudando a estratégia? Porque a situação da pandemia foi mudando. O senhor imagine se eu tivesse montado uma estratégia que não mudasse. Infelizmente era impossível combinar com o vírus como seria o comportamento dele. Eu vou dar um exemplo para o senhor do que aconteceu, só que infelizmente isso não ficou registrado em memorandos. Vou falar para o senhor das compras de respiradores. Num primeiro momento, surgiu um pânico sobre compra de respirador. O Brasil inteiro ficou com medo da falta de respiradores. Eu cheguei a ligar para a China – nós tivemos vários contatos na China –, e chegamos a receber propostas de preço de respiradores de R\$300.000,00, R\$350.000,00. O único ponto é que isso não foi oficializado, e obviamente também nós não compramos. No final das contas, com o achatamento da curva, nós acabamos comprando respirador por R\$58.000,00, mas teve estado, por exemplo a Bahia, que comprou por R\$250.000,00. São Paulo comprou por R\$200.000,00. Isso foi a situação da evolução do vírus lá e da evolução do vírus aqui. Então, especificamente sobre o hospital de campanha, inicialmente se imaginou que seria necessário funcionar imediatamente.

Então, nesse primeiro momento, imaginou-se que a melhor solução para um imediato funcionamento era alguém que contratasse uma mão de obra para a operação própria da PM. Então, essa foi a primeira hipótese. Quando a curva se alargou, já passamos para um outro momento. “Não, então vamos selecionar uma OS.” Só que realmente não existiam OSs qualificadas na área de saúde, e, então, a Seplag qualificou com condicionante, mas é importante dizer o seguinte: que qualificamos com condicionante, a Fundação Guimarães Rosa atendia aos requisitos técnicos, mas não atendia aos requisitos estatutários e burocráticos. Ela não atendia. Então, mais uma vez, com o achatamento da curva, nós resolvemos partir para um processo competitivo, mais uma vez, sempre olhando a questão de tentar o melhor uso do recurso público. E tudo foi mudando pela dinâmica do próprio processo.

O processo não foi estático. Aí, o senhor me pergunta: “Com esse tempo, outras organizações sociais procuraram a qualificação aqui no Estado de Minas?”. Porque, na verdade, a lei que existe exige a qualificação de organizações sociais no Estado de Minas, então, outras ações sociais que eram qualificadas em outros estados do Brasil se qualificaram, e aí realmente, até o momento, já temos sete organizações sociais qualificadas que estão interessadas nesse processo seletivo.

Mas, se o senhor me perguntar sobre se acontecer o pior, se o secretário de Saúde chegar para nós e para a Polícia Militar e falar que o hospital de campanha precisa abrir de maneira urgente, nós sempre vamos voltar para o plano emergencial, que é uma abertura imediata de leitos emergenciais, pegando oficiais da reserva da Polícia Militar e abrindo os leitos necessários. Não vai ser a maneira mais econômica de colocar o hospital de campanha para funcionar, mas essa opção em situação de emergência sempre vai estar posta.

Agora, com o achatamento da curva, estamos colocando a opção mais econômica, assim como ocorreu com os respiradores. A gente chegou a analisar a possibilidade de comprar respirador a R\$200.000,00, R\$250.000,00, mas, como a curva achatou, com a ajuda da Polícia Militar, nós conseguimos recolher 460 respiradores, colocá-los para serem reparados, e esses respiradores nos deram uma folga. Nós conseguimos comprar respiradores, e eles estão chegando agora, em junho, por R\$58.000,00. Então, obviamente, em primeiro lugar, o valor maior é a vida, mas se for possível salvar vidas e respeitar o dinheiro do contribuinte, nós vamos fazer isso.

Não sei se eu respondi o que o senhor me perguntou. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário Otto. Quero registrar a presença do deputado Duarte Bechir e do deputado Doorgal Andrada. Com a palavra, o deputado Inácio Franco, que é o líder da Maioria, para suas considerações.

O deputado Inácio Franco – Bom dia, presidente Antonio Carlos. Quero cumprimentar o nosso secretário de Saúde, Dr. Carlos Eduardo; o secretário Otto Levy; o nosso presidente da Comissão de Saúde, deputado Carlos Pimenta.

Secretário, grande parte dos questionamentos que os deputados me pediram para fazer foram respondidos, mas o Professor Cleiton está aqui fazendo uma pergunta: “Neste momento em que se aproxima o pico da pandemia no Estado, sabemos que além da falta de anestésicos, enfrentamos também a falta de profissionais, o que, entre outras coisas, impede a abertura do hospital de campanha. Em Minas Gerais, há mais de 3 mil profissionais formados no exterior aguardando o Revalida. Não seria a hora de usar a estrutura da Unimontes e oferecer essa prova de revalidação em caráter de urgência, como fizeram outros estados? Só para o conhecimento do senhor, o Estado fez 20 chamamentos públicos e não apareceram candidatos para trabalharem no combate à pandemia”. Esse foi um questionamento do deputado Professor Cleiton.

Outra coisa, secretário. Eu ouvi o deputado Hely Tarquínio falar sobre o problema do hospital regional de Patos de Minas, que atende um público muito grande. A coisa está mesmo complicada lá, no nosso Noroeste de Minas. Estive lá na semana passada. Patos de Minas é regional de saúde do Paranaíba e também de toda aquela região. O Noroeste de Minas não tem um hospital regional. Lá o problema é sério; pelo menos essa é a informação que foi me dada pelo prefeito. Há muitos casos de Covid em Unai e naquela região, além da falta de leitos. O senhor sabe – estivemos lá juntos – da importância do nosso Noroeste de Minas, e lá precisa-se, sim, de um hospital regional da região.

Outros deputados já me passaram algumas perguntas sobre o problema da deficiência no número de testes feitos no Estado e também sobre o hospital de campanha, que já foi mencionado. Os questionamentos são esses.

Quero, mais uma vez, parabenizar o senhor pelo trabalho à frente da Secretaria de Saúde. Temos visto seu empenho. Muito obrigado. Quero parabenizar o nosso presidente Antonio Carlos Arantes na condução dos trabalhos. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Inácio Franco. Quero agradecer também a participação do deputado Marquinho Lemos. Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado Inácio Franco. Em relação à pergunta do deputado Professor Cleiton, eu fiz um pedido de consulta à nossa assessoria jurídica e à AGE sobre a possibilidade de avaliar como fazer com o recursos humanos, desde o Revalida até outras formas de contratação. Então, nós estamos aguardando isso para verificarmos o caminho e tomarmos as medidas necessárias.

Em relação ao Noroeste, deputado, eu acho que é muito importante. Desde quando cheguei à secretaria, dentro dos nossos diagnósticos, nós vimos que o Noroeste é uma região que realmente precisa desenvolver a saúde. A gente fez um plano de desenvolvimento da região Noroeste, do ponto de vista da saúde. Eu acho que cabe lembramos aqui que durante muito tempo o Noroeste esteve muito vinculado ao Distrito Federal, mas nossa ideia é efetivamente, com o passar do tempo, desenvolver a saúde lá, desenvolver alguns hospitais. Eu acho que é muito importante: quando nós falamos em desenvolver a saúde, temos que ter condição de fixar profissionais de saúde na região, e acaba tendo que haver um volume de tratamento, acaba tendo que haver estrutura para o tratamento.

Além disso, o Noroeste é a região que tem prioridade neste momento para a expansão da rede Samu. Algumas ações estão sendo tomadas nesse sentido. Estava dentro da programação antes da Covid este ano nós expandirmos a rede Samu para a região Noroeste. Se não conseguirmos ainda este ano implantar parte do Samu lá, no ano que vem com certeza nós teremos Samu no Noroeste.

O presidente – Muito obrigado, secretário Carlos Eduardo. Com a palavra, o líder da Minoria, deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Bom dia, deputado Antônio Carlos Arantes, presidente desta sessão. Quero cumprimentar também o deputado Carlos Pimenta e, em sua pessoa, os membros da Comissão de Saúde, o secretário Carlos Eduardo e o secretário Otto. Bom dia a todos e a todas que nos acompanham.

Presidente, eu queria rapidamente – representando os 16 deputados e deputadas do nosso Bloco Democracia e Luta que nos enviaram perguntas – fazer um comentário e de forma pública reconhecer, de fato, a boa vontade e a dedicação do governo e,

obviamente, dos secretários de sempre estarem na Casa tentando mostrar claramente o trabalho. Mas também quero manifestar a minha preocupação porque, de forma efetiva, na prática, não é o que nós estamos vendo nos municípios: prefeitos e prefeitas agindo quase que isoladamente sem uma ação efetiva do governo, que toda vez que é chamado presta conta na Assembleia Legislativa, mas, na ponta, secretários, não é o que os prefeitos e prefeitas nos apresentam quando a gente fala, por exemplo, de apoio aos leitos nos hospitais, nos municípios; as iniciativas dos prefeitos de buscar recursos nesse sentido, de hospitais alugarem equipamentos para aumentar esses leitos, do Programa Minas Consciente não ter uma ação de um mapeamento e dados claros.

Quando V. Exa., secretário, fala que a testagem não pode ser para matar a curiosidade, ela não pode, não deve e não é. Porque, sem dúvida nenhuma, a necessidade das testagens é exatamente para haver uma análise concreta do que se deve ou não fazer no Estado sustentado em dados. O número de subnotificação no Estado, dadas as apresentações de V. Exas. nos boletins epidemiológicos, nas reportagens – uma por exemplo do Estado de Minas que fala da subnotificação de diagnóstico da Covid em Minas Gerais –, pode ser de mais de 10 por 1, já confirmado pelo subsecretário e V. Exa. – inclusive em algumas audiências V. Exa. confirmou esse dado. Então, nós precisamos de mais testes no Estado para sustentar a análise.

O Instituto Federal do Sul de Minas participou de um debate na Assembleia junto com alguns epidemiologistas e o grupo técnico de estudo que possui parceria com a Assembleia Legislativa – que é o grupo técnico da Universidade Federal de Minas Gerais –, e apresentaram dados gravíssimos. Desde a semana passada, V. Exa. junto ao governador do Estado começaram a subir o tom com relação ao crescimento do número de casos acontecendo do interior para a capital, mas ampliando em todo Estado. É muito preocupante que o Estado não seja mais enérgico, mais incisivo, com uma política de controle em todos os sentidos, que vai depender muito dos testes.

Vamos especificamente às perguntas. Quando o secretário Otto fala da defesa da mudança de estratégia, é importante a gente ressaltar também – eu quero ler aqui – a nota técnica da Controladoria-Geral da União, que encaminhou esse parecer ao Ministério Público do Estado, em que afirma – e aí é muito preocupante – categoricamente a preocupação na conclusão dessa nota técnica – não vou lê-la toda. Em análise preliminar realizada, indica a necessidade de um aprofundamento maior e encaminha isso ao Ministério Público, hajam vista os problemas detectados nas fases iniciais da contratação que podem repercutir negativamente na implementação, estruturação, gestão e operacionalização dos hospitais de campanha. Verificaram-se – está na nota técnica – problemas relacionados aos custos de mão de obra que será empregada nos hospitais de campanha; verificou-se também inadequação da entidade selecionada para a celebração do contrato.

Obviamente nós não estamos contra a instituição Polícia Militar, mas não é esse o debate que o secretário traz e que está como pano de fundo. O pano de fundo é o hospital de campanha, a gestão do Estado, e a efetiva oferta de leitos para a população do Estado, que, na prática, não aguenta sustentar uma defesa da instituição, nos números do Estado ou mesmo no valor mais barato. O que adianta se o hospital está fechado, na prática não está atendendo a necessidade da população e os estudos mostram esse crescimento alarmante em Minas Gerais e quando esse dado da nota técnica da CGU diz claramente sobre a inadequação da entidade selecionada? Uma fundação privada... Ela fala assim: (– Lê:): “Verificou-se indícios de direcionamento de toda contratação para favorecer a Fundação Guimarães Rosa de maneira irregular no processo de escolha da entidade que seria contratada”. Isso não é o deputado Ulysses, não é um posicionamento do nosso bloco que está discursando, isso é uma nota técnica da Controladoria-Geral da União encaminhada ao Ministério Público. Cabe a nós, deputados e deputadas, Assembleia Legislativa, fiscalizar e acompanhar. Obviamente, os deputados vêm falar: “Isso não se efetivou”. Mas não se efetivou e não houve o gasto porque exatamente a Controladoria-Geral detectou isso e, aí sim, o Estado mudou a estratégia. Então, é importante haver clareza, transparência na forma como a gente está vendo o que, de fato, está acontecendo para que as narrativas não fiquem soltas e a população não compreenda exatamente o que está acontecendo.

O governador defendeu ao longo do tempo – há aquela frase que ele disse com relação ao vírus, que precisava viajar –, mas sempre trabalhou contra a importância de se investir em teste. Então, secretário, obviamente é uma decisão política que o governador e V. Exa., como secretário, adotaram, mas isso vem prejudicando decisões importantes, prejudicando prefeitos e prefeitas, o próprio Estado e o próprio governo no tomar de decisões.

Eu queria, presidente, encerrar com algumas perguntas de deputados e deputadas. Uma que eu queria fazer diretamente ao secretário de Saúde sobre o que ele apresentou da proposta de entrega de medicamentos em domicílios. Secretário, que o senhor comente um pouco mais detalhadamente sobre essa proposta, qual foi o critério das escolhas do município. Permita-me manifestar uma opinião, apesar de ser uma proposta positiva, ela tem um baixo atendimento no Estado.

Mais de 90 dias de proposta de isolamento e distanciamento social, e o número de municípios que V. Exa. apresentou é muito baixo. O senhor podia detalhar para todos nós qual é, de fato, o objetivo do Estado, qual foi o critério da escolha dos municípios, qual o formato da contratação e os valores desse gasto e qual a perspectiva de todo o Estado ser atendido já que há população de risco em todos os municípios, não somente nesses que foram escolhidos pelo governo para essa proposta.

Secretário, a deputada Andréia de Jesus apresentou o Projeto de Lei nº 1.625, que foi aprovado – o projetão – e que incorpora o inciso IV na Lei nº 23.631, que dá musculatura à autoridade sanitária do SUS, dispondo sobre a internação de pacientes infectados pela Covid na rede privada de hospitais, quando requerido por médico credenciado no SUS. Dado o longo período da aprovação – há quase três meses –, considerando a situação da pandemia, ela pergunta em que pé está a regulamentação dessa proposta específica desse fortalecimento que ela propôs. Quando deve se iniciar a implementação desses parâmetros?

O deputado Gustavo Santana, que está no Plenário, faz a pergunta sobre o que o Estado tem para o Hospital Éster da Cunha, na cidade de Pedra Azul, pois esse hospital atende mais de 14 cidades, e para a cidade de Almenara, pois ela também atende mais de 18 municípios. Além disso, pergunta o que o Estado tem feito e proposto para a cidade e hospitais de Teófilo Otôni, que atende o Vale do Mucuri e também o Jequitinhonha.

O deputado Celinho Sintrocel disse recentemente que o governador do Estado afirmou que o Vale do Aço – e V. Exa. já comentou algumas ações do Vale do Aço – é uma das regiões que mais preocupa o governo diante do crescimento dos óbitos. O primeiro óbito registrado na região foi em 23 de maio; 30 dias depois já estão registrados mais de 45. Assim, ele pergunta primeiro: “O isolamento social é feito para preparar o sistema de saúde para suportar a carga de atendimento. Quais as medidas já tomadas e quais aquelas que serão implementadas de forma imediata para evitar os casos na Região Metropolitana do Vale do Aço? Que dia o Hospital de Ipatinga receberá os 15 novos respiradores já comprometidos pela Secretaria de Estado? Quanto aos novos leitos da cidade, quando eles receberão a prometida habilitação definitiva?”. Segunda pergunta: “Os recursos de média e alta complexidade dos municípios que não são gestão plena são administrados pela secretaria. O que está sendo feito com esses recursos já que uma parte do procedimento está suspensa e como podem ser revertidos de forma emergencial para o Vale do Aço?”. E a última pergunta do deputado Celinho Sintrocel diz: “O Hospital Doutor José Maria Morais, em Coronel Fabriciano, é administrado pelo município e com recursos próprios já ampliou o número de leitos. Mas como pode ampliar mais de 120 leitos e quando a secretaria vai discutir com a prefeitura como ajudar com recursos para essa ampliação?”.

Então ficam aqui essas posições, esses questionamentos dos deputados do nosso Bloco Democracia e Luta, presidente.

O presidente – Com a palavra, o secretário Carlos Eduardo para suas respostas.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado Ulysses, pelos questionamentos.

Em relação à testagem, eu acho que todos entendemos que testar mais é melhor, mas também não podemos sair um pouco da realidade. Ou seja, se há um desabastecimento de insumos no País, se há um desabastecimento de insumos no mundo, nós estamos caminhando para o momento de aumento da demanda – é o que está se projetando –, e não me parece lógico nós testarmos agora e correremos o risco de faltar. Nós temos um projeto para aumentar a testagem após a estabilização dos insumos, então é assim que

entendemos que seja o nosso melhor a fazer. Divergências sempre vai haver, há muitas opiniões. Há alguns trabalhos que parecem obra de ficção científica uma vez que até trazem a importância da testagem, mas esquecem da realidade mundial. Então, fica complexo usá-los no momento em que não há o abastecimento pleno.

Quando se fala de o Estado ser enérgico com os municípios – como o senhor falou –, acho que já há decisões do STF que falam que, em última análise, o município é que decide sobre o isolamento ou não. Então, o que nós fazemos é um convencimento forte dos municípios. Eu acho que é importante ter essa noção. Nós damos critérios claros, nós damos sinalizações claras, mas de forma nenhuma vamos intervir no gestor municipal.

Em relação aos critérios da distribuição dos medicamentos e qual custo: o custo é zero, nós temos isso por meio de doação da 99 Táxi, ou seja, nós não tivemos custos para implantar esse projeto. Esse projeto tem um objetivo claro, é um projeto para evitar que aquelas pessoas com doença pulmonar grave compareçam às farmácias. É um número muito pequeno perto de todo do trabalho das farmácias, então isso vem por meio de doação.

Quando nós falamos a respeito dos recursos para os hospitais que são menores e que são repassados pelo Estado, tanto a União quanto o Estado trabalharam com transferências de recurso mantendo a média de produção anteriores, de forma que aqueles hospitais, mesmo que ficassem vazios, não tivessem uma perda de arrecadação tamanha a ponto de haver risco de fechar suas portas. Então, de uma forma geral, nós temos isso.

Quando nós falamos também de propostas para hospitais de várias regiões do Estado, essas propostas em relação ao que nós temos do ponto de vista da Secretaria Estadual de Saúde estão – após discussão em todas as macrorregionais, com presença de gestores, de secretários municipais de Saúde – resumidas no nosso Plano de Contingência Macrorregional. Eu acho que basicamente é isso, ou seja, a gente tem feito toda uma estruturação seguindo o nosso plano de contingência.

O presidente – Muito obrigado, secretário Carlos Eduardo. Agora vamos passar para as considerações finais. Antes de passar para os dois secretários, vou passar para o deputado Carlos Pimenta, para que ele possa fazer suas considerações.

O deputado Carlos Pimenta – Muito obrigado, Antonio Carlos.

Mais uma vez tivemos a participação importante do secretário. Os líderes apresentaram as demandas, todas legítimas. É muito bom dizermos isso. Mesmo os deputados de oposição, deputados Ulysses e André Quintão, em nenhum momento, secretário, têm procurado dificultar aqui na Casa qualquer tipo de encaminhamento na área da saúde para a secretaria. É bom dizermos isso. O deputado Cássio tem dado uma ajuda muito grande, bem como o deputado Gustavo Valadores, assim como o Sávio, que é o líder do nosso bloco. Então, vemos aqui um complô do bem neste momento tão difícil pelo qual estamos passando.

Só gostaria de ressaltar, secretário, que acho muito importante neste momento... Já estamos nos aproximando de um período talvez o mais difícil na área da saúde do nosso estado, com certeza o mais difícil na sua carreira pública como secretário de Saúde, que é este momento em que estamos nos aproximando do pico da pandemia. Então, vejo que é hora de se fazer o que for possível e o que for até mesmo impossível. Temos de correr atrás.

Entendo que o governo Zema tem um comportamento muito ético, um comportamento muito próprio do mineiro, mas é hora de abrir o peito mesmo junto ao governo federal. Não vou dizer que o governador Zema tenha de se comportar como os governadores do Rio e de São Paulo. Na verdade, quando falam, notamos que em todas as suas palavras há um fundo político muito forte, talvez devido às eleições que devem ocorrer daqui a dois anos. São candidatos a presidente. Então, essa briga desses dois governadores com o presidente da República é mais pessoal. A nossa briga tem de ser em favor do povo de Minas Gerais, em favor do nosso estado.

Sinto também, secretário, que é necessário também uma aproximação muito grande do senhor, da Assembleia de Minas, das lideranças, dos prefeitos com a bancada federal. Não podemos admitir, por exemplo, a homologação de leito de CTI para Minas Gerais, que eles possam demorar mais. Acho que é chegada a hora de falarmos um pouco mais alto. Isso tem de acontecer. Os

senhores deputados federais e senadores de Minas Gerais têm de estar presentes, porque Minas tem esse comportamento totalmente diferenciado dos outros estados. Isso é muito importante. Em nenhum momento vi o governo Zema se indispondo com o presidente da República. Pelo contrário, ele tem aplaudido as decisões corretas, certas, mas também denunciado o que não está de acordo com os interesses do nosso estado. Então, temos de agilizar essas homologações desses CTIs. Vimos aí pedindo lá para a região de Conselheiro Lafaiete, de Patos de Minas, de Montes Claros, do Jequitinhonha, porque são peças fundamentais neste momento difícil. Daqui a alguns dias, vamos ter 2, 3, 4 mil casos por dia e, certamente, vamos precisar de ter um aparato maior na área de assistência integral, de assistência de CTI a nossa população. Então, acho que temos de procurar, de certa maneira, apertar um pouquinho mais o parafuso agora nessa reta final e mostrar mais a garra de Minas, a cara de Minas, as reivindicações de Minas. Não estou dizendo que não está sendo feito. Está, sim, tanto é que estamos neste momento muito controlados exatamente por causa das providências que estão sendo tomadas, mas o momento agora é diferente.

Eu queria só também chamar a atenção de que muitos municípios, meu caro secretário, estão aí tomando ações, tomando providências para hospitais de retaguarda. Está aqui o deputado Gil Pereira lá de Montes Claros. O prefeito Humberto Souto com recursos próprios está montando dois hospitais de retaguarda. Um vai ser o hospital Alpheus de Quadros, com 60 leitos, e a UPA de Montes Claros, que ficou fechada durante oito anos. E através do prefeito Humberto Souto, das emendas – o deputado Gil Pereira destinou R\$1.000.000,00 das suas emendas para colocar essa UPA em funcionamento, também destinamos muitos recursos para Montes Claros – esses hospitais vão ser entregues à comunidade. Foi feito inclusive o processo de licitação para a contratação de 200 profissionais. É claro que os hospitais de Belo Horizonte, de Betim têm de ser colocados em funcionamento, sim, da forma como está sendo feita, mas essa visão também tem de se deslocar para o interior. Estou citando Montes Claros, mas a deputada Ione acabou de me passar uma mensagem: na cidade de Ubá, o senhor está sabendo muito bem, foi entregue agora o hospital – tenho fotos aqui no meu celular – muito bom, que vai dar um reforço muito grande e a retaguarda nos atendimentos. Então, são áreas que precisam ser analisadas com muito carinho.

Em Brasília de Minas, secretário, o senhor sabe muito bem, há um hospital referência. Brasília de Minas tem 40 mil habitantes e atende inclusive São Francisco, que tem quase o dobro daquela cidade. O Dr. João Paulo, que é o promotor, me ligou esses dias preocupado. Então, precisa haver esse atendimento. Em Taiobeiras já tivemos vários casos, já tivemos óbitos. Então, é isso.

Acho que esse esforço final agora... É bom que o secretário Otto esteja presente na área de planejamento e gestão junto à Secretaria de Fazenda para que realmente libere o que tiver de ser liberado neste momento, porque, se superarmos esses próximos dias, estou falando menos de um mês, vamos realmente coroar todo esse esforço que o senhor está fazendo, todo o esforço da área da saúde.

Por fim, o Doutor Wilson me passou uma pergunta na reta final. Ele comunga com esse pensamento de também voltar as atenções para os hospitais já existentes, que precisam ser capacitados, integralizados a esse esforço que está sendo feito, porque já são hospitais prontos, muitos deles estão até com leitos que não estão sendo usados. E são públicos. Então, são muitos leitos que não estão sendo usados e que já estão prontos para funcionar. Isso é muito importante. Há até leitos de CTI que poderiam estar integrados ao sistema e não foram ainda contratados. E ele cita como exemplo o Hospital São Paulo, a Casa de Caridade de Muriaé, onde ele trabalha e presta um grande trabalho.

No mais, eu desejo ao senhor muita saúde, muita cabeça fria neste momento. Que o senhor possa superar este momento também sem correr riscos maiores, mas com a mesma intensidade, a mesma garra que o senhor está tendo. Isso para nós é uma tranquilidade. É claro, alguém diz: “Ah, não estou vendo o momento muito tranquilo em Minas, não”. Na verdade, nós não estamos vivendo momentos tranquilos, ninguém está falando isso. Nós sabemos que o enfrentamento desta pandemia é algo inédito. Nós trocamos a roda com o carro andando, porque as informações que nós tínhamos... Todo dia surge uma informação nova, um medicamento novo, uma ação nova, e tudo isso tem que ser compilado para que a gente tenha o melhor modelo para o enfrentamento.

Ninguém está menosprezando a Covid, ninguém está diminuindo o perigo da Covid, mas nós temos que aplaudir, porque está dando certo, e reforçar as nossas ações, reforçar a nossa ajuda, a nossa participação. É disso que esta Casa precisa.

Já destinamos grande parte das nossas emendas para o enfrentamento à Covid. Nós estamos falando em mais de R\$300.000.000,00 que poderiam estar sendo usados para outra obra e que foram destinados exclusivamente ao enfrentamento à Covid. A Assembleia de Minas está cumprindo o seu papel, e nós vamos, se necessário, continuar com essa luta, com essa determinação. Se for preciso que o senhor venha aqui novamente, nós iremos convidá-lo, porque queremos que Minas passe por esta pandemia da melhor maneira possível, com menos óbitos possível; e que a gente possa, daqui a uns dias, comemorar o que realizamos, chorar os nossos mortos, claro, com toda tristeza, mas comemorar os avanços que tivemos com relação a outros povos, a outros estados brasileiros. Muito obrigado, secretário.

O presidente – Muito obrigado, deputado Carlos Pimenta. Só para enaltecer aqui também, está participando conosco o deputado Cristiano Silveira. Vou passar, para as considerações finais, então, a palavra para o secretário Carlos Eduardo e depois para o secretário Dr. Otto. Depois caminharemos para o encerramento.

O Sr. Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva – Obrigado, deputado Carlos Pimenta, pelos comentários. Eu acho que isso é muito importante porque eu entendo que este é um momento efetivamente de união, de trabalho conjunto. Concordo plenamente: a epidemia veio e atinge 100% da população, independentemente de qualquer viés que nós possamos ter nisso. E, por outro lado, eu entendo que é preciso haver uma união, sim, desde a nossa bancada em Brasília nos ajudando junto ao governo federal, até aqui, nós, o governo do Estado de Minas Gerais, juntamente com a Assembleia, juntamente com os demais poderes. Nós estamos caminhando bem, nós estamos conseguindo ter uma atividade sinérgica. É importante a união com os municípios; não é momento para brigas, não é momento para discussões. A gente tem procurado, dentro do que é possível, dar o máximo de apoio aos municípios – entendemos as dificuldades que acontecem. Hoje nós temos um planejamento muito claro dentro do enfrentamento, porque ele passa pelos nossos planos macrorregionais – aquilo que nós combinamos já previamente com municípios, com prestadores, em que nós alocaríamos tanto recursos financeiros quanto estrutura assistencial. Penso que o caminho vai ser esse.

Realmente o senhor foi muito feliz: não há tranquilidade. Este ano, uma coisa que não aconteceu comigo foi ter tranquilidade. Eu fiquei sabendo que a epidemia tinha estourado na China dia 3 de janeiro e, desde lá, a Secretaria Estadual de Saúde está 100% focada nesse controle da epidemia; e, além do controle da epidemia, é preciso continuar rodando os demais processos e projetos que nós tínhamos na secretaria. Então, muitas vezes, a gente pode demonstrar aqui até um pouco de calma, um pouco de ponderação, mas tranquilo efetivamente não está. Nós estamos com um trabalho muito intenso, nós sempre tivemos a clara noção do risco, a noção da seriedade desta epidemia, e eu acredito que, da forma como tem sido conduzida – naturalmente nada é perfeito, a gente tem que estar sempre corrigindo os caminhos –, eu acho que nós estamos conduzindo com um razoável qualidade e que, até o momento, tem sido demonstrado isto: que, embora nós tenhamos óbitos, infelizmente isso acontece, e eu me solidarizo com todos os que perderam seus parentes, proporcionalmente, perto de outros estados, nós temos um número menor; nós não tivemos ainda, se compararmos com outros estados, um excesso de casos e uma demanda assistencial tão grande, e é importante lembrar que nós estamos praticamente numa ilha, todos os estados que nos cercam estão tendo mais casos do que nós, então isso sugere que algumas medidas que nós tomamos foram adequadas.

No mais, eu gostaria de deixar que, para mim, é muito importante ouvir aqui, tirar essas dúvidas, porque eu acho que o máximo de informação e o máximo de discussão ajudam na condução dos nossos trabalhos. Muito obrigado. Obrigado a todos.

O presidente – Agradeço a participação ao Sr. Carlos Eduardo, secretário de Saúde do governo do Estado.

Quero também registrar que foram 54 deputados que participaram desta audiência. Participaram remotamente mais de 50 deputados e 4 presencialmente. Agradeço a todos.

E agora, para as suas considerações finais, o secretário de Planejamento, Dr. Otto Levy.

O Sr. Otto Alexandre Levy Reis – Obrigado, deputado Antonio Carlos Arantes, deputado Carlos Pimenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Eu gostaria de mais uma vez frisar que é um papel nosso na Secretaria de Planejamento dar todo o apoio à Secretaria de Saúde, ao governo neste processo de combate ao coronavírus. Passou pela Seplag ou pelo menos passa todo processo de aquisição, primeiro de respiradores. E aí é importante dizer que nós sempre enfrentamos, no momento da aquisição, o dilema de comprar olhando o interesse público, o menor preço e a urgência, sabendo que esta pandemia e esse vírus são ainda algo desconhecido e que a todo momento mudam.

Nós também sabemos que seremos avaliados posteriormente pela sociedade, pelos órgãos de controle, por tudo aquilo que nós fizemos no momento em que a emergência já terá passado e apenas os registros frios das notas fiscais vão ser avaliados. É algo realmente que não é fácil. Quando, por exemplo, chegou a época dos respiradores, existiu uma pressão muito grande; chegamos a receber propostas de R\$300.000,00, R\$350.000,00. Se não fosse esse trabalho importante de achatar a curva, provavelmente hoje estaríamos sendo questionados por ter comprado respiradores bem caros, e acabamos efetivamente comprando por R\$58.000,00.

Outro programa importante que fizemos na Seplag foi o Protege Minas, que foi a aquisição de EPIs que nós já fornecemos para mais de 170 municípios a preço de custo – um trabalho junto com a Defesa Civil. Isso permitiu que pequenos municípios de Minas Gerais conseguissem adquirir EPIs a um preço muito mais competitivo, haja vista que a aquisição foi feita pelo Estado, numa concorrência muito mais competitiva.

E, finalmente, sobre o hospital de campanha, é importante dizer também que todo esse nosso processo de aquisição – o nosso SEI – está aberto para os órgãos de controle – TCE, CGE, Ministério Público e Assembleia Legislativa. Então, eles podem acompanhar em tempo real o andamento de qualquer processo de compra, e não apenas o processo finalizado. Como esse é um processo dinâmico, as estratégias mudam. Então, mais uma vez, um hospital de campanha foi montado a um custo de R\$5.300.000,00, sendo que 80% desse valor foi feito com doação da iniciativa privada. Uma vez montado esse hospital de campanha, inicialmente nós pensamos – se fosse necessário abrir – em contratar uma empresa para regimentar a mão de obra. Uma segunda estratégia seria a contratação direta da Fundação Guimarães Rosa por dispensa de licitação; e, finalmente agora, com o distanciamento, nós abrimos um processo licitatório para a seleção de organização de saúde.

Sobre o que o deputado Ulysses levantou, realmente existe uma nota da CGU. É importante dizer que toda essa mudança de estratégia aconteceu independente dessa nota; as mudanças aconteceram independente disso. E o mais importante é que, além da montagem, como até o momento o hospital não funcionou, nós estamos efetivamente discutindo sobre gastos que não aconteceram. Independente disto, estamos respondendo e esclarecendo às notas – que seja da CGU, que seja do Ministério Público – de órgãos que fizeram ou possam vir a fazer porque efetivamente não temos nada a esconder. Não existiu em nenhum momento direcionamento, foi pensado mesmo. Inicialmente a gente iria contratar um selecionador de mão de obra. Segundo, por dispensa de licitação, conforme prevê a legislação, seria a Fundação Guimarães Rosa. Terceiro, vamos fazer um processo licitatório. Foi isso que aconteceu.

Assim como nos respiradores, chegamos a pensar, conversar na China, recebemos proposta de R\$300.000,00, R\$250.000,00 até R\$400.000,00, e está tudo registrado, não há nada escondido. O importante é que o efetivamente gasto sempre foi o mais barato, e nós temos absoluta tranquilidade de mostrar tudo porque a gente zela absolutamente pelo dinheiro público.

No mais, estamos à disposição desta Assembleia. É sempre um prazer voltar aqui. Obrigado.

O presidente – Muito obrigado, secretário Otto Levy. Muito obrigado, secretário Carlos Eduardo e também deputado Carlos Pimenta, que brilhantemente comanda a Comissão de Saúde, com muita experiência e com muita capacidade, prestando um belíssimo trabalho. Queria agradecer também ao nosso presidente Agostinho Patrus a confiança, o dinamismo e a liderança com que comanda esta Casa.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de hoje às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

 **ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 2/7/2020****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)****(Regimental)****3ª Fase**

Pareceres de redação final.

 **EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, no uso da atribuição que lhe confere o art. 120, XVII, do Regimento Interno, convoca, nos termos do Acordo de Líderes acolhido pela Decisão da Mesa publicada no *Diário do Legislativo* em 24/6/2020, as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 2/7/2020, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2020 e do Projeto de Lei Complementar nº 46/2020, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 1º de julho de 2020.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 30/6/2020, a seguinte comunicação:

Do deputado Carlos Pimenta em que notifica o falecimento de Armando Rodrigues Gomes, ex-prefeito de Nanuque, produtor rural e empresário, ocorrido em Nanuque. (– Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Ten.-Cel. Fernando Marcos dos Reis, o Cb. Ítalo, o Cb. Damásio e o Cb. John por se arrisarem com o objetivo de salvar a vida de um jovem que foi agredido e jogado em um despenhadeiro no Município de Ibiá (Requerimento nº 4.947/2020, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com a comunidade de Antônio Dias pelos 314 anos desse município (Requerimento nº 5.873/2020, da Comissão de Assuntos Municipais).

REQUERIMENTOS APROVADOS

REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

REQUERIMENTO Nº 4.933/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, atendendo a requerimento da deputada Ione Pinheiro, e dos deputados Fernando Pacheco e Marquinho Lemos e aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que as máquinas e os equipamentos em desuso da extinta empresa Ruralminas sejam cedidos aos municípios atingidos pelas enchentes no Estado.

Por oportuno, informa que a 3ª Reunião Extraordinária, que teve por finalidade debater o cronograma e os critérios para a liberação de recursos federais para os municípios do Estado atingidos pelas enchentes.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2020.

Rosângela Reis, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.938/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Doorgal Andrada aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para duplicação da Rodovia LMG-748, no trecho que liga os municípios de Araguari a Indianópolis, em razão do grande fluxo existente nessa rodovia em face da implantação da indústria LD Celulose.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.939/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Gil Pereira aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – pedido de providências para revisão dos preços abusivos das passagens aéreas e constantes atrasos nos voos da empresa Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. nas rotas regionais, em especial para o Município de Montes Claros.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.940/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Marília Campos aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que sejam retomadas com urgência as obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – na região do Ribeirão Ferrugem, no Município de Contagem, bem como sejam iniciadas as intervenções para a implementação das bacias de contenção B5, B6 e B7, nesse município.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.942/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Doutor Wilson Batista aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para reparação urgente dos estragos causados pelas últimas chuvas nas cidades de Minas Gerais, em especial nas localizadas na Zona da Mata, cuja situação de emergência foi declarada através do Decreto nº 35, de 26 de janeiro de 2020, e do Decreto nº 38, de 29 de janeiro de 2020.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO 4.944/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Delegada Sheila aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para que sejam realizadas obras urgentes no trecho da BR-267 que liga Juiz de Fora a Maripá de Minas, tendo em vista a quantidade de buracos existentes na via e a ocorrência frequente de acidentes.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.945/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Cássio Soares aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor executivo da Concessionária Nascentes das Gerais, em Divinópolis, pedido de informações acerca do cumprimento do cronograma de obras estipulado pelo termo de parceria publico-privada para os trechos da MG-050 a seguir citados, com os seguintes objetivos: melhorar traçado do km 305,05 ao km 305,52, implantando-se terceira faixa do lado esquerdo (1º/7/20 a 19/11/20); implantar retorno operacional entre o km 305,7 e 306 (1º/7/20 a 19/11/20).

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.948/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Delegado Heli Grilo aprovado na 7ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à chefia da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de providências para que se proceda à reestruturação da 3ª delegacia de Polícia Civil de Venda Nova, em Belo Horizonte, que se encontra com a estrutura predial precária, mobiliário em péssimo estado de conservação, possuindo apenas três veículos caracterizados, estando um deles em péssimo estado de conservação, e apenas uma viatura caracterizada, que também necessita de reparos.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.949/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Fernando Pacheco aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do

Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para a manutenção, em caráter de urgência, da BR-267, entre Juiz de Fora e Leopoldina, notadamente no trecho compreendido entre Juiz de Fora e Bicas, o qual se encontra em péssimo estado de conservação, oferecendo alto risco de acidente aos usuários da rodovia.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.950/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências com vistas à adoção de medidas urgentes para a recuperação da Rodovia CMG-482, no trecho compreendido entre os Municípios de Carangola e Fervedouro, considerando-se a precariedade em que se encontram algumas partes da rodovia, com afundamento e desmoronamento da pista.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.951/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento da deputada Marília Campos aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que seja realizada vistoria no viaduto da Avenida David Sarnoff sobre a Avenida Tito Fulgêncio, em Contagem, para avaliar as condições desse viaduto e os impactos que lhe foram causados pelas chuvas.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.952/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento dos deputados Professor Cleiton e Antonio Carlos Arantes aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que, dentro do programa de concessões rodoviárias em estudo pelo governo do Estado, defina como prioridade o lançamento da concessão dos trechos rodoviários do lote Varginha-Furnas, conjunto de rodovias que incluem, entre outras, a BR-491 entre Varginha e a BR-381.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas de 16/12/2019, que teve por finalidade debater a paralisação das obras de duplicação da rodovia BR-491 no trecho que liga a cidade de Varginha até o trevo da Rodovia Fernão Dias, que, devido a sua precariedade, vem oferecendo riscos aos motoristas, passageiros e comprometendo o escoamento da produção agrícola e industrial da região Sul do Estado.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.953/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento dos deputados Professor Cleiton e Antonio Carlos Arantes aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de providências para manutenção corretiva emergencial no trecho da Rodovia BR-491, entre Varginha e a BR-381, que se encontra com as obras de duplicação paralisadas, o que representa riscos para a segurança dos usuários.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas de 16/12/2019, que teve por finalidade debater a paralisação das obras de duplicação da rodovia BR-491 no trecho que liga a cidade de Varginha até o trevo da Rodovia Fernão Dias, que, devido a sua precariedade, vem oferecendo riscos aos motoristas, passageiros e comprometendo o escoamento da produção agrícola e industrial da região Sul do Estado.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.954/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Fernando Pacheco aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para o recapeamento da Rodovia Estadual de Acesso 900-AMG-0525, entre Cataguases e Leopoldina, notadamente no trecho compreendido entre o Clube Social Meca, localizado na Vila Minalda, em Cataguases, e o trevo de Itamarati.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.955/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, atendendo a requerimento do deputado Gustavo Santana aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – e à Superintendência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – no Estado de Minas Gerais pedido de providências para solucionar a rachadura do asfalto na Avenida Nossa Senhora do Carmo, na subida pela via à direita, no sentido Ponteio.

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

Léo Portela, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.956/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, atendendo a requerimento do deputado Bartô aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 11/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que sejam sanadas as reclamações dos moradores do Município de Itacarambi, conforme ofício encaminhado à comissão pela Câmara Municipal (documento em anexo).

Sala das Reuniões, 11 de março de 2020.

Bartô, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.957/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, atendendo a requerimento do deputado Douglas Melo aprovado na 3ª Reunião Ordinária, realizada em 11/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para a retificação do comercial que vem sendo divulgado nos veículos de comunicação do Estado, no qual, através de um "jingle", a empresa informa que não é responsável pela troca de lâmpadas nos municípios, tendo em vista que os municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Rio das Velhas – Amav – conseguiram obter liminar na Justiça para suspender a obrigatoriedade de assumir o referido serviço.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2020.

Bartô, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.959/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Cultura, atendendo a requerimento do deputado Mauro Tramonte aprovado na 5ª Reunião Ordinária, realizada em 11/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que inclua as bibliotecas públicas do Estado no Programa de Eficiência Energética.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2020.

Bosco, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.967/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Sargento Rodrigues aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 10/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias ao cumprimento da Emenda à Constituição nº 98/2018, no que tange ao direito do servidor público civil e militar de converter em espécie as férias-prêmio adquiridas até 29 de fevereiro de 2004 para quitação, total ou parcial, do saldo devedor de financiamento para aquisição de casa própria, observando-se que o Estado está em mora com citada efetivação desde 1º/1/2020, já que o § 4º acrescido ao art. 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado estabelece que: "A efetivação, pelo poder público, do direito de conversão de que trata o inciso II do "caput" se dará de modo escalonado ao longo de cinco anos, a partir de 2020, observado o critério de

antiguidade da aquisição das férias-prêmio, garantindo-se a efetivação, a cada ano, de pelo menos 20% (vinte por cento) do montante total requerido".

Sala das Reuniões, 10 de março de 2020.

João Magalhães, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.971/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 11/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para o pagamento do 13º salário de 2019 e o fim do parcelamento dos salários dos servidores públicos estaduais, conforme prometido, dada a disponibilidade de recursos financeiros em caixa.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.972/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 11/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para que seja recebida comissão dos trabalhadores pela Seplag e pelo presidente da rede Fhemig para negociar com o Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos Operacionais da Saúde, Auxiliares de Apoio a Saúde e Analistas de Gestão e Assistência a Saúdes – Sindpros – e a Associação Sindical dos Trabalhadores em Hospitais do Estado de Minas Gerais – Asthemg – os termos para o fim da greve.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da Visita da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social de 5/3/2020, realizada em Belo Horizonte, que teve por finalidade conhecer as condições de funcionamento e a proposta de fusão do Hospital João XXIII com o Hospital Infantil João Paulo II.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.974/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 11/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para o correto acondicionamento de produtos químicos da sala de raio X, localizada no andar térreo do Hospital João XXIII, uma vez que esses produtos encontram-se em galões dentro da sala e são materiais altamente tóxicos, perigosos tanto para pacientes quanto para os servidores que trabalham no setor.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da Visita da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social de 5/3/2020, realizada em Belo Horizonte, que teve por finalidade conhecer as condições de funcionamento e a proposta de fusão do Hospital João XXIII com o Hospital Infantil João Paulo II.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.975/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 11/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para atender a reivindicação dos servidores da rede Fhemig do pagamento da ajuda de custo referente aos dias em que os trabalhadores estiveram em greve nessa instituição.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da Visita da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social de 5/3/2020, realizada em Belo Horizonte, que teve por finalidade conhecer as condições de funcionamento e a proposta de fusão do Hospital João XXIII com o Hospital Infantil João Paulo II.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.976/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 11/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para o imediato cumprimento do acordo judicial homologado em 2016 pelo Poder Judiciário – TJMG – Processo nº 0501441-63.2016.8.13.0000.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente.

REQUERIMENTO Nº 4.977/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 4ª Reunião Ordinária, realizada em 11/3/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para apurar as circunstâncias e conteúdo da nota divulgada e assinada pela diretora assistencial do Hospital João XXIII, Dra. Luciana Laurentys, intitulado 'Comunicado da diretoria', distribuída aos servidores desse hospital, cujo conteúdo faz ameaças aos trabalhadores em greve, direito garantido constitucionalmente.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da Visita da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social de 5/3/2020, realizada em Belo Horizonte, que teve por finalidade conhecer as condições de funcionamento e a proposta de fusão do Hospital João XXIII com o Hospital Infantil João Paulo II.

Sala das Reuniões, 11 de março de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente.

REQUERIMENTO Nº 5.871/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização e atendendo a Requerimento nº 6.909/2020, de autoria do deputado Marquinho Lemos, da deputada Rosângela Reis, da deputada Ione Pinheiro, do deputado Fernando Pacheco e do deputado Thiago Cota, aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/6/2020, seja encaminhado aos deputados federais e senadores da República por Minas Gerais pedido de providências para impedir que o Estado e seus municípios sejam prejudicados na distribuição de recursos do Ministério da Saúde para o combate à pandemia de Covid-19.

Por oportuno, informa que a 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/6/2020, teve por finalidade debater o planejamento e as ações do Governo estadual para apoiar os municípios e preparar os hospitais regionais para o avanço da interiorização em Minas Gerais da pandemia do novo Coronavírus.

Sala das Reuniões, 9 de junho de 2020.

Rosângela Reis, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

REQUERIMENTO Nº 5.874/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização e atendendo a Requerimento nº 6.893/2020, de autoria da deputada Ione Pinheiro, aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, seja encaminhado a Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido providências para que seja disponibilizado apoio técnico ao Município de Jaboticatubas, que apresenta aumento considerável de casos de Covid-19, com 94 casos registrados até esta data.

Por oportuno, informa que a 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º/6/2020, teve por finalidade debater o planejamento e as ações do Governo estadual para apoiar os municípios e preparar os hospitais regionais para o avanço da interiorização em Minas Gerais da pandemia do novo Coronavírus.

Sala das Reuniões, 9 de junho de 2020.

Rosângela Reis, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (Pode).

REQUERIMENTO Nº 5.878/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e atendendo a Requerimento de Comissão nº 6.984/2020, de sua autoria e das deputadas Celise Laviola, Delegada Sheila, Leninha e Marília Campos aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/6/2020, seja encaminhado às Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e de Planejamento e Gestão pedido de providências para que se priorize a realização ou o fortalecimento de campanhas de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar, por variados meios e mídias, de modo a atingir o maior número de mulheres em todas as regiões do Estado, considerando-se a relevância da informação, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19.

Por oportuno, informa que a 4ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a situação das mulheres no contexto da pandemia de Covid-19 no Estado.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2020.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Psol).

REQUERIMENTO Nº 5.879/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, atendendo a Requerimento de Comissão nº 6.985/2020, de sua autoria e das deputadas Celise Laviola, Delegada Sheila, Leninha e Marília Campos aprovado na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 5/6/2020, seja encaminhado às Secretarias de Estado de Justiça e Segurança Pública, de Planejamento e Gestão e de Governo pedido de providências para que mantenham as ações inerentes às políticas públicas voltadas para as mulheres no Estado, particularmente por meio da manutenção dos recursos necessários, considerando-se, especialmente, a situação já verificada de aumento da violência doméstica e familiar no contexto da pandemia de Covid-19.

Por oportuno, informa que a 4ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater a situação das mulheres no contexto da pandemia de Covid-19 no Estado.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2020.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Psol).

REQUERIMENTO Nº 5.884/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública, e atendendo ao Requerimento de Comissão nº 7.050/2020, de autoria dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Leite e Léo Portela, aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/6/2020, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências com vistas à nomeação urgente dos excedentes aprovados para as carreiras da Polícia Civil de Minas Gerais, tendo em vista o grave deficit existente na instituição. Por oportuno, informa que a 10ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater os reflexos da Lei Complementar nº 173, de 2020, conhecida como “lei de auxílio federal aos Estados e Municípios” –, nas carreiras da Segurança Pública, inclusive face a implementação da Lei nº 13.954, de 2019, e elucidar a finalidade da Lei Complementar nº 153, de 2020, que alterou a lei que contém o Estatuto dos Militares do Estado.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 5.885/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública, e atendendo a Requerimento de Comissão nº 7.049/2020, de autoria dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo, João Leite e Léo Portela aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/6/2020, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp –, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que seja provocada a

Advocacia-Geral do Estado – AGE – acerca dos desdobramentos dos ditames da Lei Complementar Federal nº 173, de 2020, nas carreiras que compõem os respectivos órgãos, especialmente no tocante às questões relativas a férias-prêmio, quinquênios, abonos, adicionais de desempenho, promoção, progressão e realização de concursos, entre outros assuntos que impactam a carreira dos servidores da segurança pública.

Por oportuno, informa que a 10ª Reunião Extraordinária teve por finalidade debater os reflexos da Lei Complementar nº 173, de 2020, conhecida como “lei de auxílio federal aos Estados e Municípios” –, nas carreiras da Segurança Pública, inclusive face a implementação da Lei nº 13.954, de 2019, e elucidar a finalidade da Lei Complementar nº 153, de 2020, que alterou a lei que contém o Estatuto dos Militares do Estado.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 5.886/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública, e atendendo ao Requerimento de Comissão nº 6.971/2020, de autoria deste deputado, aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/6/2020, seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que seja feito, o quanto antes, o pagamento das férias-prêmio dos policiais civis aposentados, conforme solicitação do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

REQUERIMENTO Nº 5.888/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública, atendendo ao Requerimento de Comissão nº 7.027/2020, de autoria deste deputado, aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejus – pedido de providências para que seja determinado o imediato afastamento do agente de segurança socioeducativo lotado na unidade socioeducativa de Unaí, diagnosticado com Covid-19, bem como a suspensão das visitas na unidade socioeducativa de Ipatinga, onde um adolescente também testou positivo para o novo Coronavírus.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: Tratam-se de solicitações encaminhadas a este Deputado pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo de Minas Gerais – Sindsisemg –, preocupado com a saúde e integridade física dos agentes e internos.

REQUERIMENTO Nº 5.889/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública, e atendendo ao Requerimento de Comissão nº 7.028/2020, de autoria deste deputado, aprovado na 10ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/6/2020, seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de

providências para que seja realizado um levantamento do número de cargos vagos de delegado de polícia no Estado e este seja apresentado ao Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin –, acompanhado do pedido de nomeação dos candidatos excedentes no concurso público realizado em 2018.

Sala das Reuniões, 17 de junho de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PTB).

Justificação: Segundo estudos da Comissão de Aprovados no mencionado concurso, os quais seguem em anexo, existem vacâncias, logo, possibilidade e necessidade de reposição de efetivo, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal e a recente Lei Complementar nº 173/2020.

REQUERIMENTO Nº 5.893/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas, atendendo a requerimento da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 3ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/6/2020, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Subsecretaria de Políticas Sobre Drogas – Supod – da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para que sejam incluídas campanhas de prevenção do uso e abuso de álcool e outras drogas nos intervalos do programa Se Liga na Educação.

Sala das Reuniões, 19 de junho de 2020.

Delegada Sheila, presidente da Comissão de Prevenção e Combate ao uso de Crack e outras Drogas (PSL).

REQUERIMENTO Nº 5.903/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Saúde e atendendo ao Requerimento de Comissão nº 6.748/2020 de sua autoria, aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/6/2020, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para disponibilização de senha de acesso ao Sistema de Administração Financeira – Siafi – para o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems – ou o envio dos Relatórios de Execução Financeira e Orçamentária do Fundo Estadual de Saúde, Restos a Pagar 2020, e Execução Orçamentária 2020 atualizados, conforme constam no Siafi.

Sala das Reuniões, 15 de junho de 2020.

Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde (PDT).

REQUERIMENTO Nº 5.904/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Saúde e atendendo a Requerimento de Comissão nº 6.904/2020 do deputado Mauro Tramonte aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/6/2020, seja encaminhado à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig – pedido de providências para que se intensifiquem os esforços para garantir a proteção dos profissionais da saúde no âmbito dessa fundação, haja vista os números de denúncias apresentadas pelos servidores de falta ou baixa qualidade de equipamentos de proteção individual-EPIs.

Sala das Reuniões, 15 de junho de 2020.

Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde (PDT).

Justificação: Infelizmente, as denúncias dos servidores da Fhemig ainda continuam. Desde o início dessa pandemia de Covid-19, eles têm denunciado a ausência ou deficiência de equipamentos de proteção individual – EPIs. Isso nos preocupa, pois temos que proteger aqueles que cuida de todos. Os profissionais da saúde não podem ser submetidos aos riscos dessa pandemia, por falta desses equipamentos. Diante disso, peço apoio aos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 5.906/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, na condição de presidente da Comissão de Saúde e atendendo ao Requerimento de Comissão nº 7.018/2020 do deputado Doutor Wilson Batista, aprovado na 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 15/6/2020, seja encaminhado ao Secretário de Estado de Saúde pedido de providências com vistas a flexibilizar a lista de equipamentos que poderão ser adquiridos conforme a indicação de emenda parlamentar impositiva ao orçamento de 2020, de maneira que seja possível contemplar a carência dos estabelecimentos de saúde e municípios.

Sala das Reuniões, 15 de junho de 2020.

Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde (PDT).

Justificação: O requerimento em tela tem por finalidade solicitar providências ao Secretário de Estado de Saúde no sentido de flexibilizar e adequar a lista de equipamentos médicos que poderão ser adquiridos com recursos de emenda parlamentar impositiva ao Orçamento de 2020. Tais equipamentos estão previstos nas listas das Resoluções SES nº 7.111/2020 e nº 7.098/2020 que, embora tenham sido bem elaboradas e com as melhores intenções, não contemplam totalmente as necessidades dos hospitais, clínicas e municípios. Há diversas situações que os hospitais estão enfrentando nesse período de pandemia do Covid-19 que dificultam em muito procedimentos urgentes que devem ser realizados. Por exemplo, um paciente infectado pelo Covid-19 que necessita de passar por um procedimento de uma traqueostomia compromete todo um centro cirúrgico até que seja feita sua desinfecção adequada de maneira que possa atender outros casos também de urgência. Essa situação acaba comprometendo todo o atendimento de um hospital geral, como é o caso do Hospital São Paulo – Casa de Caridade de Muriaé. Destinamos, através de remanejamento da nossa emenda impositiva, possibilitado pelo Programa de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19, recursos para a implantação de uma nova sala de cirurgia no Hospital São Paulo – Casa de Caridade de Muriaé que atendesse aos pacientes do Coronavírus. Contudo, a Resolução SES 7.098/2020, não permite a aquisição dos equipamentos necessários para a implantação dessa sala de cirurgia. Por essa razão consideramos urgente e imprescindível que os hospitais possam adquirir os equipamentos dos quais efetivamente necessitam para tratar os pacientes da Covid-19, possibilitando o atendimento não só dos pacientes da pandemia como os demais pacientes nesse hospital que é referência para mais de um milhão de habitantes. Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação da proposição ora apresentada.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/6/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Bruna Juliana Bueno e Silva, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Osvaldo Lopes;

exonerando Daciana Neri Lopes, padrão VL-54, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Dalmes Dutra Cardoso Junior, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista;

exonerando José Américo Buti, padrão VL-31, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Inácio Franco;

exonerando Leida Maria Silva Oliveira, padrão VL-18, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

exonerando Lúcio Eustáquio do Nascimento, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Marcio Manoel Maia Vicente, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Wilson Batista;

exonerando Marco Antônio Mendes Júnior, padrão VL-17, 6 horas, com exercício no Bloco Sou Minas Gerais;

exonerando Ricardo Afonso Veloso, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Reis;

exonerando Roneido Teófilo de Carvalho, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

exonerando Silvio Cristovam de Souza, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Paulo;

exonerando Txai Silva Costa, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

exonerando Wadson Nathaniel Ribeiro, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocetel;

exonerando Wanderley de Araújo Porto Filho, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doorgal Andrada;

nomeando Edleia Rodrigues da Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Gisele Daiane Silva Chaves, padrão VL-25, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Osvaldo Lopes;

nomeando Glória Daniele Pereira Silva, padrão VL-11, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso;

nomeando Irene Midori Kaihatu, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Paulo;

nomeando Izaías Martins da Silva, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Tem História;

nomeando Joares de Oliveira Cardoso, padrão VL-35, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Tem História;

nomeando Kelly Batista Braga Lucas, padrão VL-57, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Lilian Falco Rodrigues, padrão VL-23, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocetel;

nomeando Márcia Maria da Silva, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

nomeando Marcos Remís dos Santos Filho, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Marlene Andrade de Souza, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Paulo;

nomeando Matheus Almada Venâncio, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Sou Minas Gerais;

nomeando Rogério de Mello Gonçalves, padrão VL-26, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Minas Tem História;

nomeando Ruth Martins da Costa Perdigão, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Democracia e Luta;

nomeando Sérgio Maurício de Souza, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;
nomeando Vivieni Aparecida de Oliveira, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Liberdade e Progresso.

TERMO DE CONTRATO 29/2020**Número no Siad: 9250261/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais. Objeto: seguro de veículos, tipo frota, com abrangência em todo o território nacional. Vigência: 12 meses, a contar de sua assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 018/2020. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729-4.239.0001.3.3.90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 36/2020**Número no Siad: 9223918-1/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Floripa Tecnologia Indústria e Comércio Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência técnica permanente, compreendendo serviços de suporte técnico remoto e de manutenção de caráter corretivo em sistema integrado de edição/exibição/ingest e arquivamento de conteúdos de áudio e vídeo produzidos pela TV ALMG. Objeto do aditamento: segunda prorrogação, com reajuste e redução do objeto. Vigência: 12 meses, de 3/5/2020 a 2/5/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90(10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 42/2020**Número no Siad: 9223892-1/2020**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A DDTIZA Ltda. Objeto: prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas nas dependências da Assembleia Legislativa. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, sem reajuste contratual. Vigência: 12 meses, de 26/7/2020 a 25/7/2021. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001-3.3.90 (10.1).